CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA
MESTRADO EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

KERLEY RAIDAN FERREIRA

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA FORMAÇÃO ESCOLAR DO SERVIÇO SOCIAL EM MINAS GERAIS

Belo Horizonte

2023

KERLEY RAIDAN FERREIRA

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA FORMAÇÃO ESCOLAR DO SERVIÇO SOCIAL EM MINAS GERAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Irlen Antônio Gonçalves
Linha de Pesquisa: História e Historiografia da Educação Profissional

Belo Horizonte
2023

Ferreira, Kerley Raidan

F383i A institucionalização da formação escolar do serviço social em Minas Gerais / Kerley Raidan Ferreira. – 2023. 127 f.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica.

Orientador: Irlen Antônio Gonçalves.

Dissertação (mestrado) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.

Serviço social – Estudo e ensino (Superior) – Minas Gerais – Teses.

Instituições sociais – Minas Gerais – Teses. 3. Igreja católica – Educação – Minas Gerais – Teses. 4. Ensino superior e estado – Minas Gerais – Teses.

I. Gonçalves, Irlen Antônio. II. Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. III. Título.

CDD 378.0815

Elaboração da ficha catalográfica pela bibliotecária Jane Marangon Duarte, CRB 6º-1592 / Cefet/MG

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA - PPGET
Portaria MEC n°. 1.077, de 31/08/2012, republicada no DOU em 13/09/2012

KERLEY RAIDAN FERREIRA

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA FORMAÇÃO ESCOLAR DO SERVIÇO SOCIAL EM MINAS GERAIS

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG, em 15 de agosto de 2023, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Tecnológica, aprovada pela Comissão Examinadora de Defesa de Dissertação constituída pelos professores:

Documento assinado digitalmente
IRLEN ANTONIO GONCALVES
Data: 07/08/2023 18:40:01-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Irlen Antônio Gonçalves – Orientador
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

Documento assinado digitalmente
JOSE GERALDO PEDROSA
Data: 17/08/2023 10:47:41-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. José Geraldo Pedrosa
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

Documento assinado digitalmente
FLAVIO RAIMUNDO GIAROLA
Data: 16/10/2023 15:26:19-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Flávio Raimundo Giarola

AGRADECIMENTOS

Existem situações na vida em que é fundamental poder contar com o apoio, o incentivo e a ajuda de algumas pessoas. Para a realização desta dissertação, foram várias que me motivaram. E a essas pessoas, prestarei, através de poucas palavras, os mais sinceros agradecimentos:

Aos meus avós, Geraldo e Maria, que me transformaram nesta mulher que sou hoje.

Aos meus pais que nunca bloquearam meus ideais, pois me ensinaram a voar e a buscar meus sonhos;

Aos meus filhos, pela paciência em não ter a mãe se divertindo com eles nos finais de semana;

Ao meu marido, pelo incentivo de sempre;

Ao meu irmão, aquele que me ensina que mudanças são possíveis, só depende de nós. Amo vocês!!

Ao Irlen, o melhor orientador que alguém poderia ter, pelos conhecimentos transmitidos, pelos puxões de orelha com candura e pelo companheirismo sem igual.

Aos alunos que passam pela minha vida, que me fazem ver como nos aprimorarmos é importante.

Aos colegas de trabalho, aqueles que permitiam e me substituíam para dar asas a esse sonho.

E simplesmente à educação, essa sim, transforma a vida de todos, permite que nós, simples seres humanos, virarmos super-heróis; é conselheira e, o mais importante, permite mudar vidas!

FERREIRA, Kerley Raidan. **A institucionalização da formação escolar do serviço social em Minas Gerais.** Dissertação (Mestrado em Educação Tecnológica). 2023. 95p. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação Tecnológica. Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET-MG). Belo Horizonte-MG.

RESUMO

A presente dissertação visa analisar historicamente o início da formação e o papel do assistente social como parte de um projeto que abrange o repensar e o fazer deste profissional nos contextos social, político e econômico, sobretudo no Estado de Minas Gerais, bem como a compreensão da institucionalização da Escola de Serviço Social em Belo Horizonte e as suas várias formas de inserção junto aos movimentos sociais, tomando como base a sua pluridimensionalidade, que inclui depreender a sua trajetória e o seu ciclo de vida no período ocorrido entre as décadas de 1940 e 1950, em que se percebe a relação dos fundamentos teóricos e práticos do Curso de Serviço Social frente à doutrinação da Igreja Católica e à questão social, partindo mormente da influência doutrinária cristã de épocas passadas, ora analisadas aqui. Para tanto, este estudo mapeará os regimentos que regulamentaram a institucionalização da formação da Escola de Serviço Social em Minas Gerais, destacando ainda sua importância para as práticas caritativas, identificando, a partir das fontes bibliográficas analisadas, as informações e os relevantes dados referentes à tal formação escolar, permeada pelos cenários políticos da época, período em que ocorre a estruturação do chamado “Estado Novo”. Adotou-se, para a realização desta pesquisa, a metodologia qualitativa de revisão bibliográfica, e os resultados obtidos levaram à conclusão de que os trabalhos laborais – tanto na prática como na teoria – do Serviço Social e da doutrina cristã católica caminharam de forma indissociáveis no auxílio aos mais necessitados, almejando, junto ao magistério, a dignidade humana e o bem comum da sociedade.

Palavras-chave: Serviço Social; Institucionalização; Minas Gerais; Igreja Católica; Estado.

ABSTRACT

This dissertation aims to historically analyze the early formation and role of the social worker as part of a project that encompasses the rethinking and practice of this professional within the social, political, and economic contexts, particularly in the state of Minas Gerais. It also seeks to understand the institutionalization of the School of Social Work in Belo Horizonte and its various forms of engagement with social movements, based on its multidimensionality. This includes tracing its trajectory and life cycle during the period spanning the 1940s and 1950s, during which the relationship between the theoretical and practical foundations of the Social Work Course, the indoctrination of the Catholic Church, and the social question can be observed, drawing primarily on the Christian doctrinal influence of past times, as examined here. To this end, this study will map the regulations that governed the institutionalization of the School of Social Work in Minas Gerais, highlighting its importance for charitable practices. It will identify, based on the analyzed bibliographic sources, the information and pertinent data regarding this educational formation, permeated by the political landscapes of the time, a period that witnessed the structuring of the so-called "Estado Novo" (New State). For the realization of this research, a qualitative methodology of literature review was adopted, and the results led to the conclusion that the labor works – both in practice and theory – of Social Work and the Catholic Christian doctrine walked inseparably in aiding the most needy, aiming, together with the teaching profession, for human dignity and the common good of society.

Keywords: Social Work; Institutionalization; Minas Gerais; Catholic Church; State.

LISTA DE SIGLAS

ABAS – Associação Brasileira de Assistentes Sociais
ABESS – Associação Brasileira das Escolas de Serviço Social
AC – Ação Católica
ACB – Ação Católica Brasileira
ANL – Aliança Nacional Libertadora
APASSP – Associação Profissional dos Assistentes Sociais de São Paulo
AUC – Ação Universitária Católica
CDDPH – Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
CAS – Centro de Atendimento Social
CEAS – Centro de Estudos e Ação Social
CFAS – Conselho Federal de Assistentes Sociais
CISS – Conferência Internacional de Serviço Social
CRAS – Conselhos Regionais de Assistentes Sociais
CRESS/SP – Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo
DSIC – Doutrina Social da Igreja Católica
ESS – Escola de Serviço Social
ESS/MG – Escola de Serviço Social de Minas Gerais
EUA – Estados Unidos da América
FAC – Fundação da Aliança Católica
IEAS – Instituto de Estudos e Ação Social
LBA – Legião Brasileira de Assistência
ONU – Organização das Nações Unidas
PUC MINAS – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
RJ – Rio de Janeiro
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SESI – Serviço Social da Indústria
SMC – Sociedade Mineira de Cultura
SMC – Sociedade Mineira de Cultura
SP – São Paulo
UCISS – União Internacional Católica de Serviço Social
UCMG – Universidade Católica de Minas Gerais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 9

1 O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DO BRASIL E DE BELO HORIZONTE NO COMEÇO DO SÉCULO XX 18

1.1 Transformações socioeconômicas no Brasil e em Belo Horizonte: O desenvolvimento em meio a desafios e a contradições (Décadas de 1930 e 1940) 18

1.1.1 A criação de Conselhos, de órgãos e a Consolidação da Lei do Trabalho (CLT) 22

1.2 O nascimento da capital mineira 30

1.3 O Movimento Industrial e Operário na capital mineira 44

2 A DOUTRINA SOCIAL DA IGREJA CATÓLICA E A CRIAÇÃO DA PRIMEIRA ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: A QUESTÃO SOCIAL E OS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL 50

2.1 O Movimento Ultramontano e o Modernismo na Igreja Católica: breve contexto …50

2.1.1 O ultramontanismo 50

2.1.2 O Modernismo Teológico 56

2.2 Doutrina Social da Igreja 59

2.3 A Ação Católica.....65

2.4 O surgimento do Serviço Social 70

2.5 O surgimento do Serviço Social no Brasil 72

2.5.1 Fundação do Centro de Estudos e Ação Social 74

2.6 A criação da primeira Escola de Serviço Social no Brasil 76

2.6.1 Fundação da Legião Brasileira de Assistência 79

2.6.2 A Igreja Católica e a criação das Escolas de Serviço Social 81

3 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA FORMAÇÃO ESCOLAR DO SERVIÇO SOCIAL EM MINAS GERAIS E A IMPORTÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES SOCIAIS 85

3.1 A Legitimação da Institucionalização da Formação Escolar do Serviço Social em Minas Gerais e a Constituição das Instituições Sociais 87

3.2 Instalação da Escola de Serviço Social e suas diretrizes 94

3.2.1 A integração com um coroamento feliz 103

3.3 Formação das estudantes do Curso de Serviço Social 105

4 CONCLUSÃO 115

REFERÊNCIAS 119

INTRODUÇÃO

A presente dissertação procura demonstrar como ocorreu a institucionalização do curso de serviço social em Minas Gerais na década de 1940, buscando explicitar os principais elementos epistemológicos acerca de como a industrialização afetou os trabalhadores, as questões sociais agravadas no período da era Vargas, e como a Igreja realizou o seu trabalho caritativo, enfatizando a importância da relação Cidadão-Estado, garantindo assim o desenvolvimento destes; e não apenas o da caridade, mas a necessidade para que se formasse uma sociedade justa e convicta de seus direitos.

O processo de Institucionalização da Escola de Serviço Social em Minas Gerais, ocorrido na década de 1940, possibilitou analisar as atribuições da profissão do assistente social junto à formação escolar, frente à doutrinação da Igreja Católica, à questão social e à formação do assistente social, a partir da influência desta doutrina nos fundamentos teóricos do Curso de Serviço Social.

Os relatos que serão apresentados foram feitos a partir de análise documental, incluindo os de notas publicadas no folhetim O Diário, jornal católico com grande circulação, bem como no Folha de Minas, nas atas de Reuniões dos Professores e dos funcionários da Escola de Serviço Social, nos temas de monografias registradas em livro de atas pela professora da Escola de Serviço Social de Minas Gerais (1946–1958), senhora Modesta Manoela Lopes e nos Relatórios de Atividades do período compreendido entre 1946-1958. Além disto, registrar-se-ão aqui algumas fotografias, por meio das quais revelar-se-ão como se dava a infraestrutura da Escola de Serviço Social.

A criação da Escola de Serviço Social de Minas Gerais, em 1946, foi reconhecida em consonância aos contextos econômico, missionário e catedrático, onde documentos, como Atas de reuniões de professores da Escola de Social; Atas de apresentação de trabalhos de monografia; Relatórios Anuais, entre outros, permitiram afirmar a influência da Doutrina Social da Igreja Católica nos fundamentos da formação do Assistente Social Mineiro.

Essa pesquisa trouxe subsídios que levaram à conclusão de que os fundamentos do Serviço Social estiveram indissociáveis dessa Doutrina, comprovados pela formação e pelas práticas acadêmicas e profissionais, em que a Doutrina Social da Igreja Católica (DSIC) buscava trabalhar junto ao magistério a dignidade humana e sobre o bem comum na vida em sociedade, assim direcionando a sociedade de acordo com os preceitos católicos.

Para a compreensão da institucionalização do Serviço Social em Minas Gerais, foi necessário considerar também o capitalismo industrial no cenário do desenvolvimento econômico da região do Estado mineiro, especificamente da capital Belo Horizonte, uma vez que a própria historicidade de tal contexto permitiu ser fundamental analisar o impacto provocado pela industrialização, que desempenhou papel primordial ao promover diversas transformações socioeconômicas, como o crescimento urbano, a concentração de trabalhadores nas fábricas e o surgimento de novas demandas sociais.

Nesse contexto, a institucionalização do Serviço Social foi uma resposta às necessidades emergentes da classe trabalhadora e de grupos vulneráveis, visando mitigar as desigualdades sociais e fomentar a inclusão social. Desse modo, a articulação entre o capitalismo industrial e a institucionalização do Serviço Social em Minas Gerais demonstra a relação estreita entre a dinâmica econômica e as políticas sociais implementadas na região.

Seguindo nesse viés, por conta do crescimento do proletariado urbano, há uma forte pressão sobre o Estado, o qual contribuiu para a queda da “República Velha”, surgindo assim o “Estado Novo”, que visou incorporar reivindicações de diferentes setores, cuja característica principal foi proporcionar benefícios assistenciais aos trabalhadores.

Ainda na década de 1940, há o surgimento e o desenvolvimento de grandes instituições, tais como: a Legião da Boa Assistência (LBA) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), ambos em 1942; o Serviço Social da Indústria (SESI) e a Fundação LEÃO XIII em 1946; o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), entre outras. Por intermédio dessas instituições, abre-se um mercado de trabalho para o Serviço Social, tornando-os assalariados, direta ou indiretamente, atrelados às políticas sociais do Estado.

No decorrer desta dissertação, serão informados e explicados pontos-chave sobre o início da institucionalização do Serviço Social no Brasil, como a criação das Instituições Sociais, com a relação à sua abrangência e à sua importância, dentro de um cenário de mudanças políticas e outros dados fundamentais a respeito do tema.

A relevância desta dissertação está em demonstrar a importância da escola de Serviço Social, suas funções junto ao Estado e às instituições. De igual modo, será importante transmitir informações sobre o tema ao público-alvo, como estudantes e graduados em Serviço Social, auxiliando no aprimoramento dos conhecimentos sobre a área.

Voltando ao cenário histórico, cabe destacar que, enquanto expressão dos interesses da classe dominante, o Estado é chamado para responder às sequelas derivadas da questão social, no capitalismo, criando um conjunto de políticas sociais de modo a administrar tais sequelas. Para isso, insere-se as demandas institucionais, via políticas sociais, na criação de diversas profissões, dentre elas o Serviço Social.

O trabalho também objetivou compreender a maneira como ocorreu o processo de institucionalização da formação Escolar do Serviço Social no Estado mineiro, tomando forma na sua pluridimensionalidade, que inclui compreender a sua trajetória e seu ciclo de vida, no período compreendido entre a década de 1940 e 1950, além de mapear os regimentos que regulamentaram a institucionalização, identificando, a partir das fontes mapeadas, as informações e os dados em relação à formação escolar e analisando as principais atividades de institucionalização que permeou essa formação escolar do Serviço Social em Minas Gerais.

Para esse fim, com o auxílio das obras de Justino de Magalhães (2004), busca-se uma visão mais esclarecedora da história da educação, analisando como se engendrou a evolução das instituições educacionais ao longo da história, uma vez que, sobre este disposto, Magalhães (2004) revelou como as escolas e os sistemas de ensino necessitavam ser adaptados às mudanças sociais, bem como às políticas e aos elementos culturais ao longo do tempo. Assim, foi introduzido, nesta dissertação, a influência de fatores políticos, econômicos e sociais na educação, mostrando como as mudanças políticas e econômicas muitas vezes têm um impacto significativo no sistema educacional de um país.

O Serviço Social tem buscado recuperar a história de sua profissão – apesar de todo interesse pela recuperação da história do Serviço Social, particularmente no Rio de Janeiro e em São Paulo – considerando que há uma expressiva lacuna quanto à história do Serviço Social em Minas Gerais.

Os estudos pouco têm atentado para a articulação do projeto político do Estado Varguista, enquanto construção de hegemonia, com a constituição da instituição educacional em apreço e com o próprio perfil do profissional a ser criado. Outrossim, o processo de socialização de um tipo peculiar de profissional, formação de *habitus* de classe, passou a deter o monopólio da atuação – da intervenção – sobre os que se encontram em situação de subalternidade.

Desde a institucionalização da Escola de Serviço Social, os assistentes sociais são vistos como aqueles que desempenhariam o papel de agentes mantenedores da ordem –

capatazes da conciliação. Tem sido excessivamente explorada a relação entre a dominância da ordem capitalista e a emergência do Serviço Social para desempenhar o papel de apaziguador das contradições existentes no meio social. Neste sentido, a Assistência Social seria a resposta conservadora – visto que não revolucionária – às necessidades de reprodução da força de trabalho. O seu papel, convém não esquecer, seria o de duplamente alienar o proletariado, visto que, alienado no processo produtivo, ganharia algumas "migalhas sociais" – segunda alienação – e, feliz, acreditaria no caráter democrático e igualitário do capitalismo (NETTO, 1991; IAMAMOTO; CARVALHO, 1985).

Assim, ao citar Marilda Iamamoto, José Paulo Netto e Raul de Carvalho busca-se trabalhar a política social através de um cenário repleto de contradições, influenciados por questões sociais inerentes à profissão.

Não se pode negar que existe uma ligação da assistência social com a filantropia, que objetivou atender às mais prementes necessidades dos pobres. Também é verdadeiro afirmar que, com o acirramento da questão social, na década de 1940, Igreja e setores do capital – com medo de uma comunitarização dos pobres no roldão do crescente movimento operário – partiram para atuar em alguns setores – particularmente educação e saúde – contando com a participação caridosa – a caridade era uma das formas da salvação – das senhoras burguesas, tais quais sentiam falta do que fazer, sem falar nas vilas operárias construídas no espaço fabril para atender aos "bons" operários.

No contexto intervencionista, característico do Estado Novo, ocorreu a incorporação das várias frações da classe burguesa junto ao Estado, por intermédio da criação de Conselhos e outros modelos institucionais (DRAIBE, 1985; HONORATO, 1994; GUIMARÃES, 1991; IANNI, 1977; FONSECA, 1989) e a implementação de um novo perfil de regulamentação das relações entre o capital e o trabalho, com o enquadramento da classe trabalhadora e corporativização sindical (GOMES, 1988). Faltava, contudo, tratar da emergência dos subalternos (PESAVENTO, 1989; CARDOSO, 1995), dos miseráveis, do não-trabalho, dos desvalidos e até da família daqueles que se encontravam no mundo formal do trabalho.

De outra forma, era necessário cuidar da miséria, uma nova categoria social criada pelo Estado Varguista, visto que a aceleração do processo de urbanização e industrialização (HONORATO; BEAUCLAIR, 1995) agudizava as contradições sociais.

É válido pontuar, frente a este quadro, que a criação dos cursos superiores de Serviço Social e a institucionalização da profissão é um fenômeno diretamente relacionado à

especificidade e à própria lógica de estruturação do chamado “Estado Novo” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1985; NETTO, 1991), quando um novo perfil do “Estado capitalista é implantado no Brasil” (HONORATO, 1987; FONSECA, 1989; BRANDÃO, 1992).

É pensado no Estado Novo como um momento em que o capitalismo monopolista em crise exige uma reorganização da lógica dos Estados nacionais, sendo que, no caso brasileiro, esta reorganização implicava a substituição de um modelo político estruturado para atender de forma tópica e reativa às pressões de grupos capitalistas, e, para um outro, que possibilitasse o desenvolvimento da lógica do capitalismo como um todo, da construção de um projeto capitalista brasileiro consoante às novas redefinições que ocorriam no plano mais geral.

De outra forma, era necessário constituir-se de um novo Estado, tanto no seu sentido e na sua lógica quanto na sua composição e estruturação (HONORATO, 1995), utilizando-se de uma cultura de modernização autoritária como forma de se legitimar, coerente com o espectro político internacional que vivenciava uma crise dos paradigmas liberais, e que apontava para o Estado autoritário e intervencionista como as únicas alternativas para a inserção dos países não completamente industrializados na nova ordem mundial.

Diante de todo esse contexto, vale reforçar, portanto, que essa construção de um novo Estado brasileiro foi um dos aspectos centrais da época do governo de Getúlio Vargas, pautada inteiramente pela utilização de uma cultura de modernização autoritária como forma de consolidar o seu poder, adotando, para isso, um modelo político intervencionista, centralizando o poder em suas mãos e controlando diversos setores da sociedade.

É mister ressaltar ainda que, no intermeio desse cenário político intervencionista, as Escolas de Serviço Social desempenharam papel crucial na construção de políticas sociais e na implementação de ações voltadas à assistência social, intencionando enfrentar os desafios decorrentes das mudanças sociais e econômicas.

Os profissionais formados nessas Escolas atuaram tanto na esfera governamental, como agentes de implementação de políticas sociais, quanto na esfera privada, em organizações direcionadas exclusivamente à assistência e ao bem-estar social. Diante disso, cabe dizer que a criação das Escolas de Serviço Social em Minas Gerais entra nesse rol, devido à grande fase de industrialização em vigor.

Além das proposições apresentadas, é importante frisar alguns outros aspectos relacionados à era Vargas e à criação das Escolas de Serviço Social em Minas Gerais, tais como: a Consolidação das Leis Trabalhistas, promulgada no ano de 1943, em que estas

objetivavam regular as relações de trabalho e garantir direitos aos trabalhadores assalariados, considerada como um marco histórico, já que se estabeleceu normas relacionadas, por exemplo, ao salário-mínimo, à jornada de trabalho e às férias, entre outros aspectos igualmente importantes.

Houve, além disso, durante a questão nacionalista e o processo de industrialização, a concepção de empresas estatais, como a Companhia Siderúrgica Nacional e a Companhia Vale do Rio Doce, que desempenharam funções impreteríveis para o desenvolvimento do país. E, ainda, no que se relaciona ao viés da construção de um Novo Estado, há de mencionar também que o aspecto autoritário do governo se refletiu na criação de sindicatos controlados pelo Estado, além do controle da imprensa e na repressão a movimentos sociais e políticos que questionavam o regime.

Ressalta-se sobretudo que, mesmo havendo políticas de desenvolvimento, a era Vargas foi alvo de diversos questionamentos e críticas, tanto no próprio período quanto posteriormente, haja vista que o governo de Getúlio foi marcado por um regime autoritário e por medidas que concentraram poder nas mãos do Estado – como pontuado acima – o que gerou controvérsias e debates sobre os limites da intervenção estatal e as liberdades individuais.

Mediante a isso, todos esses e outros posicionamentos serão debatidos no presente trabalho, que utilizar-se-á de estudos de teóricos especializados no assunto, conforme dispostos nas referências bibliográficas, como os autores citados acima.

Para tanto, a dissertação está desenvolvida em três capítulos, considerando-se ainda a introdução e a conclusão. O primeiro capítulo diz respeito ao desenvolvimento socioeconômico do Brasil e da capital mineira Belo Horizonte no início do século XX, tratando sobre o entendimento de como ocorreram as transformações socioeconômicas em meio a desafios e a contradições nas décadas de 1930 e 1940, períodos que levaram a importantes transformações na sociedade, especificamente belo-horizontina, marcando sobremaneira o auge e o fim do Estado Novo (1937-1946), seguido por um período de abertura democrática.

Urge frisar que o Brasil, nessa época, passava por uma intensificada urbanização devido aos processos migratórios, em que muitos camponeses saíram da zona rural com o objetivo de rumarem para as cidades. Todavia, esse procedimento de migração, por consequência, ocasionou a elevação da pobreza e a desigualdade social, somados à baixa

escolaridade da população, limitando, deste jeito, a formação de um mercado consumidor, impedindo assim o desenvolvimento socioeconômico do Brasil.

Já o segundo capítulo traz elementos concernentes à depreensão de como se deu a criação e a institucionalização das Escolas de Serviço Social, com a inciativa da Igreja Católica, e em como suas diretrizes influenciaram as questões sociais e os fundamentos do serviço social, entre o fim do século XIX e o início do XX. Mas não antes de perpassar pelos conceitos do ultramontanismo e do Modernismo Teológico, bem como a Doutrina Social da Igreja, as Ações Católicas e o surgimento do serviço social no território brasileiro, entre outros assuntos, tais como a fundação da Legião Brasileira de Assistência (LBA), e a fundação do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS).

No terceiro e último capítulo, pretende-se discernir acerca do vital papel das instituições sociais perante a sociedade, de seu objetivo em atender exclusivamente as necessidades das pessoas em situação de completa vulnerabilidade, oferecendo majoritariamente recursos e suporte para melhorar suas condições de vida.

Dando seguimento ao seu objetivo, essas instituições desempenham diversas funções, entre as quais estão as ações de fornecer abrigo e alimentação para pessoas sem-teto, bem como oferecer cuidados de saúde básicos para as comunidades de extrema carência, além de promover a educação de crianças desfavorecidas, auxiliando ainda no desenvolvimento de habilidades profissionais, entre outras maneiras de ajuda assistencial.

Insta dizer que o trabalho caritativo realizado por essas instituições sociais vai muito além da simples doação de recursos materiais, pois elas também trabalham a favor da autonomia das pessoas, por conta da promoção da inclusão social, no empoderamento de grupos marginalizados e na defesa de seus direitos. Logo, nota-se que essas instituições trabalham de forma crucial para a criação de redes de apoio, mobilizando sobretudo recursos e promovendo a solidariedade na comunidade.

Além de tratar sobre esse trabalho facultado a tais instituições, o capítulo traz à disposição a tratativa a respeito da formação escolar do profissional em assistência social, quanto à sua legitimação da institucionalização da formação escolar do Serviço Social em Minas Gerais.

Em seu contexto histórico, é preciso compreender que o Serviço Social é uma profissão que surgiu no século XIX, inicialmente voltada à caridade e à filantropia, mas que,

ao longo do tempo, desenvolveu-se como uma prática profissional que visa promover a justiça social, os direitos humanos e a transformação social.

No Estado de Minas Gerais, assim como em muitos outros lugares, a legitimação da formação escolar do Serviço Social ocorreu gradativamente. No Brasil, é viável afirmar que a profissão teve seu reconhecimento legal, cuja regulamentação foi propiciada pela injunção da Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social, especificamente no ano de 1957, detalhada no decorrer de tal capítulo.

A sua legitimidade também foi conquistada por meio do reconhecimento dos órgãos governamentais e das entidades de classe. A graduação em Serviço Social passou a ser requisito para o exercício profissional e para o registro nos conselhos de classe, como o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS).

Mediante esse cenário, é expressivo salientar também que, com a passagem do tempo, a formação escolar do Serviço Social em Minas Gerais, assim como em todo o Brasil, foi aprimorando-se, adaptando-se às transformações sociais e incorporando novas abordagens teóricas e práticas. Esse processo contribuiu, portanto, para a consolidação da profissão e para sua atuação qualificada na promoção do bem-estar social e na luta por justiça social, equidade e garantia dos direitos humanos.

Dado a isso, resta dizer ainda que, em seu trabalho atual, o Serviço Social procura fomentar a inclusão e a igualdade para todos os que necessitam, enfrentando as desigualdades sociais e as diversas formas de opressão e discriminação. Para isso, os assistentes sociais, considerados combatentes das necessidades alheias, trabalham arduamente junto às comunidades, aos indivíduos e às famílias, sempre com a intenção de identificar suas precisões e seus desafios, desenvolvendo mormente estratégias de intervenção que procuram fortalecer essas pessoas, proporcionando-lhes ainda o acesso a recursos e a serviços, fomentando, desta guisa, a transformação social.

Frente a essas questões, o que se propõe neste estudo, portanto, é averiguar, além de outros elementos imprescindíveis, o impacto significativo da Institucionalização do Serviço Social em Minas Gerais, compreendendo as décadas de 1940 e 1950, entre outras características ligadas à assistência social mencionadas anteriormente, permeando a ocorrência do crescimento urbano, da concentração de trabalhadores nas fábricas e o surgimento de novas demandas sociais no Estado mineiro, em que estas últimas foram

essenciais para responder às necessidades emergentes da classe trabalhadora e de grupos vulneráveis.

Para isso, a princípio, os capítulos que se seguem tratarão de analisar os regimentos que regulamentaram a Institucionalização e as atividades que permearam a formação escolar do Serviço Social em Minas Gerais, fornecendo informações e dados relevantes sobre o processo, além da relação entre a dominância capitalista e a emergência do Serviço Social como um agente mantenedor da ordem e apaziguador das contradições sociais.

O capítulo seguinte – primeiro capítulo – buscou depreender, entre outros pontos importantes, as transformações socioeconômicas e políticas que ocorreram no Brasil e na capital mineira Belo Horizonte, nas décadas de 1930 e 1940, época em que o país atravessou o processo de industrialização e de desenvolvimento, quer econômico, quer social, partindo da "Revolução de 1930", período comercial agrário corrompido por ocasião de um "novo Estado".

1 O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DO BRASIL E DE BELO HORIZONTE NO COMEÇO DO SÉCULO XX

O objetivo deste capítulo se baseia no entendimento de como ocorreu o desenvolvimento socioeconômico no Brasil e em Belo Horizonte, atual capital mineira, no começo do Século XX, e como as décadas de 1930 e 1940 foram períodos de importantes transformações na sociedade. Internamente, a década de 1940 marcou o auge e o fim do Estado Novo (1937-1946), seguido por um período de abertura democrática. Além disso, o Brasil passava por um processo de urbanização acelerada, com a intensificação dos movimentos migratórios do campo para as cidades. No entanto, a pobreza, a desigualdade social e a baixa escolaridade da população dificultavam a industrialização, limitavam a formação de um mercado consumidor e impediam o desenvolvimento socioeconômico do país.

1.1 Transformações socioeconômicas no Brasil e em Belo Horizonte: O desenvolvimento em meio a desafios e a contradições (Décadas de 1930 e 1940)

Getúlio Vargas, ao ascender como presidente provisório do Brasil, decorrente da chamada “Revolução de 1930”, encontrou uma estrutura de Estado que investia nas questões sociais e em diálogos entre governo e sociedade de forma superficial, sendo maior os interesses dos detentores do poder da época, anseios maiores que as necessidades da sociedade.

Para Comparato (1987, pg. 82):

> o que realizou no Brasil a partir de 1930 foi um Estado acanhado. O Estado brasileiro passou a intervir decisivamente no campo econômico e no campo social. Mas com características paternalistas e conciliatórias, evitando que houvesse participação popular nos exercícios das funções públicas e na organização dos poderes.

Ainda segundo José Murilo de Carvalho, no livro “Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi” (1987) , explora o comportamento político do Rio de Janeiro. Ele destaca uma divisão na sociedade carioca, em que a população participava ativamente em questões religiosas, de assistência mútua e festas, mas era indiferente à

política e não via o governo como uma responsabilidade coletiva. O autor atribui essa atitude à persistência das tradições escravistas e coloniais, que moldaram a relação dos cidadãos com o governo. No entanto, ele argumenta que essa apatia também era uma forma de resistência, já que muitos percebiam que o novo regime não proporcionava a liberdade e a participação prometidas.

Durante a década de 1930, o Brasil passou por um processo de industrialização e de desenvolvimento em diversos setores econômico e social (PEREIRA, 1999, pg. 125), mudanças essas que começaram a partir da "Revolução de 1930", quando a divisão agrária e política toma novos rumos, como a industrialização. Antes da "revolução de 1930", o Brasil era voltado para o sistema agrário comercial, e, na pós-revolução, houve desenvolvimento econômico industrial, com o crescimento da população urbana.

Esse crescimento gerou problemas nas áreas de assistência, educação, habitação, saneamento básico e em outras. Assim, quanto mais o Brasil se industrializava, maior era a concentração de renda e, consequentemente, maiores as desigualdades sociais e tensões nas relações de trabalho. Isso gerou grandes problemas de questões sociais, como os habitacionais e os de saneamento básico e higiene.

A partir da industrialização, movimentos operários surgiam com maior frequência, o governo, apreensivo com estes movimentos, estabelece uma série de medidas políticas e sociais de caráter preventivo, integradas ao progresso social e institucional. Eram medidas que beneficiavam também as necessidades da burguesia, conciliando os diferentes grupos sociais por meio da paz social, viabilizando, desta maneira, o suporte à expansão da economia.

Quanto à questão social, esta passa a ser um problema do Estado, que possibilitou a política de proteção ao trabalhador, com incentivos ao aumento de produção e, consequentemente, ao trabalho. Deste modo, foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, por meio do Decreto n.º 19.433, em 1930, "O Ministério da Revolução"[1], o qual implicou a legislação trabalhista, que respondeu, de certa forma, às necessidades do trabalhador e aos interesses da industrialização emergente, regulando as relações entre capital e trabalho, pretendendo proteger os trabalhadores e promover assim a industrialização do Brasil.

1 A pasta foi batizada de "Ministério da Revolução" por Lindolfo Collor (1890-1942), seu primeiro titular e avô do ex-presidente Fernando Collor de Melo. Vide referência BARIFOUSE, Rafael. Por que Getúlio Vargas inventou em 1930 o Ministério do Trabalho, extinto e agora recriado por Bolsonaro.

Com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, sendo uma das primeiras iniciativas de Getúlio Vargas, ao assumir o governo, ocorre a “ruptura com a antiga elite oligárquica agrária”, que dominava o cenário político-econômico do Brasil desde os tempos da colonização, caracterizado ainda como um país extremamente rural. Nesse diapasão, ao ser entrevistado por Rafael Barifouse (2018), o professor Marcelo Nerling, do curso de Gestão de Políticas Públicas da Universidade de São Paulo (USP), revela que:

> “Essa revolução se refere a uma ruptura com a velha oligarquia agrária por meio da criação de um Estado positivista, a instauração de um modelo legal e burocrático que passa a organizar as relações sociais por meio do monopólio da força através de um sistema normativo" (NERLING, 2018, *apud* BARIFOUSE, 2018, on-line).

Ainda nas palavras do professor, essa revolução insere o Estado como protagonista de mudanças sociais: "o Estado passa a ser o protagonista, baseado na crença de que é possível mudar a realidade social por meio de normas criadas de cima para baixo.", finalizando, ao explicar que "a administração pública só começa a se organizar a partir da década de 1930. Até então, as principais forças do país estavam concentradas nos municípios, “comandados por coronéis”. Era um modelo descentralizado e patrimonialista, em que não se separava o público do privado." (NERLING, 2018, *apud* BARIFOUSE, 2018, on-line).

Em outras palavras, com a inserção de tal Ministério, Getúlio Vargas beneficiou o ordenamento econômico do Brasil, livrando este de um “sistema dominador” que não levava o país à frente, em termos econômicos, sociais e políticos, pondo fim, portanto, à hegemonia que reinava no “setor agroexportador de café” em *terra brasilis*, dominado pelos ditos “coronéis”, como bem pontuou o professor Nerling.

De tal sorte, foram deflagradas inúmeras transformações, tais quais levaram a economia brasileira a mudar de face, e, de igual modo, a sociedade como um todo. Para tanto, um dos impactos da criação do Ministério do Trabalho foi a inclusão de medidas que regulamentavam a atividade sindical, em 1931, baseadas em critérios significativos para a sua regulamentação, favorecendo os interesses do Estado e dos trabalhadores. Para tal, foi promulgado o Decreto nº 19.770, conhecido como Lei Sindical, buscando criar uma estrutura sindical mais centralizada e controlada pelo governo. Para a depreensão interpretativa de tal Lei, logo abaixo estão dispostos alguns dos principais pontos dessa regulamentação:

1 Unicidade Sindical: neste ponto, a Lei Sindical estabelecia o princípio da unicidade, prevendo que, em cada base territorial, somente poderia haver um sindicato representando determinada categoria profissional. Isso implicava a proibição da existência de múltiplos sindicatos para a mesma categoria em uma mesma região.
2 Registro e Reconhecimento: ocorre que os sindicatos necessitavam ser registrados e reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Para obter o tal registro, os sindicatos deveriam cumprir uma série de requisitos: comprovar um número mínimo de associados, apresentar estatutos e demonstrar sua representatividade na categoria.
3 Intervenção Estatal: a Lei Sindical também previa a possibilidade de intervenção do Estado sobre os sindicatos. Ou seja, o governo poderia intervir em sindicatos considerados inadequados, destituindo suas diretorias e nomeando interventores para administrá-los.
4 Contribuição Sindical: durante a regulamentação, foi instituída a contribuição sindical obrigatória, que consistia em um imposto cobrado dos trabalhadores e dos empregadores, destinado ao financiamento dos sindicatos. Essa contribuição era descontada diretamente dos salários dos trabalhadores e tinha caráter compulsório[2]. (BRASIL, 1931)

O que se pressupõe é que essas medidas regulatórias sobre a atividade sindical visavam centralizar a representação dos trabalhadores, fortalecendo a intervenção do Estado nas relações trabalhistas. Ou seja, o que se infere, nesse jogo estratégico, é que o governo Vargas, ao adotar essa política de cooptação e reconhecimento dos sindicatos como interlocutores oficiais dos trabalhadores, procurava formar uma estrutura sindical que pudesse ser instrumento de controle e negociação entre o Estado, os empregadores e os empregados, evitando, deste modo, a radicalização dos movimentos sociais.

No entanto, é importante destacar que não demorou muito para que essa regulamentação também gerasse críticas e controvérsias. Alguns setores sindicais e movimentos trabalhistas consideravam que essa estrutura sindical controlada pelo Estado limitava a autonomia e a capacidade de mobilização dos trabalhadores, e essa discussão

2 BRASIL. **Decreto nº 19.770, de 19 de Março de 1931**. Regula a sindicalização das classes patronais e operárias e dá outras providencias. Vide referências.

continuou sendo tema relevante ao longo dos anos, culminando, posteriormente, em mudanças significativas na legislação trabalhista brasileira, como a Reforma Sindical de 1964 e a Lei nº 11.648/2008.

Conforme as proposições acima, o que se depreende a respeito dessa regulamentação da atividade sindical, durante o governo Vargas, portanto, é que essa medida impactou significativamente as relações trabalhistas no Brasil, bem como a organização dos trabalhadores. Salienta-se que ela contribuiu para o engendramento de um sistema sindical centralizado com forte presença estatal, que perdurou por décadas no país. Ao ser, essa estrutura sindical, alvo de críticas e questionamentos ao longo do tempo, somados à, posteriormente, redemocratização do país e à promulgação da Constituição de 1988, movimentos e setores mais autônomos e combativos surgiram, buscando maior liberdade sindical e autonomia dos trabalhadores na defesa de seus interesses. Neste contexto, o sindicalismo brasileiro passou por alterações fundamentais, e hoje existem diferentes correntes e orientações sindicais, cada uma com suas estratégias e posicionamentos.

1.1.1 A criação de Conselhos, de órgãos e a Consolidação da Lei do Trabalho (CLT)

Durante o governo de Getúlio Vargas, Conselhos e órgãos criados passaram a propor o modelo de desenvolvimento brasileiro que buscasse a modernização, levando em consideração as contribuições de destacados economistas brasileiros da época. Essas iniciativas refletiram a preocupação do governo de Getúlio em promover transformações econômicas e sociais no país.

Um dos principais órgãos criados nesse período foi o Conselho Técnico de Economia e Finanças (CTEF), estabelecido em 1931. O CTEF tinha como objetivo formular políticas econômicas e financeiras para o país, além de propor medidas para o desenvolvimento industrial e agrícola, que ainda persiste até os dias atuais.

Outro importante órgão criado foi o Conselho Nacional do Café (CNC), fundado em 1933. O CNC buscava regular a produção e a exportação do café, que era o principal produto de exportação do Brasil na época. O conselho propunha medidas para estimular a modernização da indústria cafeicultora e garantir a estabilidade dos preços internacionais.

Além desses Conselhos, também surgiram outras iniciativas voltadas ao desenvolvimento econômico, como a criação da Comissão de Política Industrial e Comercial

(CPIC), em 1941. A CPIC visava formular políticas para impulsionar a industrialização do país, incentivar a substituição de importações e promover a diversificação da produção nacional.

No campo das políticas sociais, destacou-se a criação do Departamento Nacional da Criança (DNC), em 1934, ao promover a assistência e a proteção às crianças brasileiras. O DNC desenvolvia políticas voltadas à saúde, à educação e ao bem-estar das crianças, buscando garantir seu desenvolvimento adequado.

Esses são apenas alguns exemplos dos Conselhos e dos órgãos criados durante a era Vargas. Cada um deles tinha suas próprias atribuições e buscavam contribuir para o progresso econômico e social

No momento de realização desse plano de desenvolvimento, houve ainda o crescimento industrial acelerado e substitutivo das importações, voltados à produção de bens de consumo e de montagem de indústrias de bens de capital (HONORATO & BEAUCLAIR, 1985). Vale dizer que esse desenvolvimento industrial possibilitou o aquecimento econômico com facilidade de crédito para atividades produtivas e restrições às importações, além de gerar o rebaixamento do poder aquisitivo da classe trabalhadora com o controle sobre o trabalho e sobre as atividades industriais. À vista disso, para compensar a classe trabalhadora, o governo implantou uma legislação trabalhista com direitos expressivos e modernos para a época. É importante mencionar, neste sentido, que foi um período de considerável fluxo migratório, uma vez que os trabalhos rurais não detinham as mesmas legislações trabalhistas urbanas. Por consequência, isso gerou uma força de trabalho barata, aumentando o número de mão de obra reserva e regulando o preço do trabalho, provocando, destarte, a concentração de um grande número populacional nos centros urbanos.

Já no âmbito político, que estava sendo construído, havia a necessidade de direcionar, de enquadrar no sistema os trabalhadores urbanos, como os não formais, os desvalidos e de famílias pobres, cujo salário não conseguia prover o seu próprio sustento. Assim sendo, a questão da miséria e do atendimento às principais demandas sociais passaram a fazer parte da realidade política brasileira, já que era um caso que atentava contra a sobrevivência da população.

Buscando soluções para esse problema da população laboral, além de outros questionamentos socioeconômicos, houve uma série de medidas políticas e sociais, sobretudo as que visavam encaixar os trabalhadores urbanos no sistema. Frente a este cenário, em 1939,

instituía-se a Lei Orgânica de Sindicalização Profissional do Ministério do Trabalho, na qual rege que "... toda a vida das associações profissionais passará a gravitar em torno do Ministério do Trabalho: nele nascerão, com ele crescerão, ao lado dele se desenvolverão, nele se extinguirão." (MATTOS, 2003, pg. 19). Além dessa lei, em 1940, é sancionada a lei do salário-mínimo, garantindo aos trabalhadores valor a sua força de trabalho, podendo este ser reclamado quando não respeitada a justiça. Abaixo, encontra-se o importante registro histórico da assinatura que decreta o salário-mínimo como parte da realidade trabalhista no Brasil. Vide imagem abaixo (Imagem 1):

Imagem 1 – Assinatura do Decreto-Lei que estabelece o salário-mínimo.

As comemorações do «Dia do Trabalho»

COMO TRANSCORRERAM AS CERIMONIAS REALIZADAS NO ESTADIO DO VASCO DA GAMA — ASSINADO O DECRETO-LEI INSTITUINDO O SALARIO MINIMO — DISCURSOS DOS SRS. GETULIO VARGAS E VALDEMAR FALCÃO

O sr. Getulio Vargas assinando o decreto que estabelece o salario minimo

Fonte: Tribunal Superior do Trabalho – TST[3].

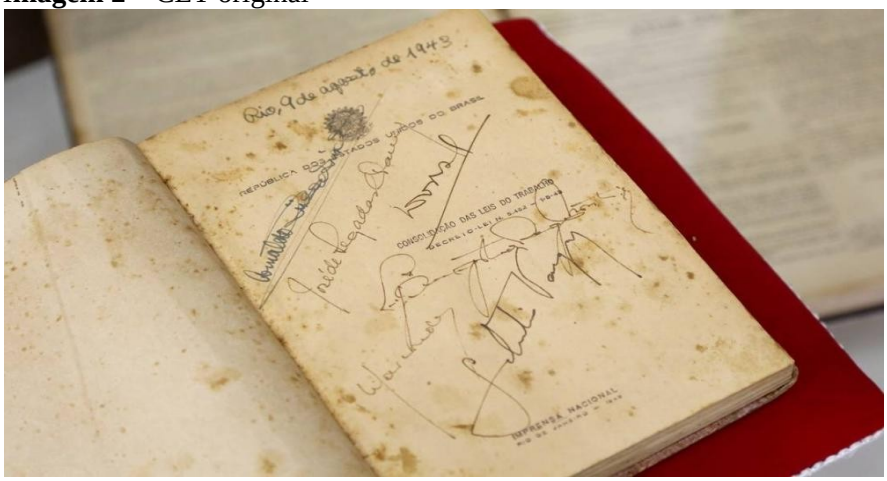
Como pode ser notado na imagem acima (Imagem 1), a assinatura realizada pelo Presidente Getúlio Vargas marcou um momento inegavelmente importante para os brasileiros, uma vez que a idealização do salário-mínimo foi uma conquista significativa para os trabalhadores, pois estabeleceu um valor mínimo que deveria ser pago a cada mês como devida remuneração pelo trabalho realizado. É importante frisar que, antes da promulgação de tal lei, os trabalhadores, muitas vezes, recebiam remunerações portentosamente baixas, não auferindo sobretudo as garantias de um pagamento plenamente justo. Logo, com a implementação da lei do salário-mínimo, os trabalhadores passaram a ter uma referência legal para a remuneração mínima a ser recebida. Isso ajudou a combater a exploração e a melhorar as condições de trabalho.

3 Fotografia de Getúlio Vargas assinando o Decreto-Lei que instituiu o salário-mínimo. Disponível em: <https://www.tst.jus.br/memoriaviva/-/asset_publisher/LGQDwoJD0LV2/content/ev-jt-80-06>. Acesso em 26 maio 2023.

Seguindo ainda nessa esteira, vale dizer que o salário-mínimo também se tornou uma base para a regulamentação de outros direitos trabalhistas e benefícios sociais, assim como para um ambiente mais justo nas relações de trabalho. Desde então, o salário-mínimo tem sido reajustado regularmente para acompanhar as mudanças econômicas e as necessidades dos trabalhadores.

Além da introdução do Decreto-Lei que estabeleceu o salário-mínimo, o Presidente Vargas implementou outras reformas trabalhistas e sociais, e uma de suas principais iniciativas, nesse contexto, foi a criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no dia 1º de maio de 1943, sistematizando todas as leis do país e consolidando os direitos aos quais a sociedade faz jus, como os direitos sociais e não civis. A partir desses direitos, estabeleceu-se um relacionamento entre o Estado e os trabalhadores, ou seja, com a CLT, estabeleceu-se direitos trabalhistas, como a jornada de trabalho, o salário-mínimo (este já promulgado), as férias remuneradas e a proteção contra demissões arbitrárias. Essas medidas visavam proporcionar estabilidade e a proteção social aos trabalhadores urbanos.

I**magem 2** – CLT original



Fonte: Tribunal Superior do Trabalho – TST[4].

Referente aos direitos mencionados acima, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) trouxe diversos benefícios aos trabalhadores. Logo abaixo, estão, entre outros, algumas de suas especificações interpretativas:

4 Fotografia da página inicial da Consolidação da Lei do Trabalho (CLT), em 1943. Disponível em: <https://www.tst.jus.br/memoriaviva/-/asset_publisher/LGQDwoJD0LV2/content/ev-jt-80-06>. Acesso em 26 maio 2023.

1 Regulamentação da jornada de trabalho: A CLT estabeleceu limites para a jornada de trabalho, determinando que a carga horária não poderia exceder 8 (oito) horas diárias ou 44 (quarenta e quatro) horas semanais, com a possibilidade de horas extras remuneradas.
2 Férias remuneradas: A legislação trabalhista passou a garantir o direito a férias remuneradas, assegurando aos trabalhadores um período de descanso anual, com remuneração adequada.
3 13º salário: A CLT instituiu ainda o pagamento do 13º salário, também conhecido como gratificação natalina, que consiste no pagamento de um salário adicional aos trabalhadores no fim de cada ano letivo.
4 Direitos trabalhistas específicos: A CLT trouxe regulamentações para uma série de direitos específicos dos trabalhadores, como licença-maternidade, licença-paternidade, aviso prévio em caso de demissão, seguro-desemprego, entre outros.
5 Proteção contra demissões arbitrárias: A legislação trabalhista passou a estabelecer critérios para a demissão de funcionários, evitando demissões arbitrárias e garantindo que os trabalhadores tivessem alguma proteção contra a perda injusta do emprego.
6 Normas de segurança e saúde no trabalho: A CLT também trouxe regulamentações relacionadas à segurança e à saúde no ambiente laboral, visando garantir condições de trabalho adequadas e proteger os trabalhadores de acidentes e de doenças ocupacionais[5]. (BRASIL, 1943)

Esses são apenas alguns dos benefícios trazidos pela CLT. Vale evidenciar que a legislação trabalhista continua sendo atualizada e modificada ao longo dos anos para atender as demandas e às necessidades dos trabalhadores brasileiros.

Além disso, o governo Vargas criou inúmeras instituições para atender as demandas sociais e combater a miséria. Entre essas instituições, destaca-se o Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), promovendo obras de infraestrutura em áreas carentes, como a construção de estradas, de escolas, de hospitais e de sistemas de abastecimento de água.

Essas ações resultaram num relevante amparo social aos trabalhadores urbanos e ajudaram a melhorar as condições de vida de muitos brasileiros. A CLT, por exemplo,

5 BRASIL. **Decreto nº 5.452, de 1º de maio de 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Vide referências.

representou um avanço significativo na legislação trabalhista do Brasil e estabeleceu uma base de direitos que ainda são fundamentais até a época atual, mesmo havendo divergências e críticas sobre tal legislação.

É interessante considerar que a identidade de cada indivíduo é também decorrente de sua condição de trabalhador, cujos direitos sociais são definidos para se ter uma nova forma de cidadania. No entanto, salienta-se que essa parte do processo social na vida do cidadão depende de regulamentação trabalhista, que teve ainda suas limitações, uma vez que muitos trabalhadores, especialmente aqueles em situação de informalidade e pobreza extrema, enfrentavam dificuldades e não eram inteiramente contemplados pelas políticas implementadas. Além disso, as demandas sociais e a pobreza continuaram sendo desafios persistentes ao longo do tempo, requerendo esforços contínuos por parte do Estado brasileiro, posto que a questão social foi sendo trabalhada de maneira subalterna e atrelada ao governo e às indústrias da época.

Contudo, é cabível pontuar que, durante a Era Vargas, ainda que tenham sucedidas inúmeras dificuldades, a realidade brasileira mudou significativamente, mesmo que o poder político pouco tenha mudado; e a distribuição de renda foi bastante limitada, houve importantes avanços sociais no Brasil, com a formulação e a implementação de leis e decretos, bem como o aumento da população urbana, a qualificação profissional e a ampliação de direitos sociais. Adalberto Paranhos (1999) afirma que:

> A tese da concessão dos direitos sociais seria propagandeada, na fala trabalhista, como obra da "generosidade" e da capacidade de antevisão" de Vargas. Ela cumpria, entre outras, a função de amortecedor do impacto dos conflitos de classe. Reforçava a estratégia de tentar apagar da memória dos trabalhadores as lutas que, desde o século passado, vinham se desenvolvendo pelo reconhecimento de seus direitos, lutas essas que marcaram, mais ou menos profundamente, a ação do proletariado urbano durante toda a república até ameados dos anos 30. Daí que, ao proceder à glorificação do Estado – e de Vargas, sua personificação- como o agente que zelava e velava pelos interesses dos trabalhadores, a ideologia do trabalhismo jogava a favor da reafirmação da incapacidade política das classes trabalhadoras (PARANHOS, 1999, p. 25).

Nota-se claramente que a citação acima é meramente uma crítica voltada ao trabalhismo no Brasil, no governo de Getúlio Vargas (1930-1945). Neste quadro, Adalberto Paranhos (1999) analisa o trabalho e a sua relação com os direitos sociais no país, destacando

a ideia de que a concessão desses direitos era apresentada como resultado da "generosidade" e da "capacidade de antevisão" de Vargas, com o objetivo de amortecer os conflitos de classe e enfraquecer a memória das lutas históricas dos trabalhadores pelos seus direitos. Dessa forma, a ideologia trabalhista reforçava a dependência política das classes trabalhadoras em relação ao Estado.

Dado a este contexto, em sua resenha, sobre a obra de Paranhos, intitulada *O Roubo da fala*, Guilherme Cavalheiro (2000) afirma que:

> Em sua crítica à ideologia do trabalhismo, Paranhos defende a tese central de seu livro, e que lhe inspira o título, de que a imagem de gratidão pela outorga, sendo ideologia e não realidade, rouba dos trabalhadores a sua verdadeira fala. Esta não seria a fala do "muito obrigado", mas a voz das greves e das lutas que arrancaram seus direitos de Vargas. Esta troca historicamente ilícita, Paranhos se propõe reparar mobilizando (1) a existência de contradições internas aos documentos analisados, (2) o seu questionamento teórico através da literatura crítica aos conceitos de mito e ideologia e (3) o seu contraste com os fatos históricos que negam a passividade dos trabalhadores e as boas intenções de Vargas. (CAVALHEIRO, 2000, p. 153).

E mais: ao deter a avaliação do trabalho de Paranhos (1999), a respeito de sua criticidade trabalhista na Era Vargas, Cavalheiro (2000) tange que:

> Vejamos a avaliação de Paranhos ao se deter na ideologia do trabalhismo: não a cotejou sistematicamente em sua contrapartida objetiva, porém nas ações concretas e positivas de Vargas em seu atendimento às reivindicações que lhe foram feitas. Conseqüentemente, se a ideologia abafou a voz de protesto dos trabalhadores, a análise do fenômeno ideológico acabou por tomar os feitos de Vargas majoritariamente na forma de seu exagero propagandista, negligenciando a existência real de um incipiente Estado providência, fundamental para a eficácia dos discursos analisados. Assim, Paranhos acaba por substituir o mito do bom chefe, que outorga, por uma avaliação igualmente inverídica, onde só os trabalhadores seriam autores de sua história, criadores das conquistas sociais daquele período. O que deveria ser acrescentado, em sua crítica à ideologia oficial, é que, havendo concessões e não outorga, houve, no mínimo, uma co-autoria entre o movimento operário-popular e Vargas no estabelecimento daquelas conquistas. Segundo o próprio autor, comentando os gastos dispensados aos programas de bemestar, a partir de 1942, "os mitos, afinal, não se nutrem só de palavras".[6] Aqui, não havendo espaço para um exame mais detido acerca das causas desta insuficiência, indicaríamos, enquanto nossa suspeita, que, talvez, a riqueza de inspirações teóricas, de que se valeu o autor, se lhe propiciou uma análise multifacetada das entranhas do discurso trabalhista, e

6 p. 139.

> lhe tomou a visão de parte substancial do contexto objetivo que o alimentava. (CAVALHEIRO, 2000, p. 154)

Percebe-se, portanto, consoante as disposições apresentadas, que Paranhos (1999), doutor em História Social, analisa as ações do governo Vargas mediante a determinação das intenções do então presidente frente aos trabalhadores brasileiros. Abaixo, estão detalhadas algumas das análises feitas pelo historiador, que incluem:

1. Consolidação das leis trabalhistas: Uma das principais contribuições de Vargas foi a criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943. Paranhos analisa essa medida como uma tentativa de o governo de Getúlio estabelecer direitos e proteções aos trabalhadores, regulamentando questões como jornada de trabalho, férias remuneradas, salário-mínimo, entre outros.
2. Nacionalismo e intervenção estatal na economia: Paranhos observa que o governo Vargas adotou uma postura nacionalista e intervencionista na economia, criando empresas estatais e promovendo a industrialização do país. Essas medidas foram vistas por Paranhos como uma tentativa de fortalecer a economia brasileira e melhorar as condições de trabalho dos trabalhadores.
3. Políticas sindicais e trabalhistas: Vargas adotou uma postura ambígua em relação aos sindicatos e aos movimentos trabalhistas. Por um lado, ele incentivou a criação de sindicatos corporativistas, que eram controlados pelo Estado e serviam como intermediários entre os trabalhadores e os empregadores. Por outro, o governo também reprimiu movimentos grevistas e perseguiu líderes sindicais considerados subversivos. Adalberto Paranhos analisa essas políticas como uma forma de controlar e cooptar os trabalhadores, enfraquecendo sua autonomia e capacidade de luta.
4. Populismo e apelo às massas trabalhadoras: Getúlio Vargas foi um líder político populista que buscava estabelecer uma relação direta com as massas trabalhadoras. Neste rastro, Paranhos analisa que o presidente utilizava discursos e políticas populistas para angariar apoio e se manter no poder, mas também para legitimar suas ações em relação aos trabalhadores[7].

7 PARANHOS (1999)

Essas são apenas algumas das análises feitas por Paranhos (1999) a respeito do governo de Getúlio Vargas e as suas políticas em relação aos trabalhadores brasileiros. Cabe ressaltar que diferentes historiadores podem ter interpretações variadas e complementares sobre o tema proposto.

No tocante ao assunto do trabalhismo, Diorge Konrad e Glaucia Konrad (2000) asseguram que o trabalhismo teria sido "produzido" pelos intelectuais vinculados aos projetos políticos de Getúlio Vargas. Contudo, o que se corrobora é que a ideologia do trabalhismo não nasce do nada, durante o primeiro governo de Getúlio Vargas, mas, a partir da incorporação e da apropriação das representações ideológicas das classes meramente dominadas.

Entretanto, como ressalta Paranhos (2005), a consolidação da ideologia do trabalhismo, principalmente em torno do ano de 1942 – justamente quando o Estado Novo passou a perder sua base de apoio político e social – deveria ter sido buscada nas reivindicações e nas lutas dos trabalhadores no período pré-1930.

Ainda no período de 1937, aprofundaram-se as tendências intervencionistas e reguladoras presentes na primeira fase do governo Vargas. Segundo Netto (2009), o Estado Novo foi fundamental para a expansão do capitalismo, pois houve novas redefinições e um modelo estruturado que atendia as pressões de grupos capitalistas, e, ao mesmo tempo, a contradição de uma composição moderna autoritária, perpassando pelos modelos internacionais liberais e intervencionista.

Durante o período do Estado Novo, ocorreram mudanças significativas na estrutura administrativa do Brasil, incluindo a criação, a extinção e a transformação de diversos órgãos públicos. Além disso, foram implementados orçamentos, programas e concursos públicos para os setores governamentais. Essas reformas permitiram que o poder público passasse a lidar com as demandas e os conflitos entre o capital e os trabalhadores, buscando propor soluções, realizar correções, acomodar interesses ou reprimir confrontos. Dessa forma, os conflitos de classes sociais foram internalizados no âmbito da reforma administrativa.

1.2 O nascimento da capital mineira

A concepção de transferência de capital já era cogitada no século XIX, e a localização mais favorável era o Vale do Rio das Velhas, com destaque para o Arraial Belo Horizonte.

Outros locais também eram considerados, como Juiz de Fora, Zona da Mata, Barbacena, na Região Central, e Várzea do Marçal, em São João Del Rei, no Campo das Vertentes. Sendo O Arraial de Belo Horizonte conhecido como Curral Del Rey escolhido.

Antes conhecida como Curral del Rey, a fazenda se expandiu, pois, atraia visitantes de todas as regiões do Brasil, transformando-se em um arraial. Esse pequeno arraial, que antes possuía de 30 a 40 famílias, cresceu drasticamente, atingindo uma população de 18 mil habitantes. Tinha como comércio pequenas fábricas de algodão, além da comercialização de farinha e de gados.

Desde o seu surgimento, a segregação socioespacial se estabeleceu como um padrão presente, uma vez que o planejamento de construção destinava uma zona privilegiada às elites, enquanto expulsava os moradores de baixa renda e imigrantes para subúrbios desorganizados e carentes de infraestrutura adequada. Essas áreas periféricas eram frequentemente caracterizadas por condições precárias de higiene e riscos à segurança.

Ordem, progresso e higiene guiaram o planejamento e a fundação de Belo Horizonte, uma vez que Ordem e Progresso era o que regia a Nova República, que passava por amplas transformações políticas, econômicas e sociais.

Houve uma grande obsessão por higiene, devido às pandemias e às epidemias que atacavam no momento. Logo, a higiene era prioridade absoluta para demarcar as novas conquistas. Entretanto, o que foi planejado não atingiu o objetivo junto à construção da nova capital mineira, pois havia desigualdade na distribuição da infraestrutura básica pelo território, com esgoto e água potável. Destarte, houve uma grande diferenciação entre centro/rico e periferia/pobre.

Segundo o do historiador Sidney Chalhoub, em sua obra "Cidade Febril" (2017), descreve a chamada "operação de guerra" contra as classes consideradas perigosas e seus locais de moradia, os cortiços. Ele explora a relação ideológica entre pobreza e a proliferação de doenças, narrando a derrubada e destruição desses espaços e a segregação das classes mais baixas por meio de métodos de higienização. Essa batalha travada pelo poder público tinha como objetivo obter um espaço urbano "limpo".

Se, por um lado, o fator higienização era premissa para a construção da nova capital, por outro, a industrialização também produziu uma visão otimista para gerar o progresso. Dessa maneira, o racionalismo, a ciência e a tecnologia eram elementos para solucionar os problemas oriundos da relação entre o homem e o meio ambiente.

É fundamental frisar também que a desapropriação de terrenos particulares foi estabelecida para a construção de casa em condições higiênicas, gerando possibilidade de aluguel barato para os operários. À vista disso, lotes foram sendo distribuídos de acordo com a estética e a higienização para futuros moradores selecionados por categorias, como exemplo, os funcionários estaduais, além de determinar preços para diversas áreas da nova capital.

O ordenamento espacial da nova capital foi importante para as autoridades, o que não se pode afirmar sobre os outros habitantes. A organização urbana não oferecia uma ordem social, ou melhores condições de vida para a sua população. Portanto, o plano proposto de construção não trouxe melhorias para a vida de todos os moradores, uma vez que, ao encontro disso, a construção de uma cidade exigia serviços básicos de urbanização, que eram essenciais. Porém, devido à limitação de recursos, muitos desses serviços não puderam ser realizados. Por este motivo, os investimentos foram direcionados à criação imediata de uma cidade funcional, atendendo principalmente às necessidades dos privilegiados, enquanto os investimentos de longo prazo foram destinados às áreas rurais, deixando de lado a população mais carente. Isso resultou na não realização completa do plano que previa uma população de 200.000 habitantes, ocupando simultaneamente as áreas urbana, suburbana e rural. Apenas uma parte desse plano foi executada inicialmente pelo governo estadual.

Para a inauguração da cidade, o Estado teria somente os elementos necessários para o funcionamento da capital, como: estação de trem, edifícios públicos e lotes e casas para funcionários públicos. Inaugurada em 12 de dezembro de 1897, apenas uma pequena parte do plano proposto havia sido executada, enquanto os canteiros de obras perduraram por muitos anos.

A partir da década de 1920, o espaço urbano foi determinado por dois eixos: o da faixa, construída na zona urbana, e outro ao longo do Ribeirão Arrudas, que era no decurso da ferrovia. À medida que a ferrovia era expandida, a infraestrutura também era desenvolvida, como redes de água e esgoto e iluminação pública, possibilitando a transformação do arraial em cidade, uma vez que o desenvolvimento, primeiro nas partes baixas, próximo às ferrovias, na região, tornou-se o centro da cidade.

A elite local escolheu ocupar a encosta próxima ao Palácio Presidencial, em Belo Horizonte, enquanto a população mais pobre se dispersava em encostas íngremes, na zona suburbana próxima à ferrovia e em colônias agrícolas (GUIMARÃES, 1991), (BARRETO,

1996). Essa divisão desempenhou um papel crucial na segregação socioespacial da cidade, pois conviviam camponeses e funcionários públicos.

Ao analisar o desenvolvimento urbano de Belo Horizonte, após sua inauguração, observa-se que os subúrbios eram desorganizados e carentes de planejamento, em contraste com a parte central da cidade, que era geometricamente organizada. Os subúrbios cresciam de forma caótica e espontânea, sendo ocupados pela população mais pobre e pelos habitantes do arraial, que foram despejados após a desapropriação. Cumpre destacar que uma das primeiras consequências desse plano foi o despejo imediato dos moradores locais de suas casas, que foram rapidamente ocupadas pelos engenheiros, servindo de residências ou escritórios destes, à proporção que o arraial era transformado em local de construção (BARRETO, 1996).

Segundo Gomes e Lima (1999), alguns autores atribuem a histórica segregação socioespacial de Belo Horizonte ao seu plano original, que estabeleceu uma clara disparidade entre uma zona urbana ordenada, equipada e elitista, e um subúrbio precário e sem planejamento.

Foram também realizadas compensações financeiras aos residentes do arraial. Contudo, não se sabe como foi a avaliação dessas moradias junto aos seus terrenos, sendo que os lotes nas zonas urbanas alcançavam maiores valores que os das zonas suburbanas. Casas foram trocadas muitas vezes somente por lotes, havendo a necessidade de a capital providenciar as construções. Muitos moradores optaram pela compensação financeira, possibilitando-lhes a compra de lotes baratos e maiores nos subúrbios, condizentes com as necessidades da vida com a qual muitos já estavam acostumados.

Entretanto, um dos diversos fatores que também possibilitou a exclusão da população mais pobre, foi o alto custo dos lotes, valorizados de acordo com a sua estrutura e infraestrutura. Os valores desses lotes foram decididos pelo Estado, o qual os estimou de acordo com a localização de equipamentos públicos. Consoante Guimarães (1991):

> A população pobre não foi totalmente ignorada pelo governo ou pelo plano de Aarão Reis, apesar de largamente negligenciada. O artigo 6º da lei n.3 de 1893 menciona brevemente que o Estado deveria promover a construção de casas em condições sanitárias e a alugueis baratos para os trabalhadores. Porém, muito mais atenção e recursos foram direcionados aos funcionários do estado, para quem lotes foram concedidos e casa foram construídas, em pagamentos mensais. (Guimarães,1991, p. 51).

Era claro que a distribuição das classes sociais não ficava entre os reais interesses do governo. O relato do padre Francisco Martins Dias, mencionado por Barreto (1996), retrata Aarão Reis como uma figura impopular, descrevendo-o como alguém frio e racional que não desejava ver os moradores do Arraial ocupando áreas que se tornariam zonas urbanas e suburbanas.

Barreto (1996), ao transcrever o ofício n. 26 de Aarão Reis, afirma que:

> Foi organizada a planta geral da futura cidade dispondo-se na parte central, no local do atual arraial, a área urbana de 8.815.382m², dividida em quarteirões de 120mx 120m pelas ruas, largas e bem orientadas, que se cruzam em ângulos retos, e por algumas avenidas que as cortam em ângulos de 45º. Às ruas fiz dar a largura de 20 metros, necessária para a conveniente arborização, a livre circulação dos veículos, o trafego dos carris e os trabalhos de colocação e reparações das canalizações subterrâneas. Às avenidas fixei a largura de 35m, suficiente para dar-lhes a beleza e o conforto que deverão, de futuro, proporcionar à população. Apenas a uma das avenidas- que corta a zona urbana de norte a sul, e é destinada à ligação dos bairros opostos, dei a largura de 50m, para constituí-la em centro obrigado da cidade e, assim, forcar, a população, quanto possível, a ir se desenvolvendo do centro para a periferia, como convêm a economia municipal, à manutenção da higiene sanitária e ao prosseguimento regular dos trabalhos técnicos. Essa zona urbana é delimitada e separada da suburbana por uma avenida de contorno, que facilitará a conveniente distribuição dos impostos locais, e que, de futuro, será uma das mais apreciadas belezas da nova cidade. A zona suburbana, de 24.930.803m² – em que os quarteirões são irregulares, os lotes de áreas diversas, e as ruas traçadas de conformidade com a topografia e tendo apenas 14 m de largura- circunda inteiramente a urbana, formando vários bairros e é, por sua vez, envolvida por terceira zona de 17.474.619m² reservada aos sítios destinados à pena Lavoura. (BARRETO, 1996, p. 33)

Em face de tal segregação social, a primeira favela surgiu no Alto da Estação, ocupando o morro atrás da Estação Central, já que foi demorada a urbanização dessa área. Como consequência, avançavam ocupações irregulares, obrigando o governo a agir.

Por meio do decreto n. 2.846, de 30 de março de 1909, foram instituídas novas formas para a distribuição de lotes na cidade – frisando que este decreto possibilitou a criação da zona operária, exclusivamente para operários da época. O que se observa é que eram lotes destinados ao “bom” operário da época, e só seriam concedidos àqueles que provassem tirar seu sustento de trabalhos manuais, em qualquer arte ou ofício, moradores da cidade há mais de 2 (dois) anos, com bons costumes e trabalhadores dedicados; ou seja, não eram para aqueles ditos que praticavam a “vadiagem.” (DUTRA, 1988).

A principal consequência da área operaria foi a consolidação da segregação socioeconômica na capital. Segundo Julião (1891-1920, p. 82), “um lado de Belo Horizonte cheirava a lenços d´Alcobaça e a mofo das secretarias e o outro lado da cidade cheirava à água de colônia, toucinho e álcool”.

Sobre tais considerações, descortina-se que o governo procurou ajustar os operários assalariados a novos dispositivos de repressão. Eram mecanismos disseminados por toda sociedade, por exemplo: a adaptação da população aos serviços de higiene e a polícia. O intuito era adaptar os novos cidadãos ao sistema político vigente.

Mesmo havendo ausência de legislação trabalhista, tanto os modelos de salubridades quanto as ordens policiais, eram mecanismos disciplinadores da massa de trabalhadores urbanos. Essas estruturas estavam incumbidas de assegurar a ordem pública na cidade, o que representou submeter os espaços de moradia, lazer e o trabalho das classes populares a expedientes normativos, aliados a uma vigilância e repressão sistemática. Qualquer desvio à ordem original era tido como caos urbano. A tendência do governo da nova Capital era a de impedir as manifestações dos habitantes, sendo estas suscetíveis de serem banidas do espaço citadino. Na cidade capital, nada poderia ser mais atraente do que um espaço modelar, disciplinado, com conceitos e condutas traçados para que se revelasse tudo e ensinasse como as relações entre coisas e pessoas deveriam ser. A seguir, a Antiga Sede do Leilão, que foi desapropriada para a construção da capital mineira. (Imagem 3):

Imagem 3 - Antiga Sede do Leitão, desapropriada em 1844, para a construção da capital mineira

Fonte: Acervo do Museu Histórico Abílio Barreto – Prefeitura de Belo Horizonte (MG)

A Antiga Sede do Leitão foi um imponente e histórico edifício localizado em Belo Horizonte, Minas Gerais. Sua construção remonta ao período anterior à escolha da cidade como capital do Estado, sendo um marco arquitetônico de considerável importância para a região.

Essa sede, que recebeu o nome de "Leitão", em referência ao seu proprietário original, possuía características distintas que a destacavam. Sua arquitetura apresentava traços clássicos e imponentes, com fachadas elaboradas e elementos decorativos que evidenciavam a influência das tendências arquitetônicas da época.

No entanto, em 1844, a Antiga Sede do Leitão foi desapropriada para dar lugar à construção da capital mineira, Belo Horizonte. A escolha do local para a nova cidade implicou a necessidade de desocupar e demolir diversas edificações existentes, incluindo essa importante sede.

Embora a Antiga Sede do Leitão tenha sido perdida para o progresso e desenvolvimento da capital, sua história e importância ainda são preservadas na memória da região. O local em que a sede se encontrava representa um marco simbólico na transformação

e crescimento de Belo Horizonte, que lembra a evolução urbana e as mudanças que ocorreram ao longo dos anos.

Imagem 4 – Antigo Curral Del Rei

Fonte: Acervo Museu Histórico Abílio Barreto – Prefeitura de Belo Horizonte (MG)

O Antigo Curral Del Rei também foi outro importante marco histórico localizado em Belo Horizonte, Minas Gerais. Sua origem remonta ao período colonial, quando a região era conhecida como "Curral Del Rei", em referência ao local onde o gado era mantido e protegido.

Esse curral desempenhou papel central na economia e no desenvolvimento da região, uma vez que era utilizado como ponto de concentração e comércio de animais, um local estratégico para a atividade pecuária na época[8].

Com a escolha de Belo Horizonte como a nova capital de Minas Gerais, o Antigo Curral Del Rei foi desapropriado e transformado para dar lugar à construção da cidade. O espaço foi redesenhado e urbanizado para se tornar o coração da nova capital, abrigando importantes edifícios governamentais, praças e áreas de convivência.

Conquanto o Antigo Curral Del Rei não exista mais como uma estrutura física, seu nome e significado histórico permanecem presentes na memória coletiva da cidade. A

8 CURRAL DEL REY – Desconstruindo BH, uma cidade em eterna construção. **O surgimento do Curral Del Rey**. Vide referências.

transformação desse local em uma capital moderna e vibrante é um testemunho do progresso e da evolução de Belo Horizonte ao longo do tempo. Abaixo, destaca-se a vista aérea da Praça da Liberdade. (Imagem 5):

Imagem 5 – Vista aérea da Praça da Liberdade, em 01 de janeiro de 1934

Fonte: Acervo Museu Histórico Abílio Barreto – Prefeitura de Belo Horizonte (MG)

Em janeiro de 1934, a Praça da Liberdade apresentava uma atmosfera vibrante e majestosa. Como marco histórico e cultural de Belo Horizonte, a praça exibia elementos arquitetônicos imponentes e paisagismo encantador, refletindo o esplendor da época. Era um local impressionante, onde a arquitetura era grandiosa e o paisagismo bem cuidado, além do monumento central, que contribuía para criar uma atmosfera de extrema beleza, significado histórico e espaço público acolhedor.

Imagem 6 – Foto área: área industrial à margem do Ribeirão Arrudas

Fonte: APCBH – Relatório do prefeito Juscelino Kubitschek de Oliveira, 1941.

No início do século XX, a área industrial às margens do Ribeirão Arrudas era um centro pulsante de atividades industriais em Belo Horizonte. Localizada estrategicamente ao longo do curso d'água, essa região desempenhava papel vital no desenvolvimento econômico do município.

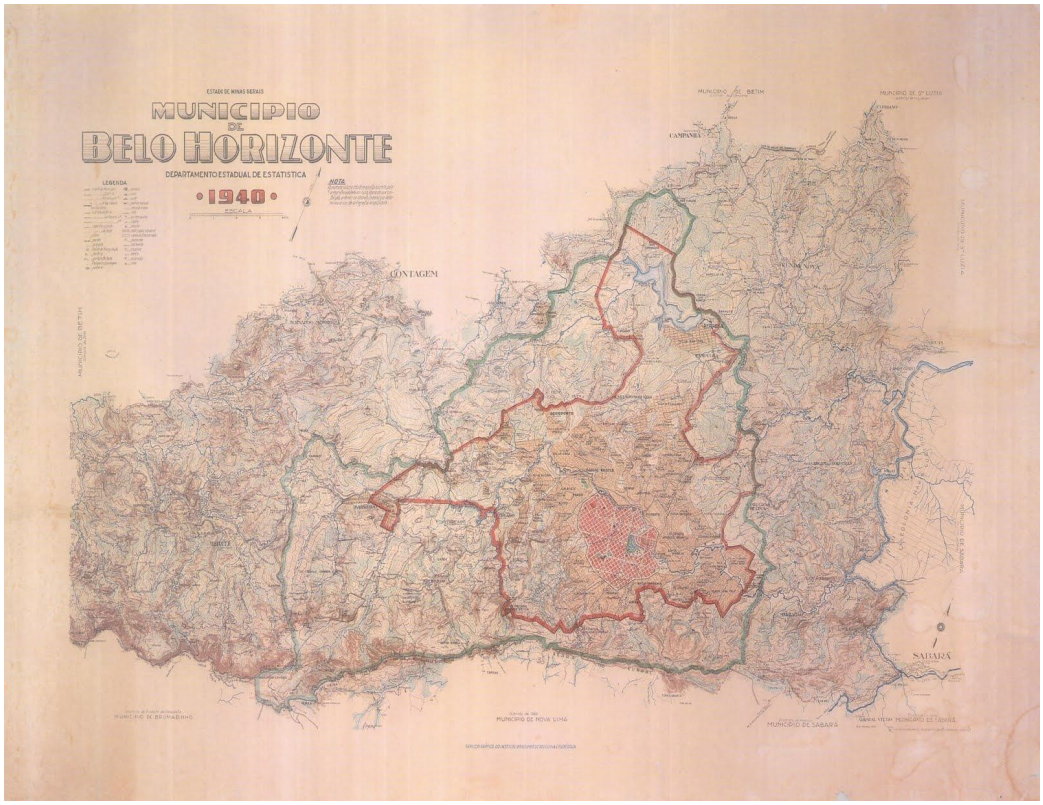
Ao explorar essa área, seria possível observar uma série de fábricas e de indústrias estabelecidas ao longo das margens do Ribeirão Arrudas. Essas fábricas abrangiam diversos setores, como têxtil, metalúrgico, alimentício e de produtos químicos, entre outros. Os prédios industriais, muitas vezes em estilo arquitetônico característico da época, eram facilmente identificáveis pelas suas chaminés e grandes estruturas.

A movimentação na área industrial era intensa, com trabalhadores transitando pelas ruas e transporte de materiais e produtos. A presença de linhas ferroviárias nas proximidades permitia o escoamento eficiente da produção, facilitando a distribuição dos bens manufaturados para outras regiões.

As margens do Ribeirão Arrudas proporcionavam uma fonte de água necessária para o funcionamento das indústrias, além de servir como via de transporte fluvial para o deslocamento de mercadorias. No entanto, é importante mencionar que, naquela época, as questões ambientais e de poluição não eram tão amplamente regulamentadas, o que poderia resultar em despejos de resíduos industriais no ribeirão.

A área industrial às margens do Ribeirão Arrudas era um centro vital para a economia da cidade, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento de Belo Horizonte no início do século XX. Logo a seguir (Imagem 7), nota-se o mapeamento da capital mineira.

Imagem 7 – Mapeamento da cidade de belo horizonte



Fonte: coleção de documentos cartográficos do arquivo público mineiro – APM

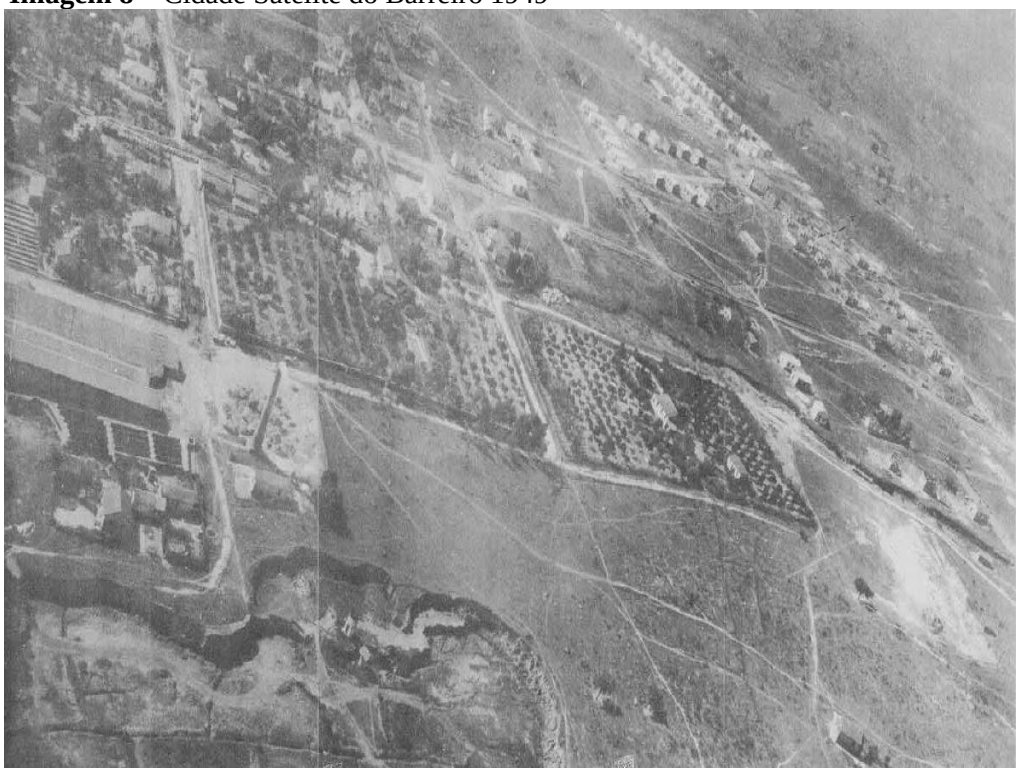
No início do século XX, o mapeamento da cidade de Belo Horizonte era uma tarefa fundamental para o planejamento urbano e o desenvolvimento da nova capital de Minas Gerais. A cidade foi cuidadosamente projetada e construída a partir de um plano urbanístico, o que exigiu um mapeamento detalhado de sua área.

O mapeamento da cidade envolveu a demarcação precisa dos limites territoriais, a criação de ruas, avenidas e praças, além da identificação de áreas destinadas a diferentes usos, como residencial, comercial, industrial e institucional. Esse processo de mapeamento contribuiu para a organização eficiente da cidade e para a definição de sua estrutura urbana.

O resultado desse mapeamento foi a criação de um plano urbano bem estruturado e organizado para Belo Horizonte. Esse trabalho de cartografia e mapeamento foi, portanto, indubitavelmente essencial para o crescimento estrutural do município, viabilizando

significativamente no desenvolvimento harmonioso e funcional da capital mineira no início do século XX. A seguir, a fotografia aérea da Cidade Satélite do Barreiro (Imagem 8):

Imagem 8 – Cidade Satélite do Barreiro 1949



Fonte: APCBH – Relatório do Prefeito Octacílio Negrão de Lima, 1949

A Cidade Satélite do Barreiro foi um empreendimento urbano desenvolvido em Belo Horizonte a partir de 1949. Localizada na região do Barreiro, essa nova área residencial foi planejada com o objetivo de atender à demanda crescente por habitação na cidade.

A Cidade Satélite do Barreiro foi concebida como um bairro planejado, com ruas e lotes demarcados de maneira organizada. A infraestrutura básica, como redes de água, eletricidade e esgoto, foi implantada para garantir o funcionamento adequado e o conforto dos moradores. O projeto incluiu a construção de diversas casas, que seguiam um padrão arquitetônico predominante da época. As residências eram projetadas para acomodar famílias, oferecendo espaços funcionais e confortáveis para os moradores.

Além das habitações, a Cidade Satélite do Barreiro contava com equipamentos e serviços públicos essenciais. Foram construídas escolas, postos de saúde, praças e áreas de lazer para atender às necessidades da comunidade.

Seguindo nessa mesma esfera de desenvolvimento, o comércio também marcou presença na região, oferecendo opções de compras e serviços aos moradores. Com isso, a Cidade Satélite do Barreiro foi uma iniciativa que contribuiu para o crescimento e a expansão urbana de Belo Horizonte. Com o passar dos anos, o bairro se desenvolveu cada vez mais e se integrou à cidade, tornando-se parte importante do cenário urbano da região do Barreiro.

Imagem 9 - Projeto do Conjunto IAPI, no bairro Popular

Fonte: APCBH – Relatório do prefeito Juscelino Kubitschek de Oliveira, 1941

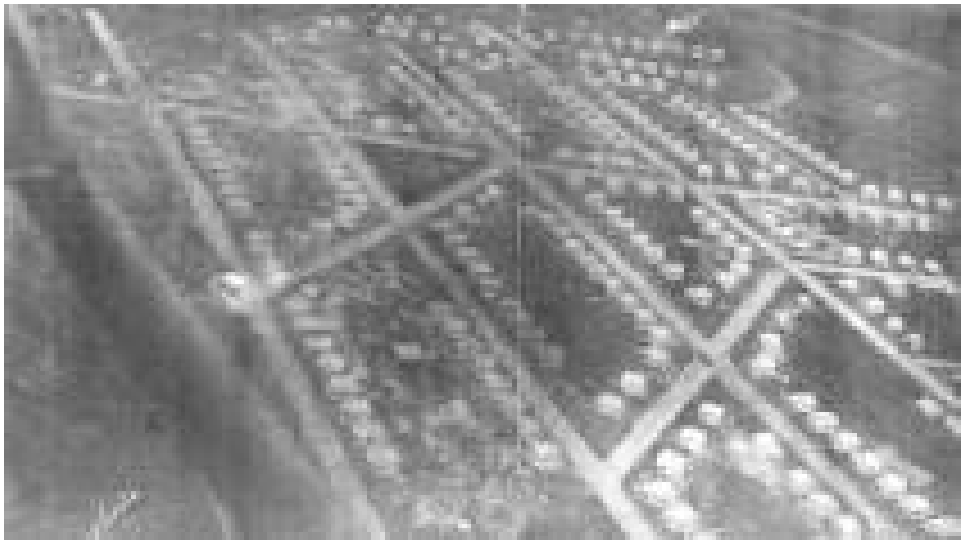
O Conjunto IAPI foi projetado como um conjunto habitacional planejado, com o objetivo de fornecer habitação de qualidade para famílias de baixa renda. O projeto incorporou princípios modernistas de arquitetura e urbanismo, com ênfase na funcionalidade, conforto e integração social.

A construção do conjunto envolveu a criação de uma série de edifícios residenciais, organizados de maneira harmoniosa e eficiente. Esses edifícios abrigavam apartamentos compactos, projetados para acomodar famílias de diferentes tamanhos. Cada unidade habitacional era equipada com os elementos básicos necessários, como cozinha, banheiro e quartos, proporcionando condições adequadas de moradia.

Além das unidades residenciais, o Conjunto IAPI contava com infraestrutura e equipamentos comunitários. Foram construídas áreas de lazer, como praças e parques, onde os moradores podiam desfrutar de momentos de convivência e recreação. Também foram incluídos espaços para serviços públicos, como escolas, postos de saúde e comércio local, proporcionando conveniência e acesso a esses recursos essenciais.

A construção do Projeto do Conjunto IAPI no bairro Popular representou um esforço significativo para melhorar as condições de moradia para a população de baixa renda em Belo Horizonte. O projeto trouxe uma abordagem inovadora e planejada para a habitação popular, contribuindo para a promoção da qualidade de vida e a inclusão social dos moradores. Ao longo dos anos, o Conjunto IAPI se tornou parte integrante do bairro Popular, desempenhando papel importante na comunidade local. Abaixo, (Imagem 10), nota-se o bairro Popular conhecido como Mato da Lenha.

Imagem 10 – Bairro Popular Mato da Lenha, 1949



Fonte: APCBH – Relatório do Prefeito Octacílio Negrão de Lima, 1949

O Bairro Popular Mato da Lenha, construído em 1949, foi um importante empreendimento urbano no município de Belo Horizonte. Localizado na região central da cidade, esse bairro foi projetado para atender a demanda por moradias populares na época.

O Bairro Popular Mato da Lenha foi concebido como um conjunto habitacional planejado, visando proporcionar moradias acessíveis à população de baixa renda. O projeto levou em consideração princípios de urbanismo e arquitetura moderna, com o objetivo de garantir condições de vida adequada e qualidade de habitação para os moradores.

A construção do bairro envolveu a criação de um conjunto de edifícios residenciais, dispostos de forma organizada e harmoniosa. Esses edifícios eram compostos por apartamentos simples, porém, funcionais, projetados para acomodar famílias de diferentes tamanhos. Cada unidade habitacional oferecia o básico necessário, como cozinha, banheiro e quartos, proporcionando conforto e comodidade aos moradores.

Além das unidades residenciais, o Bairro Popular Mato da Lenha contava com infraestrutura básica, como redes de água, eletricidade e esgoto. Também foram construídos espaços públicos, como praças e áreas de lazer, onde os moradores poderiam desfrutar de momentos de convivência e recreação.

O bairro foi projetado com o intuito de facilitar a integração social e a promoção de senso de comunidade entre os moradores. A proximidade entre as unidades habitacionais, bem como a criação de áreas comuns, estimulava a interação e a cooperação entre os residentes.

Frente a essas proposições, o que se aplica é que o Bairro Popular Mato da Lenha representou uma importante iniciativa no âmbito da habitação popular em Belo Horizonte. Ele contribuiu para a melhoria das condições de moradia da população de baixa renda, oferecendo habitações acessíveis, infraestrutura adequada e espaços públicos para o bem-estar dos moradores. Ao longo dos anos, o bairro se desenvolveu e se integrou à cidade, mantendo sua importância como uma área residencial consolidada.

1.3 O Movimento Industrial e Operário na capital mineira

As atividades industriais surgiram de pequenas empresas, produtoras de materiais de construção, uma vez que Belo Horizonte estava sendo construída de maneira acelerada. A produção das indústrias era voltada ao mercado local, com a utilização de matérias-primas do setor primário, e com pouca mecanização, ou seja, ~~a~~ manufatura era a forma mais utilizada.

Como a população de Belo Horizonte aumentava, as possibilidades econômicas e de empreendimentos impulsionavam os industriais no sentido de se direcionassem ao consumo popular. Fábricas de carroças, vestuário, curtumes, caldeira, tudo o que era necessário para o consumo próprio era produzido na nova cidade, haja vista que o mercado consumidor era bastante promissor devido ao salário dos funcionários públicos. Dessa forma, a economia da

cidade se fortificava, pois, levava a nova capital ao patamar de centro economicamente dinâmico do Estado.

A partir dos anos 1920, ocorreu um dos períodos mais favoráveis para a industrialização do município, impulsionado pelo estabelecimento de siderúrgicas, contribuindo significativamente para o crescimento econômico regional e o fortalecimento do setor industrial. Belo Horizonte passou então a ter vários empreendimentos siderúrgicos em suas redondezas, possibilitando não apenas a geração de muitos empregos, como também o crescimento do mercado local.

Neste mesmo âmbito, cabe pontuar que o crescimento industrial do Brasil se torna uma bandeira de afirmação do Estado Brasileiro. Logo, pressupõe-se que este deveria proteger as riquezas do subsolo, a exploração de energia e instalações de indústrias de base.

A partir da Lei Estadual n.º 98/36 e do Decreto n.º 104/36, foram concentradas as principais indústrias da capital no Barro Preto, tendo como dado interessante a contratação, em sua maioria, de mulheres. Entretanto, em certo momento, o local já não suportava a concentração de indústrias, levando o governo à criação de uma Cidade Industrial.

Em meio a essa tessitura ascensional da futura metrópole Belo Horizonte, salienta-se que o movimento operário teve papel fundamental durante a construção da nova capital mineira, representando, de tal modo, a classe operária. Por trás de todo esse aparato, a presença do Estado exerceu influência significativa nas formações social, urbana e econômica do município, resultando, contudo, em segregação sociopolítica e econômica, que moldaram as reivindicações e influenciaram a mobilização desse movimento.

Com o surgimento da classe operária em Belo Horizonte, em paralelo à construção da cidade, também surgiram demandas por melhorias nas condições de trabalho e redução da jornada laboral. A formação da classe operária belo-horizontina foi intrinsecamente ligada à urbanização em andamento e às situações trabalhistas presentes nesse contexto. Os trabalhadores exigiam opções mais dignas e justas de trabalho, impulsionados pelas circunstâncias adversas enfrentadas durante o desenvolvimento da nova capital. Essas reivindicações eram motivadas pelo desejo de melhores salários, jornadas mais curtas, entre outros. Em suma, determinavam disposições trabalhistas mais adequadas, isto é, que fizessem jus à sua força de trabalho.

O movimento operário em Belo Horizonte refletiu a luta dos trabalhadores pela sua valorização e dignidade, bem como pelas suas imprescindibilidades vitais. A classe operária

desempenhou, portanto, funções importantes na construção da cidade e na formação da identidade socioeconômica de Belo Horizonte. Ao longo do tempo, as reivindicações e as lutas do movimento operário contribuíram para os avanços nas leis trabalhistas e nas condições de trabalho em geral, deixando relevante legado para a história da cidade mineira e para os direitos dos trabalhadores.

Os operários mineiros sempre recorriam ao Estado em busca de medidas que os beneficiassem. Assim, para dar forma à organização dessa classe, surge, em 1916, a Liga Operária Mineira, O Centro Democrático Operário, Liga dos Operários Mineiros, também conhecida como Liga das Classes Operárias do Estado de Minas Gerais, que tinham como princípio, segundo Dutra (1988):

> (…) instrução obrigatória aos órfãos filhos de operários; desenvolvimento agrícola e povoamento dos campos; amparo aos menores desvalidos, aos órfãos e aos filhos menores dos associados operários; solução imediata e definitiva do problema da carestia de vida, pela criação de cooperativas de consumo agrícola. (DUTRA, 1988, p. 16)

Em 1919, houve a fundação da Confederação Católica do Trabalho, representando o sindicalismo cristão, com objetivos educacionais católicos para o operário, além da tentativa de recristianizar o Estado, implantando o ensino religioso nas escolas públicas, buscando uma organização de um sindicalismo voltado para os preceitos cristãos. Essa confederação se inspirava na Encíclica Papal *Rerum Novarum* – 1891 – do Papa Leão XIII, que tinha como intento regenerar os trabalhadores por intermédio da oposição das ideias liberais e buscar uma política mais humana. Segundo a Confederação, cabia aos sindicatos o aperfeiçoamento moral, espiritual e religioso dos seus sócios, como também a luta por uma conjuntura melhor no âmbito laboral e uma legislação trabalhista (DUTRA, 1988).

A Confederação lança um periódico chamado “O Operário”, o qual, em uma de suas publicações, afirma que:

> (…) toda ação operaria tem de desenvolver se em harmonia com todas as classes sociais, que a solução da questão operaria não é incompatível com os direitos e legítimos interesses de qualquer classe, mesmo das chamadas classes capitalistas; toda ação operaria tem de desenvolver-se dentro do respeito ao princípio de autoridade, sem violência, sem atentar contra a ordem social e política. (DUTRA, 1988, p. 21)

A Confederação era, na verdade, uma Federação, e lutava para que os trabalhadores formassem sindicatos e brigassem pelos seus direitos. Assim, a partir da segunda metade da década de 1920, o movimento operário belo-horizontino passa a incorporar a classe trabalhadora aos meios institucionais. Com isso, o Estado formula os direitos e os deveres dos operariados e a sua forma de se organizar.

Entretanto, com uma mão de obra bastante jovem e com maquinários importados, a qualificação era um requisito a ser exigido. Segundo Libby (1988), a força de trabalho feminina e infantil representava maior parte do operariado mineiro; no caso do trabalho infantil e de adolescentes, as fábricas têxteis do Estado mineiro usufruíam de sua força laboril. Ressalta-se que há a possibilidade de que, nesse tipo de trabalho juvenil, fossem utilizados muitos órfãos, principalmente os de idade abaixo de 14 anos.

De acordo com Giroletti (1988), a transformação do trabalhador em operário da indústria exigia habilidades técnicas e mecânicas na criação de novas atitudes e disposições, novas posturas para o operariado industrial, como disciplina e assiduidade, tendo assim formado um novo inconsciente cultural. Em face disso, os trabalhadores precisavam se adaptar a novas formas de organização e obter disciplina, como horários fixos, ritmo acelerado de trabalho e supervisão direta, entre outras injunções. Além disso, a concentração de trabalhadores em fábricas criou um novo ambiente social e cultural, com suas próprias normas e expectativas. Os operários passaram a compartilhar experiências comuns, a enfrentar desafios semelhantes e a desenvolver uma consciência coletiva em relação às suas condições de trabalho e à busca por melhores condições e direitos.

De acordo com Libby (1988), a criação de vilas operárias representava uma das formas de expressão do comportamento paternalista dos empresários da indústria. Essa atitude por parte dos capitalistas industriais seria uma maneira de lidar com as novas relações sociais produzidas. Além disso, era uma forma de controle e influência sobre a vida dos operários, já que o comportamento paternalista dos empresários pode ser entendido como uma abordagem em que eles assumiam a condição de "pais" benevolentes em relação aos seus empregados, oferecendo-lhes condições de moradia, serviços e benefícios adicionais, além do salário. Essa abordagem tinha a intenção de promover a lealdade e a satisfação dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que garantia sua disponibilidade e disciplina no trabalho.

Nesse mesmo rastro, Giroletti (1988) ressalta que a criação de vilas operárias seria um ambiente de socialização cujos comportamentos poderiam ser controlados, ou seja,

disciplinados. Dessa maneira, dentro das fábricas, os industriais teriam um controle bem eficaz de seus trabalhadores.

Cabe dizer que essas vilas operárias muitas vezes incluíam habitações relativamente melhores do que as condições de moradia existentes nas áreas urbanas, além de fornecer instalações e serviços como escolas, igrejas, áreas de lazer e até mesmo sistemas de vigilância. No entanto, essa abordagem também tinha suas limitações, pois os trabalhadores, em muitas ocasiões, ficavam dependentes dos empresários, posto que o bem-estar espiritual, físico, mental, psicológico e emocional dos empregados, além dos relacionamentos sociais, como família e amigos, e também as questões de saúde e educação, ficavam sujeitos ao controle e às decisões de seus patrões.

Com o passar do tempo, os operários mineiros e estrangeiros foram estruturando-se e agrupando-se em associações. Era uma predominância de uma forma mutualista de organização, operários que atenuavam as privações impostas a condições sociais, possibilitando a sua existência como classe. Tinham um caráter político e católico, cuja combinação acabou estimulando as iniciativas de escolarização desenvolvidas por ações beneficentes, ligas operárias e empresários das indústrias existentes. Neste viés, a Liga Operária tinha um caráter militante ou político partidário que se propunha servir de mediadora junto ao Estado de defesa da classe trabalhadora, visando defender os seus interesses desta e propor às autoridades medidas necessárias que a auxiliasse.

Conforme visto, o presente capítulo procurou levantar as devidas análises a respeito do desenvolvimento socioeconômico do Brasil e da capital Belo Horizonte, especificamente nas décadas de 1930 e 1940, em meio a desafios e a contradições, passando, por exemplo, pela criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, assim como pela criação de Conselhos, de órgãos e a Consolidação da Lei do Trabalho (CLT), iniciativas do então presidente Getúlio Vargas, que buscava essencialmente dar ênfase à modernização, rompendo assim com a antiga elite da oligarquia agrária, o que caracterizava o país como extremamente rural.

Além dessas prospecções, é precípuo creditar ainda que o dito capítulo tratou também do nascimento da capital mineira, conhecida antes como Curral del Rey, uma fazenda que se expandiu gradativamente, atraindo visitantes de todas as partes do Brasil, transformando-se, por conseguinte, em um expansivo arraial, que detinha anteriormente cerca de trinta a

quarenta famílias, atingindo, após o seu crescimento, uma população de dezoito mil habitantes.

No capítulo posterior, no entanto, serão tratados como objetos de análise a criação da primeira Escola de Serviço Social no Brasil, a questão social e os fundamentos do serviço social, além da doutrina social da Igreja Católica e de como suas diretrizes influenciaram as Institucionalizações das Escolas Sociais. De igual natureza, entre outros assuntos relacionados ao tema, o capítulo ainda tratará, de forma sucinta, do movimento ultramontano e do modernismo, ambos relacionados à Igreja católica.

2 A DOUTRINA SOCIAL DA IGREJA CATÓLICA E A CRIAÇÃO DA PRIMEIRA ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: A QUESTÃO SOCIAL E OS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL

O objetivo deste capítulo é depreender como se deu a interlocução da Igreja Católica junto à criação das Escolas de Serviço Social, e em como suas diretrizes influenciaram as institucionalizações das escolas sociais, ocorridas durante o fim do século XIX e o início do XX, perpassando antes pelo ultramontanismo e o Modernismo Teológico, as Ações Católicas e o surgimento do serviço social.

2.1 O Movimento Ultramontano e o Modernismo na Igreja Católica: breve contexto

Antes de entender um pouco melhor as questões sociais desempenhadas pelos profissionais do Serviço Social e a interpelação da Igreja Católica, serão observados alguns dos importantes processos nos quais a Igreja Católica do século XIX viveu, buscando firmar os valores cristãos contra a modernidade, que tentava se fixar em tal época. Vale lembrar que os valores que desencadearam a Revolução Francesa foram a liberdade de consciência, a religiosa e a organização em Estados nacionais com poderes fracionados. A Igreja Católica, neste viés, caracterizada pelo ultramontanismo e defensora do monarquismo, refletia preponderantemente sobre os aspectos inovadores da modernidade, considerando-a assaz perigosa, passando a Igreja, portanto, a condenar energicamente todas as ideias e todos os movimentos que contemplavam a perspectiva modernista.

2.1.1 O ultramontanismo

O ultramontanismo foi um movimento religioso e político que teve origem no século XIX, sobretudo no continente europeu. O que se fomenta é que o termo ultramontanismo foi gerado por intento do significado "além das montanhas", fazendo referência ao fato de que o movimento surgiu na região central da Europa, onde, olhando "além das montanhas", dos Alpes para Roma, avistava a figura papal, isto é, onde se encontrava a Santidade, o Papa.

Entre as visões ultramontanas, a principal era a que defendia vigorosamente a supremacia do Papa sobre os assuntos da Igreja e sua autoridade infalível. Em outras palavras,

o ideal ultramontano buscava consolidar a centralização do poder eclesiástico unicamente nas mãos do pontífice, uma vez que os ultramontanos acreditavam que o Papa era a autoridade máxima da Igreja e que suas decisões e ensinamentos eram inquestionáveis e irremissíveis, respectivamente. Desta forma, eles buscavam fortalecer o poder papal em relação aos governos nacionais e aos bispos locais.

O ultramontanismo tinha como "sinônimo" o termo romanização, frequentemente utilizado pelo motivo de que o propósito primordial, como supramencionado, do ultramontanismo era o de promover a centralização do poder eclesiástico em Roma, fortalecendo a autoridade do Papa sobre a Igreja e enfatizando a ligação estreita com a sede papal. Neste rastro, a romanização implicava adotar práticas, rituais e doutrinas mais alinhadas à tradição e à autoridade papal romana. Isso incluía uma ênfase na liturgia latina, na devoção aos Santos e à Virgem Maria, além do reconhecimento da infalibilidade papal. Os ultramontanos buscavam, desta guisa, fortalecer a identidade católica e a unidade da Igreja sob a liderança do Papa em Roma.

Sobre a prática ultramontanista da Igreja Católica, segundo Manoel (2004):

> Em uma definição bastante esquemática, entende-se por catolicismo romanizado ou ultramontano aquele catolicismo praticado entre 1800 e 1960, nos pontificados de Pio VII e Pio XII, informado por um conjunto de atitudes teóricas e práticas, cujo eixo de sustentação se apoiava em: 1) reforço tradicional do magistério, incluindo-se a retomada do tomismo como única filosofia válida para o cristão e aceitável para Igreja; 2) condenação a modernização em seu conjunto (sociedade, economia, política, cultura); 3) centralização de todos os atos da Igreja em Roma, decretando-se, para isso, a infalibilidade do Papa, no Concílio Vaticano I, em 1870, de modo a reforçar a hierarquia, onde o episcopado foi bastante valorizado, submetendo todo o laicato ao seu controle; 4) adoção do medievo como paradigma de organização social, política e econômica (MANOEL, 2004, p. 45).

Embora o termo romanização seja aplicado como "sinônimo" de ultramontanismo em alguns contextos, é importante salientar que nem todos os defensores do ultramontanismo se identificavam explicitamente como romanistas; e, de igual natureza, nem todos os romanistas eram ultramontanos. Isso é consequentemente explicado pelo fato de que a romanização pode ser considerada uma característica do ultramontanismo, haja vista que o movimento ultramontano detinha uma dimensão mais ampla, abrangendo também aspectos políticos e sociais voltados à relação entre a Igreja e o Estado.

Sob o verbete da professora Ana Cristina Pereira Lage (2006), tem-se ainda a antiga definição do ultramontanismo:

> Do latim *ultramontanus*. O termo designa, no catolicismo, especialmente francês, os fiéis que atribuem ao papa um importante papel na direção da fé e do comportamento do homem. Na Idade Média, o termo era utilizado quando elegia-se um papa não italiano ("além dos montes"). O nome toma outro sentido a partir do reinado de Filipe, o Belo (século XIV) na França, quando postularam os princípios do galicanismo, no qual defendiam o princípio da autonomia da Igreja francesa. O nome ultramontano foi utilizado pelos galicanos franceses, que pretendiam manter uma igreja separada do poder papal e aplicavam o termo aos partidários das doutrinas romanas que acreditavam ter que renunciar aos privilégios da Gália em favor da "cabeça" da Igreja (o papa), que residia "além dos montes". O ultramontanismo defende portanto o pleno poder papal.
> Com a Revolução Francesa, as tendências separatistas do galicanismo aumentaram. As idéias ultramontanas também. Nas primeiras décadas do século XIX, devido a freqüentes conflitos entre a Igreja e o Estado em toda a Europa e América Latina, foram chamados de ultramontanos os partidários da liberdade da Igreja e de sua independência do Estado.
> O ultramontanismo passou a ser referência para os católicos dos diversos países, mesmo que significasse um distanciamento dos interesses políticos e culturais. Apareceu como uma reação ao mundo moderno e como uma orientação política desenvolvida pela Igreja, marcada pelo centralismo romano, um fechamento sobre si mesma, uma recusa do contato com o mundo moderno. Os principais documentos que expressam o pensamento centralizador do papa são as encíclicas de Gregório XVI (1831-1845), Pio IX (1846-1878), Leão XIII (1878-1903) e Pio XI (1922-1939). (LAGE, 2006, on-line).

Segundo Lage, o que chama a atenção é que o ultramontanismo era o termo utilizado, ainda na Idade Média, quando era eleito um papa que não fosse italiano (Além dos montes), isto é, um papa que advinha além do território italiano, um papa ultramontano, e que esse termo sofre mudança de sentido durante o reinado de Filipe, no Séc. XIV, na França, ao serem postulados os princípios do galicanismo, em que era defendido o princípio da autonomia da Igreja francesa, no qual os galicanos pretendiam manter uma igreja separada do poder do Papa, ao contrário dos partidários das doutrinas romanas, que defendiam a atribuição do Poder Central ao Papa que vivia em Roma.

Nesse diapasão, Campos (2010) contribui afirmando que:

> A oposição estava constituída. De um lado, se achavam os católicos franceses, defensores de sua cultura e tradição, os galicanos, e os autônomos

> ligados ao Estado. Do outro, os ultramontanos, que reagiam reafirmando sua fidelidade ao poder pontifício, visto como divino, proclamando o dogma da infalibilidade do romano pontífice, e advogando a capacidade da Igreja de organizar a salvação da humanidade. […] Tais católicos apoiavam a centralização do poder religioso em torno do papa, situado "atrás dos montes" da fronteira com a Itália. Vale ressaltar, porém, que o ultramontanismo, superando os limites da França, tornou-se, para a historiografia da religião, sinônimo da busca – principalmente a partir do século XVIII, e em todos os países onde a Igreja se fez presente – do fortalecimento da instituição católica segundo a perspectiva tridentina, da postura antiliberal e da fidelidade irrestrita ao papa. (CAMPOS, 2010, p. 82-83)

Conforme Campos (2010), percebe-se a convergência de dados a respeito das divergências entre os católicos franceses e os partidários da doutrina cristã de Roma, levando em consideração o fortalecimento desta última. Ainda o autor: "O ultramontanismo caracterizava-se ainda por não aceitar a laicização da sociedade e por defender o primado da autoridade espiritual sobre a temporal, da fé sobre a ciência.". (CAMPOS, 2010, p. 82). Ou seja, de acordo com Campos (2010), o movimento ultramontano não aceitava também a introdução do pensamento laico na sociedade, prescrevendo, além disso, a injunção do conservadorismo religioso contra a tentativa inovadora da ciência, isto é, daquilo que poderia ser ameaçador, em toda a sua modernidade, à Fé Cristã.

E de acordo com a professora Lage (2006), o ultramontanismo perdurou por séculos, passando pela Revolução Francesa (1789), até chegar no Século XIX, ultrapassando não apenas os limites fronteiriços europeus e temporais, mas ainda os ultramarinos, aportando, inclusive, no Brasil, como bem coloca Campos (2010), ao dizer que: "[…] procuramos situar o periodismo católico ultramontano como uma prática já antiga em terras européias [*sic*], que foi uma ferramenta de ação ultramontana transposta para o Brasil…". (CAMPOS, 2010, p. 22).

Frente a esses destaques, o que se corrobora, portanto, é que o movimento ultramontano se opunha às ideias do galicanismo, que eram a favor da autonomia da Igreja francesa em relação ao Papa, uma vez que o ultramontanismo defendia a supremacia do Papa e a centralização de seu poder em Roma, visando exercer influência significativa na política e nos assuntos religiosos, inclusive em diversos países europeus.

Em virtude de sua perseverança, o ultramontanismo obteve resultado largamente positivo, fortalecendo-se cada vez mais ao impor o seu poderio católico, como prospecta Manoel (1996):

> O fortalecimento do clero ultramontano permitiu-lhe assumir o poder interno à Igreja e impor essa sua visão como válida para todo o orbe católico. Ancorados na idéia de ser a Igreja portadora da Verdade, desde sempre estabelecida e claramente definida no Concilio de Trento, os ultramontanos julgaram que a salvação da sociedade em geral e do homem individualmente dependia de recristianização do mundo, tarefa, portanto, da exclusiva competência da Igreja. (MANOEL, 1996, p. 41-42)

Acerca disso, destaca-se que a aplicabilidade influenciadora do ultramontanismo cresceu não apenas em quase toda a Europa, mas ainda em inúmeras nações extra europeias, sobremodo no Brasil, ao atravessar preeminentemente os oceanos, alcançando, desta feita, longínquas distâncias, para tão somente postular a Fé Cristã e disseminar o seu poder.

Ressalta-se que o ultramontanismo chegou ao Brasil no século XIX, durante o período do Império brasileiro (1822-1889), introduzido principalmente por meio da influência de missionários e de imigrantes europeus, especialmente os advindos de países com forte tradição ultramontana, como é o caso da França. E é por meio da influência dos missionários católicos europeus e da disseminação das ideias ultramontanas pela imprensa e pelos meios de comunicação da época, que o ultramontanismo teve impacto significativo no país.

O que se insere, nesse cenário, é que a presença do movimento ultramontano no Brasil começou a se consolidar na segunda metade do século XIX, quando a Igreja Católica no país passava por um período de reorganização e fortalecimento após a independência.

Um marco importante nesse processo foi a criação do Conselho Eclesiástico Plenário do Brasil, em 1853, que trouxe maior centralização e disciplina na administração da Igreja no território brasileiro. Esse órgão buscava fortalecer a autoridade do clero e promover a romanização da Igreja, adotando práticas e rituais mais alinhados à tradição romana.

Além disso, outro aspecto deveras fundamental para a disseminação do ultramontanismo no Brasil se deu pela realização do Concílio Vaticano I (1869-1870), que definiu a doutrina da infalibilidade papal. Ao encontro disso, é válido dizer que foi por meio da imprensa e de publicações católicas que as discussões e as decisões do Concílio foram amplamente divulgadas e debatidas no país, fortalecendo, desta maneira, as ideias ultramontanas da Igreja Católica.

Nesse mesmo panorama, o ultramontanismo encontrou apoio especial entre as elites conservadoras e católicas do Brasil, que viam no movimento uma forma de fortalecer a Igreja e de estabelecer uma identidade católica nacional. Entretanto, é relevante inferir que o ultramontanismo inserido no território brasileiro não foi um movimento uniforme, haja vista que foi marcado por suas variações regionais e por disputas internas, encontrando, por consequência, resistência e oposição em alguns setores da Igreja. Por essas alterações, Campos (2010) confirma que:

> No Brasil, principalmente no Segundo Reinado, o ultramontanismo sofreu algumas alterações, no sentido de gerar adaptações daquilo que consistiu no modelo romano. Não sendo mais um movimento estritamente europeu, passou a significar a agregação de pessoas em partidos que seguiam a liderança política e a orientação espiritual do papa na luta contra o Estado nacionalista, de tendências laicizantes e liberais. (CAMPOS, 2010, p. 127)

Nesse viés, o que se corrobora é que, durante a inserção do movimento ultramontano nos meandros da sociedade brasileira, mormente integrado à elite, houve vozes dissidentes e críticas ao ultramontanismo, essencialmente entre aqueles que defendiam maior autonomia da Igreja brasileira em relação à autoridade papal. Por tais impugnações, salienta-se que o ultramontanismo não é mais amplamente utilizado na época atual, chegando com sua força total até o século XIX, posto que suas ideias e influências foram, em sua maior parte, superadas ou modificadas ao longo do tempo.

Entretanto, mesmo levando em conta as influências e as ideias modificadoras em torno de tal movimento, este, consequentemente, fez parte da vida social dos brasileiros nos anos iniciais do século XIX, chegando a impactar na educação e na organização das instituições de ensino, bem como a Igreja Católica, que teve papel significativo na criação e na administração de escolas no Brasil, inclusive no ensino superior. Algumas dessas instituições de ensino eram voltadas à formação de profissionais nas áreas de assistência social, filantropia e caridade.

No entanto, é importante ressaltar que a relação direta entre o ultramontanismo e a criação de Escolas de Serviço Social no Brasil não é propriamente clara, visto que a formação de profissionais de serviço social no país está mais relacionada a influências internacionais e a diferentes correntes de pensamento, como o positivismo, o marxismo e o catolicismo social, do que ao ultramontanismo em si.

O serviço social como profissão e campo de estudo no Brasil começou a se consolidar no início do século XX, com influências tanto europeias quanto nacionais. O que ocorre é que a relação entre o ultramontanismo e a formação desses profissionais não é amplamente reconhecida ou estudada como uma influência predominante nesse processo.

Embora o ultramontanismo tenha desempenhado papel importante na educação e na criação de escolas em território brasileiro, não há uma relação direta estabelecida entre esse movimento e a criação de Escolas de Serviço Social no Brasil, já que a formação desses profissionais foi conduzida por uma variedade de correntes de pensamento e movimentos sociais ao longo do tempo, que serão brevemente demonstradas mais a frente nesta perquisição.

2.1.2 O Modernismo Teológico

O Modernismo Teológico foi um movimento intelectual e religioso que surgiu entre o fim do século XIX e o limiar do XX, influenciado pelas correntes filosóficas e científicas da época, como o Positivismo, o Racionalismo e o Evolucionismo. Os seus partidários, chamados modernistas, buscaram reinterpretar a doutrina católica à luz dessas correntes, e propuseram, para isso, uma abordagem mais crítica e contextualizada da igreja, com o intuito de conciliar a fé católica com a ciência e as ideias filosóficas modernas.

Entre os modernistas, encontravam-se diversos teólogos, e muitos deles, por sua vez, foram censurados ou afastados do ensino das instituições católicas nas quais lecionavam, ou até excomungados, visto que a Igreja Católica condenou o Modernismo Teológico, considerando-o um erro perigoso e incompatível com a doutrina católica. O então Papa Pio X afirmou que o modernismo ameaçava a autoridade e a unidade da Igreja, e, por este motivo, exortou os fiéis a rejeitarem suas ideias.

O que sucede é que os modernistas ensejavam reconciliar o pensamento teológico com a ciência, a filosofia e as descobertas históricas, adaptando a mensagem cristã às demandas da época. Além disso, eles enfatizavam a importância da experiência religiosa pessoal, a relevância do método histórico-crítico para a interpretação dos textos sagrados e a necessidade de uma compreensão mais ampla da evolução do pensamento teológico. Ou seja, defendiam uma abordagem mais flexível e adaptável ao diálogo com a cultura contemporânea.

Todavia, a rigidez sedimentada da Igreja Católica se fez presente mediante a tais imputações modernistas: em 8 de setembro de 1907, o Papa Pio X publicou a encíclica *Pascendi Dominici Gregis*, condenando o Modernismo Teológico como uma heresia perigosa. O Papa argumentou que o movimento minava a autoridade da Igreja, a tradição e a infalibilidade papal.

Sobre tais fundamentos, Aila Andrade e Álvaro Pestana (2022) asseguram que:

> O modernismo foi uma maneira de ver e expressar o mundo com o objetivo de inserir a modernidade em todos os âmbitos da vida humana. Por modernismo teológico se compreende a tentativa de conciliar a fé cristã com alguns princípios da filosofia moderna e com certas teorias da crítica histórica no final do século XIX e começo do século XX. O modernismo teológico deu lugar a uma crise religiosa e foi objeto de importantes atos do magistério do Papa Pio X (1903-1914), precisamente a encíclica Pascendi Dominici Gregis, que consagrou o uso deste termo ao sistematizar o movimento modernista e determinar sua condenação. (ANDRADE & PESTANA, 2022, p. 787).

Sobre o Modernismo ou crise modernista, o Bispo católico português Manuel da Rocha Felício, atual Bispo da Guarda, cede sua contribuição desvelando o Modernismo no seguinte contexto: “Tomamos aqui o termo modernismo em sentido teológico, sabendo embora que outros sentidos lhe andam também ligados, como são os sentidos literário e artístico.” (FELÍCIO, 2002, p. 373). E que, segundo ele:

> Em sentido teológico trata-se de um movimento desencadeado na Igreja Católica na viragem do séc. XIX para o séc. XX com o objectivo de adaptar a doutrina e as estruturas do catolicismo às tendências do pensamento contemporâneo. Os adeptos deste movimento pretenderam assumir-se como renovadores da Igreja para melhor a adaptar às condições modernas do pensamento e da acção. Na medida em que este foi um movimento que partiu do interior da Igreja, e para defesa da mesma Igreja, os modernistas não desejaram, pelo menos à partida, romper com o catolicismo, mas adaptá-lo às exigências da modernidade, e por isso chegou a ser apresentado como uma autêntica renascença católica. (FELÍCIO, 2002, p. 373)

Em tese desse gênero, nota-se, de acordo com o atual Bispo da Guarda, que os próprios membros da Igreja Católica desejaram a implementação do Modernismo, porém, com viés católicos, mas que estes fossem renovadores. Ao continuar, o Bispo define as

características da doutrina modernista como a negação do sobrenatural no cristianismo, ou ainda como uma compreensão naturalista que vai além dos dogmas da Fé Cristã:

> Considerando mais em particular os aspectos doutrinais em que se fixaram os representantes do modernismo, podemos defini-lo como a negação do sobrenatural no cristianismo ou ainda como a transposição para uma compreensão naturalista de todos os dogmas da Fé Cristã. (FELÍCIO, 2002, p. 373-374).

O Bispo Felício vai mais longe, ao afirmar que a visão do Modernismo teológico fere os princípios dogmáticos da Fé Cristã:

> Estamos assim perante um questionamento da Fé Cristã que não se fixa em aspectos periféricos ou pragmáticos, como seria, por exemplo, a relação da Fé e da Igreja com a vida moral, política ou social dos cidadãos, mas toca o seu coração, a sua dimensão dogmática. De facto, o que se pretende "modernizar" é a concepção e a mesma estrutura da Fé, o que de alguma forma justifica chamar a este empreendimento uma verdadeira "revolução da Fé. (FELÍCIO, 2002, p. 374)

Felício (2002) trata o Modernismo Teológico, como pode ser visto, como um empreendimento revolucionário perante a Fé católica, pois o que estava sendo colocado em pauta era o núcleo da Fé Cristã, isto é, a relação direta com Deus, e não somente os elementos secundários:

> Estão em causa não apenas aspectos secundários ou adjacentes da Fé Cristã, mas o seu núcleo, ou seja, a relação com Deus e o conhecimento que d'Ele se pode conseguir, os conceitos de Revelação, de Fé e de dogma, a relação Escritura – Tradição – Igreja, bem como a evolução dogmática e da vida religiosa em si mesma nos cristãos e na comunidade cristã. (FELÍCIO, 2002, p. 374)

O religioso fecha o assunto revelando, sob sua concepção, os verdadeiros motivos daquilo que ele considera como revolução modernista sobre a Fé católica, defendendo a tese de que o pretexto de seus defensores era o de sabotar os princípios dogmáticos pregados pela Igreja Católica:

> Em vez da verdade objectiva garantida pela Revelação e pela Fé, a opção é pelo subjectivismo e imanentismo. A partir daqui pode concluir-se que o modernismo é um movimento doutrinal que "acabava por sabotar os

> fundamentos objectivos do dogma católico sob pretexto de os modernizar". (FELÍCIO, 2002, p. 374)

Considerando tais preceitos, nota-se que o confronto entre o Modernismo Teológico e a Igreja Católica resultou na condenação oficial dos modernistas por parte da hierarquia eclesiástica, liderada pelo Papa Pio X. A encíclica produzida por este, *Pascendi Dominici Gregis*, de 1907, condenou o Modernismo Teológico como uma heresia que se fazia perigosa aos dogmas da fé católica.

Como resultado dessa condenação, muitos teólogos modernistas foram silenciados, ou excluídos de seus deveres como clérigos e intelectuais, ou seja, expulsos da Igreja. Com tais atitudes, o que se configura é que a Igreja Católica reafirmou sua posição tradicional, defendendo a ortodoxia doutrinária e a interpretação conservadora da fé. A ênfase foi colocada na autoridade magisterial, na tradição e na continuidade da doutrina católica.

No entanto, o Modernismo Teológico e a resposta da Igreja tiveram impactos duradouros. Embora a corrente modernista tenha sido suprimida no momento, suas ideias influenciaram o desenvolvimento teológico subsequente e estimularam debates importantes dentro da Igreja.

Após o período inicial de condenação e de supressão, houve um movimento de renovação teológica ao longo do século XX, com teólogos e pensadores buscando abordagens mais contextualizadas e abertas ao diálogo com a cultura contemporânea. Esse movimento foi especialmente incentivado pelo Concílio Vaticano II (1962-1965), que promoveu uma abertura para a participação dos leigos, a valorização da liturgia vernacular e um diálogo mais amplo com o mundo moderno. Deste modo, houve a evolução e a abertura dentro da Igreja para uma abordagem mais dialogal e contextualizada da fé, buscando encontrar o equilíbrio entre a tradição e a necessidade de se comunicar com os desafios e a demandas da época.

2.2 Doutrina Social da Igreja

No fim do século XIX, a Doutrina Social da Igreja Católica (DSIC) surge de forma indissociável ao tomismo, à caridade e ao humanismo cristão, a partir das encíclicas sociais promulgadas pelos pontífices católicos. Dado a este contexto, o presente capítulo visa compreender essas teorias já formatadas e os seus desdobramentos perante a questão social.

Para uma compreensão adequada sobre a Doutrina Social da Igreja Católica, é preciso situar esse evento no contexto histórico do século XIX, no qual a Igreja se sentiu interpelada pela condição de trabalho e vida do proletariado sob o liberalismo europeu. Faz-se então necessário o conhecimento das bases filosóficas do pensamento católico para entendimento da questão social dessas pessoas.

Compreende-se a missão da Igreja, nesta conjuntura, a partir de Santo Agostinho, que diz:

> […] a igreja nos tem trazido tantas e preciosas vantagens (...) a maior delas é promover o bem-estar na vida eternal. Buscava-se ainda o princípio de que os cristãos ricos deveriam ajudar os pobres, mesmo tendo ajuda dos mais abastados financeiramente ou do Estado. (MANOEL, 2004, p. 87)

De acordo com Leão XIII, o ato de ajudar o próximo, corrigir ou prevenir os males sociais, levar os homens a construir seu próprio bem-estar, existe desde o aparecimento dos seres humanos sobre a Terra.

À missão arrogada da Igreja Católica na história se destaca o tomismo do escolástico São Tomás de Aquino. Ele recuperou o pensamento original de Aristóteles e fez as devidas adaptações à visão cristã, criando um corpo epistemológico conhecido como tomismo, reconhecido oficialmente pela Igreja Católica. O tomismo fundamentou os posicionamentos doutrinários, morais e políticos da Igreja frente ao enfrentamento dos problemas sociais (JOSAPHAT, 2002; TARSO, 1963).

Para Chesterton (1957), São Tomás de Aquino é reconhecido como um dos maiores pensadores da história, após o advento do Cristianismo. Ele relacionou, em sua filosofia, a razão aristotélica com a fé cristã. Entende-se que, naquela época, a partir de Tomás de Aquino, a filosofia foi fundada no exercício da razão humana, e a teologia na revelação divina, como duas ciências independentes, mas que tinham como ponto em comum a existência de Deus. Em suas reflexões, ele colocou questões, tais como as relações entre Deus e o mundo, entre fé e ciência, entre teologia e filosofia e entre conhecimento e realidade. Seu pensamento teve inegável importância no campo teológico, filosófico e político-social através dos tempos.

Aguiar (2011) relata que São Tomás de Aquino definiu o homem como pessoa humana, como um ser distinto de qualquer outro, por ter a capacidade de raciocinar, dotado de

inteligência, significando o que há de mais perfeito em todo o universo em termos físico e espiritual. Por ser racional, o homem é capaz de fazer escolhas, de dominar o saber e de ter vontade. Sua racionalidade é a manifestação da sua perfeição espiritual.

A dimensão racional da pessoa humana tem como consequência o princípio da consciência do eu e da liberdade ante a moralidade, evidências da sua inteligência, sendo que essa liberdade buscará sempre a virtude, o bem e a Deus. Em suma, a racionalidade humana é aquilo que faz o homem à imagem de Deus. Por meio da sua capacidade intelectiva, ele se transforma em criador de desenvolvimento e de progresso, manifestando assim a sua dimensão de ser social, inerente à sua natureza (AGUIAR, 2011).

A Igreja Católica, desde a última metade do século XVIII, resgata a filosofia tomista objetivando uma aproximação com o novo modo de produção e modelo de sociedade que estava emergindo. Com a ameaça à sua hegemonia no plano ideológico, sociopolítico e cultural devido à ascensão hegemônica da racionalização moderna, a instituição busca redirecionar seu posicionamento e orientar seu corpo clerical e laicato por intermédio da atualização dos princípios do pensamento de São Tomás de Aquino. Esse movimento ficou conhecido como neotomismo (ORTIZ, 2007, p. 132). Em termos conceituais, o neotomismo reconhece o homem como ser dotado de razão, de capacidade de realizar escolhas, sendo “ao mesmo tempo, criatura finita e imagem e semelhança de Deus” (ORTIZ, 2007, p. 133). Portanto, esse homem possui a capacidade de se aperfeiçoar material e espiritualmente, donde há a perfectibilidade e a bondade natural, por ser criatura inspirada no mais perfeito ser, segundo tal filosofia.

Um dos maiores expoentes da filosofia de São Tomás de Aquino, Padre Édouard Hugon, em sua obra Os princípios da filosofia de São Tomás de Aquino: as vinte e quatro teses fundamentais (1998), apresenta alguns conceitos essenciais para o entendimento do pensamento social da Igreja no contexto apresentado: primeiro, a alma humana é subsistente e espiritual; segundo, ela é criada por Deus; terceiro, o momento da criação é aquele mesmo em que a alma é infundida no corpo suficientemente disposto; quarto, a alma é incorruptível e imortal pela sua natureza. (HUGON, 1998, p. 131). Segundo essa filosofia, a alma é essência racional, é parte do Divino por ser criada pelo Divino. Ao ser unida com o corpo, recebendo o homem animal, ela dá a essa materialidade todo o potencial necessário para que o homem busque a perfeição unindo corpo e espírito, em existência, e esse homem pode se aperfeiçoar

espiritualmente e materialmente, obtendo, portanto, a capacidade da perfectibilidade (HUGON, 1998, p. 139-147).

Ao se compreender o entendimento assumido pela filosofia neotomista, utilizado pela Doutrina Social da Igreja, em relação à pessoa humana, é pertinente elucidar o importante papel dessa instituição na formação do cenário político-nacional e na orientação religiosa destinada às primeiras assistentes sociais. A articulação do movimento da Ação Católica com o Estado foi fundamental para a influência da Doutrina Social da Igreja nas dimensões teórico-metodológicas e ético-políticas no surgimento da profissão. Elementos da Doutrina Social da Igreja serviram como suporte ao Estado burguês. Configura-se, assim, um caráter missionário à atividade profissional, como meio de fazer face aos imperativos da justiça e da caridade, dentro da perspectiva de profissionalização do apostolado social segundo parâmetros técnicos e modernizadores, numa sociedade secularizada, ameaçada pelo liberalismo e pelo comunismo. (IAMAMOTO & CARVALHO, 2011, p. 90)

Segundo a doutrina cristã, em Deus reside o aspecto mais fundamental da pessoa. O poder de dialogar com Deus é através da Revelação. Deus estabelece uma relação dialógica com o ser humano.

Ao contexto social, e referindo-se à organização da sociedade, São Tomás de Aquino defendia a tese de que a natureza de todas as coisas é completamente desvinculada do poder humano, e que, com o Poder Divino, não se pode mudar a natureza dos acontecimentos inerentes à ordem social, porque ela também é resultado da vontade Divina (VIEIRA, 1977).

A união do humano, com o objetivo de efetuar o bem comum, é o que subordina moralmente a pessoa. Todo ser humano necessita da participação da sociedade para se realizar plenamente. São Tomás de Aquino entendia que só na sociedade seria possível desenvolver as qualidades da pessoa enquanto um ser social temente a Deus e trabalhador, pois é por intercessão do corpo social que se realiza a perfeição máxima da espécie humana.

Neste contexto, São Tomás de Aquino defende que é na sociedade que o Homem pode se conservar e expandir a sua natureza. Assim, cada pessoa, sem renunciar a procura do seu próprio bem, deve contribuir com sua força e energia, submetendo-se, consciente e voluntariamente, ao todo social e à sua finalidade, ou seja, ao bem comum. Por isto, a sociedade seria soberanamente digna de ser amada, pois o seu bem é o bem dos Homens e a sua finalidade, a felicidade geral.

A busca dessa felicidade, inerente ao bem comum, acontece por leis naturais, leis humanas e leis divinas. As leis humanas são advindas da racionalidade do homem, são formulações sociais que determinam princípios que normatizam a ação das pessoas, com vistas a manter a ordem e a nortear a vida em sociedade em prol da coletividade, e não da individualidade (SILVA, 2014).

É interessante ressaltar que o ser humano institui a convivência social mediante a ordem, cuja finalidade seria a justiça social. São Tomás de Aquino entendia essa justiça como um equilíbrio entre os anseios da sociedade e os de seus membros, visando à conservação e ao aprimoramento da ordem social. As leis humanas teriam por base a lei divina, considerada eterna e que não poderia ser contrariada. (SILVA, 2014).

Para São Tomás de Aquino (1961), a desigualdade social é algo natural. A alma humana, cuja faculdade mais perfeita seria a inteligência, possui diferentes graus de perfeição, o que explica as desigualdades entre os indivíduos. Ele defendia que seria natural que os superiores, fortes e prudentes governassem e dirigissem os inferiores, que seriam débeis e estúpidos (VIEIRA, 1982).

Chesterton (1957) também discute esse assunto e destaca o contexto político para manter a ordem social. Segundo ele, seria necessário que houvesse entre todas as pessoas alguém que governasse a multidão. Por meio disso, o governo deveria ser destinado a assegurar o bem comum do povo, tendo como finalidade a unidade da paz; e quanto menor fosse o número daqueles que o compusessem, mais apto ele proclamaria a paz. São Tomás de Aquino entendia que a monarquia seria a melhor forma de governar, e que o rei não deveria ser cruel com seus súditos, pois, para ele, seria útil à afeição do povo. Essa seria a raiz da estabilidade do governo.

A utilidade da afeição entre governantes e governados refletiria até mesmo nas finanças estatais, pois o bom governante, ao angariar a simpatia do seu povo, teria a possibilidade de contar com a generosidade espontânea de seus súditos diante de qualquer dificuldade econômica, sem precisar extorqui-los, como faria um tirano.

O Estado, instância de exercício do governo, é um produto natural derivado da condição social do ser humano, cujo objetivo é assegurar o bem comum. Esta instância de governo supunha a autoridade, e como toda forma de autoridade legítima, emanaria de Deus; logo, respeitar o Estado seria respeitar Deus.

Ainda destaca quanto à posse da propriedade enquanto um bem privado, São Tomás de Aquino a defendia por entender que o Homem é por natureza mais disponível para trabalhar no que lhe pertence do que naquilo que pertence ao Estado. Entendia ainda que cada um possuindo o que é seu preservaria a paz. No que se refere ao trabalhador, ele defendia o direito a um salário que fosse compatível com o seu trabalho, este considerado sob os aspectos da sua utilidade (AZZI, 2008).

O conceito de tomismo influencia as diversas áreas das Ciências Sociais e Humanas, tais como o Direito, a Sociologia, a Filosofia, e o Serviço Social. Experimentou uma época de decadência entre o século XVIII e a primeira metade do século XIX, tendo renascido posteriormente sob a denominação de neotomismo, tornando-se a filosofia oficial da Igreja Católica, cujo estudo seria recomendado pelo Papa Leão XIII aos eclesiásticos e aos cristãos leigos, alcançando o pensamento social do catolicismo do século XX. Para isto, é impreterível compreender a DSIC comparada ao tomismo (GESTEL, 1956).

A Doutrina Social da Igreja Católica, baseada no tomismo de São Tomás de Aquino, buscou depreender que os ensinamentos eram alicerçados em uma doutrina social coesa. Os intelectuais católicos leigos, presentes na hierarquia católica, ressaltavam ser a forma mais autêntica da doutrina (GESTEL, 1956).

A Igreja Católica almejava por seus ensinamentos uma ação educativa com o auxílio de instituições de caridade. De tal modo, permitia-se como uma influência educativa ansiando formar consciência e doutrinas em uma sociedade, focando no respeito da pessoa humana e na caridade ao próximo necessitado. A Igreja, efetivamente baseada no Evangelho de doutrinas, procurava acabar com os conflitos ou ao menos suavizá-los.

É peremptório perceber que a mesma medida proposta pela Doutrina Social, para corrigir os desvios do liberalismo, também deveria ser aplicada para suposta resolução dos problemas sociais. Leão XIII (1891) não abria mão do papel coercitivo do Estado na manutenção da ordem social por recurso da repressão às greves e da proteção à propriedade privada. No que se refere à esta última, defendia-se a sua inviolabilidade, considerando-a como um direito natural do homem (LEÃO XIII, 1891).

A sociedade doméstica, comparada à privada, é anterior à sociedade civil, e, neste contexto, Jesus restabeleceu o matrimônio. A Igreja é a responsável por esta instituição: a família. Então, a família é uma organização social e deve condenar o laicismo. Percebe-se o repúdio ao comunismo nestas expressões trazidas por Leão XIII. De acordo com a filosofia do

pensamento católico, os chefes de família nos modelos patriarcais perderiam suas autoridades e subjetividades morais perante suas casas, uma vez que a família estaria subordinada ao Estado. O Estado então deveria estar subjugado à Igreja, porém, a auréola sagrada que estava sobre o poder civil se perdeu graças à rebeldia da modernidade (LEÃO XIII, 1891).

Para Leão XIII, os contratos matrimoniais dos Estados laicizados, a liberdade excessiva e a imoralidade causada pela modernidade estavam demolindo e pervertendo a sociedade. A hierarquia e a autoridade era o que mantinha a paz entre os homens e o controle da sociedade. Em uma sociedade totalmente igualitária, a autoridade do povo é inconsistente.

O direito à propriedade privada é daquele que a cultiva como um direito natural e ninguém viola tal princípio. O fruto do trabalho, ou a propriedade, é privada, é do operário que terá direito de lutar para melhorar sua situação e de ser possuidor de seu patrimônio.

Segundo Gestel (1956), o magistério eclesiástico, utilizando-se do contexto social e da questão operária, inaugura a DSIC como seguimento ideológico. O que se determina é que esse seguimento consistia, de forma indireta, em dar assistência às comunidades sofredoras, constituindo devotos que careceriam aliviar a miséria e, de forma direta, por instrumento da caridade prestada por instituições mantidas pela Igreja Católica.

O mesmo autor afirma que as obras de caridade, que visavam ajudar os mais necessitados, historicamente no mundo, os pobres, os órfãos, os velhos e doentes foram os principais órgãos de prevenção e assistencialismo da época. Estes princípios doutrinais, instigados pelos pesquisadores e praticantes dos programas sociais, foram inspirados na doutrina social do Magistério. Também foi necessário para explicar conjunturas históricas e eclodir em diversas escolas católicas sociais no mundo (GESTEL, 1956).

Gestel (1956) ainda assegura que o estudo doutrinal social católico se mantém por vontade dos princípios da revelação dos documentos do Magistério e da razão dos estudos e das teorias e concretizações sociais. A vivência dos apóstolos sociais também fez parte da elaboração dessa doutrina. No ensino privado, intelectuais contribuíram para a DSIC no domínio social como começo de aparição das realidades sociais e econômicas.

2.3 A Ação Católica

A partir do Papa Pio IX (1905), emerge, no âmbito da Igreja Católica, um novo campo de atuação social denominado Ação Católica (AC). Consistia em um movimento de leigos

com participação do laicato no apostolado hierárquico da Igreja e tinha como missão a divulgação das doutrinas da Igreja a partir da reforma social e dos documentos pontifícios. Para Pio IX (1905), as condições da Ação Católica poderiam solucionar a questão social, além de buscar ampliar os seguidores e disseminadores da fé cristã.

As expressões universais, assumidas posteriormente por Pio IX, estiveram com maior presença na encíclica *Quadragesimo Anno*, do Papa Pio XI. Esta foi o marco do século XX sobre a questão social. No dia 15 de maio de 1931, entendia-se que a encíclica *Rerum Novarum*, de Leão XIII, deveria ser comemorada. Pio XI retoma todos os temas tratados no fim do século XIX, pretendendo formular a DSIC no contexto mundial.

Pio XI (1931) faz uma análise sobre o direito à propriedade, sobre a relação capital do trabalho, sobre a liberação do proletariado, sobre salário justo e sobre a restauração da ordem social. Com isto, fomentou, no contexto familiar, essa restauração: "[...] para realizar ainda o muito que está por fazer e para a família humana colha vantagens melhores e mais abundantes, são de absoluta necessidade duas coisas: a reforma das instituições e a emenda dos costumes". (PIO XI, 1931, p. 33)[9]

Os dizeres de Pio XI remetiam a *Rerum Novarum* de Leão XIII como o anúncio de novos tempos, tempos modernos que trariam um crescimento da doutrina social da Igreja e da ação social cristã. Houve muita euforia entre os trabalhadores cristãos que se sentiam contemplados pela autoridade do Papa Leão XIII e sua intenção de melhoria de vida dos operários (Pio XI, 1931).

Pio XI atuou numa época muito difícil da história da Igreja Católica. No que se diz da DSIC, instaurou-se princípios e valores morais de acordos com a época em questão. Pio XI dizia que cabe à ação católica fazer, com a propaganda oral e escrita, larga difusão dos princípios fundamentais que sirvam para constituição de uma ordem social cristã, de acordo com os documentos pontifícios. A Ação Católica (AC) deve se engajar na reconstrução da sociedade e propagar a doutrina social por método da escola católica. Ainda Pio XI (1929), na Encíclica *Divini illius Magistri*, dedicada à questão da educação, defende a AC diante da decadência da moral e dos costumes produzidos pelo liberalismo econômico e pelo comunismo. A saber:

---

9 PIO XI. Encíclica *Quadragesimo anno*, n. 77, 1931.

> Tudo o que façam os fiéis para promover e defender a escola católica para seus filhos é obra genuinamente religiosa, e por isto especialíssimo dever da Ação Católica, pelo que são particularmente caras ao nosso coração paterno e dignas de grandes encômios aquelas associações especiais que, em várias nações, com tanto zelo, se dedicam a obra tão necessária. (PIO XI, 1929)[10]

A Ação Católica surge como um movimento de leigos que deveriam atuar sob a direção de sacerdotes especializados. Seguindo as orientações expressas nas encíclicas, tais como a *Divini Redemptoris* de Pio XI (1937):

> Depois do clero dirigimos o Nosso paternal convite aos nossos queridíssimos filhos leigos, que militam nas fileiras da Ação Católica, que nos é tão cara e que, como já declaramos em outra ocasião (13 de maio de 1936, A.A.S., vol. XXIX (1937), págs. 139-144), é um ―auxílio particularmente providencial‖, para a obra da Igreja nestas circunstâncias tão difíceis. De fato, a Ação Católica é também apostolado social, enquanto tende a difundir o Reinado de Jesus Cristo não só nos indivíduos, mas também na família e na sociedade. Por isso deve, antes de tudo, atender a formar com especial cuidado os seus membros e a prepará-los, para as santas batalhas do Senhor. A este trabalho formativo, mais que nunca urgente e necessário, que deve preceder a ação direta e efetiva, servirão certamente os círculos de estudos, as semanas sociais, os cursos orgânicos de conferências e todas as demais iniciativas aptas para dar a conhecer a solução dos problemas sociais em sentido cristão (PIO XI, 1937, p. 64).[11]

Os cristãos eram comparados aos apóstolos no auxílio da Igreja Católica e em missão de espalhar a Ação Católica. Ainda que os leigos atuassem com o objetivo de construir uma nova ordem social, ao tomarem conhecimento da doutrina social da Igreja, por meio da difusão dos princípios católicos, proliferando um ideal aos trabalhadores, reconheceriam sua condição social e seus sofrimentos seriam amenizados, conforme pode ser notado em Pio XI (1937), destacado abaixo:

> Soldados da Ação Católica tão bem preparados e adestrados serão os primeiros e imediatos apóstolos dos seus companheiros de trabalho e tornar-se-ão os preciosos auxiliares do Sacerdote, para levarem a luz da verdade e aliviarem as graves misérias materiais e espirituais, em inumeráveis zonas refratárias à ação do ministro de Deus, ou por inveterados preconceitos contra o clero ou por deplorável apatia religiosa. Cooperar-se-á desse modo, sob a direção de Sacerdotes particularmente experimentados, naquela assistência religiosa às classes trabalhadoras, que temos tanto feito, por ser o meio mais apto para preservar aqueles Nossos amados filhos da cilada

10 PIO XI. Encíclica *Divini illius Magistri*. 1929.
11 PIO XI. *Divini Redemptoris*. 1937.

> comunista. 66. Além deste apostolado individual, muitas vezes oculto, mas sobremaneira útil e eficaz, é função da Ação Católica disseminar amplamente, por meio da propaganda oral e escrita, os princípios fundamentais que hão de servir para a construção de uma ordem social cristã, como se depreende dos documentos pontifícios (PIO XI, 1937, p. 65-66).

As ações da Igreja Católica se espalharam de forma caritativa pelo mundo. Eram organizadas pelos católicos sociais, que lutavam por uma legislação social voltada à organização operária. O mundo tratava os ensinamentos doutrinários católicos a partir de suas encíclicas e de suas ações. No Brasil, pode-se notar, a seguir, como foi o início da Doutrina Social da Igreja Católica.

O catolicismo constitui-se em uma das mais longas tradições do ocidente. Seus símbolos e sua tradição foram objetos de combates por parte de grupos divergentes. A Igreja Católica, em sua tradição religiosa, revela, no edifício legitimador de produção de sentido existencial, profundo poder. Neste contexto, o início do século, o brasileiro propicia uma nova compreensão da relação entre a Igreja Católica e o mundo moderno, inaugurada, ou, pelo menos, melhor elaborada e publicada, entre os brasileiros, pelo redentorista Júlio Maria (SILVA, 2010).

Em 1920, o Papa Pio XI, a partir da missão da Igreja, frente à questão social, estimulou a AC como descrito nesta dissertação. Tratava-se de um espaço no qual os católicos participavam de ações sociais ligadas aos seus princípios, vinculando a Assistência Social a atuações religiosas de caráter assistencialista e doutrinárias.

O serviço social tem origem vinculada às iniciativas da Igreja Católica e Confessional, articulada com os movimentos de Ação Católica e Social. Iamamoto e Carvalho (2003) afirmam essa vinculação do serviço social com a Doutrina Social da Igreja Católica.

Dom João Batista Nery (1913), da Diocese de Campinas, fundou a Liga Eleitoral Católica, à qual versava sobre os interesses políticos da Igreja e dos direitos e deveres dos cidadãos cristãos ao voto. A ideia era orientar os fiéis cristãos a participarem da vida política republicana. Sob o ponto de vista político, a Ação Católica Brasileira tinha duas finalidades: uma, de garantia das conquistas católicas obtidas na Constituição Brasileira de 1934, e outra, a de reforçar a resistência às ideias comunistas (AZZI, 2008).

A Ação Católica Brasileira (ACB) foi implementada por D. Sebastião Leme, cardeal do Rio de Janeiro, juntamente aos padres e bispos. Fundada em 1935, foi inspirada no modelo

italiano, unificou todas as organizações católicas e separou a atuação em quatro ramos: Homens da Ação Católica, Liga Feminina da Ação Católica, Juventude Católica Brasileira (masculina) e Juventude feminina católica (DUARTE, 2004).

Com seu estatuto elaborado e aprovado em 1935, a ACB definiu sua principal função. A Ação Católica Brasileira é a participação organizada do laicato do Brasil no apostolado hierárquico, para difusão e atuação dos principais católicos na vida individual, familiar e social (BANDEIRA, 2000).

Em 1935, surgem, concomitantemente, a Aliança Nacional Libertadora (ANL), de esquerda, e voltada à ideologia comunista, e a Fundação da Aliança Católica (FAC), voltada ao combate do comunismo e à inserção política dos cristãos conservadores. A partir do surgimento da ANL, o pânico anticomunista aumentava no meio católico. Assim, a Igreja, através da FAC, buscou apoiar o governo de Getúlio Vargas. Em troca, sugeria uma ação mais enérgica contra os comunistas (AZZI, 2008).

. Em 1929, Alceu Amoroso Lima, fundou, no Rio de Janeiro, em conjunto com o Centro Dom Vital, a Ação Universitária Católica (AUC), integrada pelo Cônego Manuel Macedo, designado como assistente eclesiástico por Dom Leme. Nessa esteira, os católicos esperavam do governo uma atitude mais enérgica de repressão ao comunismo. Em troca, solicitaram apoio a ACB: É o caso da Ação Católica Brasileira, que acabava de se organizar em moldes nacionais, e que precisava, para sua expansão, de um ambiente de segurança que só o Estado tinha a possibilidade de lhe dar.

Alceu ainda pronunciou: “estamos certos de poder colaborar eficientemente na obra da paz e de progresso nacional visada pelo estado”. E concluiu: “estamos certos de poder retribuir fartamente ao Estado os benefícios que este fizer à Igreja”. (SCHWARTZMAN, 1984, p.356).

Mediante essas imbricações, depreende-se os fundamentos teóricos que subsidiaram a Igreja Católica para a elaboração de uma proposta de intervenção social, de modo a sanar, pelo menos em parte, as mazelas sociais. Esses fundamentos são base para a criação do serviço social, e mostrar como os fundamentos do Curso de Serviço Social estiveram diretamente conectados à DSIC e aos ensinamentos diocesanos na perspectiva social católica. A partir do surgimento do Serviço Social no Mundo e no Brasil, pode-se entender como essa Doutrina foi indissociável ao Serviço Social.

2.4 O surgimento do Serviço Social

O surgimento do curso de Serviço Social, no contexto mundial, está diretamente relacionado à ação desenvolvida pela Igreja no campo social. A formação profissional elaborada pelas primeiras escolas de Serviço Social teve sua base filosófica firmada na Doutrina Social da Igreja Católica. O tomismo, a caridade, o humanismo cristão, a Igreja frente à questão social, o bem comum, a ética e os estudos dos problemas sociais foram elementos para formulação desta doutrina, como visto no capítulo anterior.

A origem da palavra *Serviço* vem do latim *servitium, servire* e tem sentido de "ser escravo ou de uma atividade feita para o outro". Essa ação de fazer algo para alguém acontece na relação de hierarquia, na qual há uma condição inferior de quem serve em relação a quem é servido. Em um sentido espiritual, seria o de servir a Deus sobre todas as coisas, mais especificamente em uma visão católica da caridade (VIEIRA, 1977).

De acordo com Vieira (1977), a palavra "social" vem de sociedade. O social é aquilo que pressupõe relações, sociabilidade, abrangendo relacionamentos, sentimentos, modos de ser, de estar, de agir e de se manifestar. Aplica-se mais às interações humanas significativas para os sujeitos. Convívio entre diferentes pessoas, com uma causa comum, elo que une certas pessoas para o alcance de um fim.

Com o auxílio das disciplinas Doutrina Social, Moral, Ética, Doutrina Católica e dos círculos de estudos confessionais nas escolas de serviço sociais mundiais, o Serviço Social estabeleceu seus estudos iniciais, que influenciaram significativamente a teoria e a prática no surgimento do Serviço Social.

Este curso era mundialmente entendido como algo intrínseco à própria natureza divina e tratava das classes pobres de forma caritativa: os mais pobres poderiam se ajustar dentro do que foi instituído por Deus (VIEIRA, 1982).

No fim da Primeira Grande Guerra Mundial, o Serviço Social definiu sua forma de atuação. Para entender essa atuação, destacam-se três principais instituições, que a influenciaram no ideal de ajuda aos pobres necessitados, que foram enfatizados por Vieira (1977): A Família, o Estado e a Igreja.

O Serviço Social passou a atuar no caso familiar contando com a colaboração de todos os parentes na ajuda ao indivíduo. A família tinha atuação importante no Serviço Social com o papel de guarda de crianças abandonadas. Os centros sociais surgiram nos bairros de

diversas cidades do mundo com o intuito de proteção à família. Surgem também diversas legislações e serviços de garantia de direitos familiares, tais como creches, jardins de infância, educadores familiares, auxiliares domésticas, entre outros (VIEIRA, 1977).

Surgem serviços assistenciais ligados às administrações de grandes países, no início do século XX, como a França, Inglaterra, Alemanha e os Estados Unidos. Estes forneciam assistência pública a crianças, idosos ou para moradores em situação de rua, liberdade vigiada para egressos das prisões, juizados de menores, além de outros serviços. Na Alemanha, por exemplo, após a crise econômica de 1930, foram lançados programas governamentais de rede de assistência às classes necessitadas.

Mesmo com as crescentes ações voltadas à família, e partindo de iniciativas estatais, a Igreja Católica, mediante as Ações Católicas alicerçadas na DSIC, era quem realmente atuava na Assistência Social mundial, no início do século XX. Por intercessão de suas obras de caridade dedicadas à solução dos mais variados problemas sociais, postos frente à questão social, a Igreja Católica foi pioneira neste tipo de atuação. Foram várias as ações elaboradas em obras sociais de congregações religiosas ou obras confessionais voltadas às classes mais necessitadas. Vale inserir que algumas senhoras dedicavam seu tempo livre para realizar trabalhos voluntários, como a costura, o ensino, a recreação, os cuidados de enfermagem, entre outras formas de atuação destinadas a classes menos favorecidas. A filosofia de atuação destas mulheres perpassava pelos valores espirituais nos serviços confessionais e em valores de solidariedade nos demais serviços (VIEIRA, 1977).

Neste cenário, surge a necessidade do ensino de Serviço Social regulamentado: inicialmente, no grau técnico, em diversos países; mais tarde, nos EUA, no nível universitário. O Serviço Social passa então a existir com diferentes modalidades de ensino e reconhecimento, e, além disso, com diversa e ampla área de atuação. Em alguns países, como França e Bélgica, por exemplo, foram criadas comissões de Serviço Social para assessorar o Conselho de Ministros sobre assuntos de formação e prática da profissão. Nos EUA, foram lançados os Conselhos de Bem Estar, baseados na atuação voltada ao *Welfare State* ou Bem Estar Social (VIEIRA, 1977).

O Serviço Social mundial, mesmo após toda movimentação destes países em torno do bem-estar social, seguiu o caminho e os ensinamentos cristãos baseados na DSIC. Instaurou-se no mundo a partir da criação de algumas entidades internacionais de Serviço Social fundamentais para o estabelecimento da profissão. Foram elas: a União Católica Internacional

de Serviço Social (UCISS), a Conferência Internacional de Serviço Social (CISS) e a Organização das Nações Unidas (ONU) (VIEIRA, 1977).

A UCISS firmou-se como evidência do Serviço Social situado na Doutrina Social da Igreja Católica. Esta foi uma organização que possuía um status consultivo junto a diversas organizações mundiais, por exemplo, a ONU. Sua atuação partia da contribuição com a doutrina católica e o humanismo cristão, por ajuda dos trabalhos de Serviço Social. Participavam de reuniões de grandes organizações sociais internacionais e estudo e interpretação das mudanças no âmbito social no ponto de vista católico. Buscavam publicar e organizar congressos e seminários com o intuito de desenvolver o espírito social dos assistentes sociais dentro do espírito cristão e contribuir para a elevação do ensino do Serviço Social.

Para o Papa Pio XII (1932), a UCISS teria um caráter de competência profissional e de fidelidade cristã:

> Para a U.C.I.S.S., o Serviço Social não é apenas um auxílio ao indivíduo, mas um esforço para o progresso da justiça social, considerando seu dever de se chamar a atenção sobre o valor da dimensão natural do mundo: responsabilidade das famílias, missão específica da mulher, importância do ambiente social e papel dos povos e das civilizações. (UCISS. Service Social dans le Monde, 1961 *apud* VIEIRA, 1977, p. 51)

Diante disso, o curso de Serviço Social era voltado às premissas do catolicismo social, já discutidos na DSIC e na efetiva Ação Católica Brasileira e mundial. Os ideais da fé eclesiástica e de forma assistencial e caridosa, como previstos no tomismo, eram de prestar ajuda aos pobres e necessitados. Além disto, a partir da questão social gerada pela miséria dos operários, os profissionais de serviço social atuavam de forma caritativa e humana, oferecendo auxílio a estes operários miseráveis (BARTLET, 1976).

2.5 O surgimento do Serviço Social no Brasil

A partir começo do século XX, o surgimento do Serviço Social no contexto mundial, elaborado pelas primeiras Escolas de Serviço Social, teve sua base teórica firmada nos conceitos da DSIC. O tomismo, o humanismo cristão, a Igreja, frente à questão social, o bem comum, a ética e os estudos dos problemas sociais foram elementos para a formulação desta

doutrina e tema de diversos espaços de discussão em Serviço Social, como visto nos capítulos anteriores.

A atuação da Igreja Católica frente à questão social e o problema social brasileiro, do início do século XX, foram assumidos na Ação Católica Brasileira (ACB). Com a necessidade de organização desta atuação, surgem os primeiros grupos e associações dos católicos brasileiros. O intuito era organizar cursos de formação social para os católicos atuarem nas semanas sociais.

Diante da crescente pobreza dos trabalhadores brasileiros e da questão social, a Igreja Católica, por meio da DSIC, assumiu um papel de destaque no país, tornando-se um importante centro unificador da sociedade civil. O primeiro e mais notável sinal de oposição da Igreja Católica brasileira ao comunismo, que se tornou o principal bastião da reação católica, foi a carta pastoral de Dom Leme em 1916, logo após sua nomeação como arcebispo da diocese de Olinda e Recife (AZZI, 2008).

Faoro (2000) destaca que o governo brasileiro, entre os anos de 1930 e 1945, criou diversas entidades, como comissões, conselhos, departamentos, institutos, companhias e fundações, além de elaborar planos e promulgar atos oficiais, leis e decretos abordando questões econômicas, financeiras, administrativas, educacionais, tecnológicas, sociais e outras. O Estado brasileiro deu início a uma nova forma de assistência social baseada em racionalidade, ao mesmo tempo em que buscava se modernizar para se adequar às exigências da economia internacional:

> [...] os problemas sociais deveriam ser incorporados ao mecanismo, pacificá-los, domando-os entre extremismos, com a reforma do aparelhamento, não só constitucional, mas político-social. Essas correntes ocupam o cenário, na verdade, antes que assumam consciência de seus interesses, antecedendo às transformações econômicas que justifiquem seu poder, a necessidade de um Estado orientador, alheado das competições, paternalista na essência, controlado por um líder e sedimentado numa burocracia superior, estamental e sem obediência a imposições de classes. Repelido o comunismo, duramente combatido, afastadas as proposições socializantes, num aglomerado confuso de tendências e alas [...], a nota modernizadora do movimento assume feições nacionalistas: um direito público brasileiro, uma política brasileira. A nacionalização da economia – nacionalização e não socialização – completa o quadro, sob o pressuposto do aniquilamento do centrifuguismo estadualista (FAORO, 2000, p. 320-321).

O episcopado nacional, em busca de uma aproximação com o Estado brasileiro, procura definir o lugar da Igreja Católica no Brasil. Dom Leme enfatiza nas ações católicas com o sentido de construção de uma pátria cristã. Neste rastro, Pe. José Oscar Beozzo (1979), de acordo com Aguiar (2011), diz que o episcopado nacional municiara de grandes concentrações populares, a fim de pressionar o Governo Provisório no sentido de atender as reivindicações católicas e impedir que ele se incline para a esquerda (BEOZZO, 1979, *apud* AGUIAR, 2011).

2.5.1 Fundação do Centro de Estudos e Ação Social

Em 1932, foi fundado o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) como resultado da preocupação de um grupo de mulheres com a questão social no Brasil. Posteriormente, o CEAS ofereceu o Curso de Formação Social, realizado pelas cônegas regulares de Santo Agostinho, de 1º a 15 de maio de 1932, sob a direção de Mademoiselle Adèle de Loneaux, professora da École Catholique de Service Social de Bruxelas (AGUIAR, 2011). Monsenhor Gastão Liberal Pinto, da Arquidiocese de São Paulo, acompanhou as primeiras reuniões, e em 16 de setembro do mesmo ano, foi eleita a primeira diretoria do Centro, com Odila Cintra Ferreira como presidente.

O CEAS era mantido por meio das contribuições mensais das associadas e seguia as orientações da Igreja como força social, procurando mobilizar os leigos com base nas diretrizes das encíclicas papais *Rerum Novarum* (1891) e *Quadragesimo Anno* (1931), assumindo uma posição contrária ao liberalismo e promovendo a moralidade, a legislação trabalhista e as encíclicas, ao mesmo tempo em que realizava atividades de estudo e ação (LIMA, 1982).

Maria Kiehl e Albertina Ramos, brasileiras vinculadas ao CEAS, foram enviadas para a Escola de Serviço Social de Bruxelas com o objetivo de estabelecer uma Escola de Serviço Social no Brasil. Os estudos realizados tinham como foco a adaptação às condições da vida social e às necessidades individuais. Nesse sentido, o CEAS fundou, em 1932, quatro centros operários, por meio dos quais eram realizadas atividades de ação social voltadas às mulheres trabalhadoras. Posteriormente, esses centros se tornaram sedes da Juventude Operária Católica e passaram a servir como locais de estágio para as alunas do curso de Serviço Social (AGUIAR, 2011).

De acordo com Iamamoto e Carvalho (2003), os centros operários proporcionavam benefícios e serviam como ponto de partida para um desenvolvimento mais amplo. Eles representavam campos de observação e prática, tanto para as assistentes sociais quanto para os núcleos de formação que atuavam junto à classe trabalhadora. Ademais, esses centros eram considerados locais de educação familiar, nos quais se buscava estimular as jovens operárias a lidar com as responsabilidades domésticas e cumprir seus deveres. Essas vantagens refletiam o perfil idealizado para as mulheres da época, que eram consideradas naturalmente vocacionadas para tarefas educativas e caritativas.

Nos centros operários, cabia às mulheres a preservação da ordem moral e social. Nesse cenário, ser assistente social era peculiarmente associado a ser mulher, pois se acreditava que as mulheres possuíam naturalmente as características de paciência, cuidado, sensibilidade, amabilidade e já exerciam o papel de educadoras por sua missão.

O objetivo central do CEAS, conforme Iamamoto e Carvalho (2003), era promover a formação de seus membros por meio do estudo da DSIC (Doutrina Social da Igreja Católica) e fundamentar suas ações nessa formação doutrinária e no conhecimento aprofundado dos problemas sociais. Yasbek (1977) confirma esse conceito ao apresentar o Relatório do Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo, de 1932 a 1934. Relata que a coordenação do CEAS pelo Dr. Duarte Leopoldo e Silva tinha a função de instalar a Ação Católica no Brasil. Todas as pessoas que passassem pelo CEAS deveriam fixar sua finalidade ou missão, o estudo e a difusão da Doutrina Social da Igreja e a ação social dentro da mesma diretriz (YASBEK, 1977).

Segundo Lima (1982), em 1933, o CEAS expandiu suas atividades e lutou pela proteção do trabalho das mulheres e dos menores na indústria, enviando duas representações ao Ministério do Trabalho e à Secretaria de Agricultura, com o objetivo de criar o Serviço de Fiscalização. Essa iniciativa marcou a primeira nomeação de um assistente social para um cargo público.

No mesmo ano, o Centro colaborou com a Liga Eleitoral Católica, integrando a comissão feminina de propaganda. Dentro da Liga Eleitoral Católica, o CEAS tinha a responsabilidade de registrar eleitores e realizar atividades de proselitismo (LIMA, 1992). Fora isso, nesse período, começou a ser organizada a Primeira Semana da Ação Católica, marcando o início da formação de membros da Juventude Feminina Católica. Em 1934, o

CEAS assumiu a responsabilidade de implantar a Ação Católica em São Paulo, organizando a Primeira Semana de Ação Católica, com o objetivo de:

> Cumprir a palavra de ordem do Santo Padre, que está a exigir dos paulistas um trabalho de cooperação eficaz, um estudo sério das questões mais importantes que se relacionam com a Ação Social. O Centro de Estudos e Ação Social quer mostrar às alunas de boa vontade a necessidade de uma ação disciplinada e o calor dos estudos em conjunto‖ (LIMA, 1992, p. 42).

O conteúdo da 1ª Semana de Ação Católica abrangeu aspectos espirituais e sociais, bem como estratégias de ação que introduziram o conceito de *ver-julgar-agir* como base para a metodologia de intervenção. Odila Cintra Ferreira, que já possuía formação social, cursou a Escola Normal Social de Paris, combinando a visão francesa e a belga com a formação voltada aos trabalhadores sociais nos princípios da ordem cristã. Além de que, com o retorno de Maria Kiehl e Albertina Ramos da Bélgica, iniciou-se o processo de preparação de membros da Juventude Feminina Católica. Dois grupos foram formados: o da Ação Católica e o da Ação Social. A partir deles, algumas jovens procuraram o curso de Serviço Social visando adquirir conhecimentos e técnicas que tornassem suas ações mais eficazes.

2.6 A criação da primeira Escola de Serviço Social no Brasil

Em 15 de fevereiro de 1936, foi inaugurada, em São Paulo, a primeira Escola de Serviço Social do país. Sob o mesmo propósito, em 1937, surgiu a segunda Escola de Serviço Social brasileira, mas desta vez na cidade do Rio de Janeiro. O Cardeal Dom Leme, Stela de Faro e Alceu Amoroso Lima (1937) enfatizaram a necessidade de uma formação social voltada necessariamente à Ação Social.

Nesse seguimento, a Igreja Católica viu a sua vocação social e reconheceu a necessidade de uma formação técnica e especializada. A Ação Social Católica promoveu cursos de formação baseados na Doutrina Social da Igreja Católica. Aguiar (2011) destaca a criação das Semanas Sociais, que tiveram início no Rio de Janeiro, organizadas pelo Grupo de Ação Social do Rio de Janeiro, fundado em 15 de junho de 1936. O principal palestrante dessas semanas era o Padre Valere Fallon, e a comissão de honra contava com deputados, vereadores, desembargadores e outras personalidades. As Semanas Sociais foram organizadas

em várias cidades do Brasil, incluindo Recife (1939), São Paulo (1940), Salvador (1946), Recife novamente (1948), Belo Horizonte (1949 ou 1950) e Curitiba (1951).

Ao analisar a programação da primeira Semana de Ação Social realizada no Rio de Janeiro, destaca-se a importância da palestra de Stela de Faro, presidenta da Associação de Senhoras Brasileiras. Em sua palestra, ela abordou o recrutamento e a formação de quadros, explicitando conceitos básicos da ação social e definindo o serviço social com base no conceito da Escola Normal da França. Segundo esse conceito, o Serviço Social é uma forma de ação social ou restauração da ordem social, exercida por um especialista permeado a um trabalho prático e técnico, almejando realizações imediatas em domínios bem definidos. A respeito disso, Stela recomendou a criação de uma Escola católica de Serviço Social em todo o Brasil, assim como a organização de semanas de ação social, a criação de Escolas de Ciências Políticas e Sociais para a formação de dirigentes, e a formação de círculo de estudos sociais e grupos de ação social (LIMA, 1982). A partir do relatório da primeira Semana de Ação Social do Rio de Janeiro, salienta-se a opinião do Pe. Valère Fellon:

> Só pode ser soldado aquele que batalhou. Ninguém saberá nadar se não se jogar na água. [...] Encurtemos os projetos enormes e tornemos mais próximas as previsões mais futuras [...]. Em matéria social, como em operações militares, temos que contar com o imprevisto e o adversário (LIMA, 1982, p. 43).

A cidade de São Paulo, como centro industrial e polo irradiador do país, demandava melhores condições laborativas. Em face de tal circunstância, conquanto já existisse uma legislação específica voltada ao trabalho, as novas exigências técnicas decorrentes da industrialização levaram ao surgimento de demandas sociais em diversas áreas. A política social voltava sua atenção para a família, reconhecendo a necessidade de prepará-la na intenção de lidar com a inserção das mulheres no mercado de trabalho, sem que isso comprometesse sua função primordial de educar os filhos e reproduzir a força de trabalho (YAZBEK, 1977).

Conforme Yazbek (1977), a Escola de Serviço Social de São Paulo, criada em 1936, como já pontuado, teve sua origem no Curso Intensivo de Formação Social de Jovens promovido pelo CEAS. A escola absorveu grande parte das atividades desenvolvidas pelo CEAS, e, por intermédio desse Centro, proporcionava às alunas uma formação abrangente, isto é, que englobasse aspectos sociais, morais, éticos e técnicos necessários para atuar nos

diversos campos da ação social. O objetivo principal era fornecer uma base ética sólida e desenvolver nas alunas as qualidades naturais exigidas pela carreira social, como o amor ao próximo, o ideal de promover o bem, a capacidade de dedicação, o desinteresse pessoal, o senso crítico e a habilidade prática na ação.

Aguiar (2011) defende que os primeiros assistentes sociais foram caracterizados pela filosofia de São Tomás de Aquino, marcando, assim, presença neotomista no magistério das Escolas de Serviço Social, com as disciplinas pautadas na Doutrina Social da Igreja, tais como: Doutrina Social, Moral, Ética, Doutrina Católica, entre outras, bem como por definição dos círculos de estudos.

Na Escola de Serviço Social de São Paulo, registraram-se os docentes Alexandre Correia, Leonardo Van Acker e Pe. Roberto Sabóia. As teorias neotomistas estudadas na Escola de Serviço Social de São Paulo teriam sido abordadas pelo cardeal Mecier – Mons. Charles Sentroul, da Faculdade livre de Filosofia e Letras de São Paulo.

A proposta de formação da Escola de Serviço Social de São Paulo estava fortemente baseada nas premissas orientadoras do serviço social europeu, especialmente naquelas estabelecidas na França e na Bélgica. Era evidente que o ideário franco-belga havia sido o ponto de partida para o desenvolvimento do serviço social em São Paulo, refletido na ação social e na preocupação com a situação das classes trabalhadoras. Essa preocupação com a questão operária, amplamente difundida na Europa, também havia chegado ao Brasil, logo, questões como legislação trabalhista e sindicalismo começaram a receber atenção no campo político.

Além da formação, percebia-se determinada ideologia da profissão que a enxergava como simples missão, envolvendo abnegação e serviço com uma conotação de renúncia e sacrifício, fundamentada nos princípios cristãos transmitidos pela fé católica. A mercê disso, a concepção do trabalho social caracterizava o serviço social como uma atividade profundamente humana, cujo valor dependia dos agentes envolvidos, como também destacado por Yazbek (1977).

Em função desse cenário, é indispensável frisar que os jornais católicos de Belo Horizonte atuaram maciçamente nos debates educacionais dos anos 1920 e 1930, realizando coberturas sobre encontros de educadores, criando artigos em defesa da educação católica, cobrindo as reformas do ensino que ocorreram no período, além de indicar para seus leitores

os “erros” existentes em propostas como a educação protestante e os métodos da chamada “Escola Nova”.

Para os jornalistas católicos, a questão da superioridade da educação católica passava por seu caráter moral. Para esses profissionais, uma educação leiga, apenas ligada a estudos científicos e de caráter pragmático, não seria capaz de oferecer aos estudantes uma formação completa, capaz de prepará-los para o pleno exercício da vida adulta. Sem religião, defendiam enfaticamente os periodistas católicos, não era possível haver uma educação eficaz. De tal forma, muitos editoriais dos jornais, como O Horizonte e O Diário, destinavam-se a analisar e a defender esta condição da educação católica:

> A referência a uma educação popular merece uma análise um pouco mais detalha. A atuação do movimento católico no campo educacional dava-se em duas vertentes: catolizar as elites através da educação superior e combater a educação leiga nos outros níveis de ensino (SALEM, 1982, p. 106).

Esse plano de ação proselitista revela uma posição elitista do movimento católico. Outra forma de institucionalização do Serviço Social foi a criação do Conselho Nacional de Serviço Social, em 1938, sob o mesmo Decreto – Lei 525, vinculado ao Ministério de Educação e Saúde. Esse Conselho era composto por sete membros que decidiam sobre questões sociais e subvenções a obras sociais.

2.6.1 Fundação da Legião Brasileira de Assistência

No ano de 1942, foi fundada no Brasil a Legião Brasileira de Assistência (LBA), com o propósito de promover a assistência social a nível nacional. De forma indireta, o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) também se apoiou nessa instituição. A LBA tinha como missão suprir as necessidades das famílias cujos chefes haviam sido mobilizados, além de prestar apoio decidido ao governo em tudo o que estivesse relacionado ao esforço de guerra, conforme destacado por Iamamoto e Carvalho (2003).

Conforme Nozabielli (2006), a Legião Brasileira de Assistência (LBA) assumiu as funções do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS). Essas instituições ofereciam uma variedade de serviços sociais e educacionais, em resposta às demandas de qualificação da força de trabalho e de sua reprodução física e espiritual. Isso resultou na incorporação de assistentes sociais nas estruturas institucionais, que passaram a desempenhar ações educativas

e normativas para promover o ajustamento psicossocial dos trabalhadores. O objetivo era atender às novas necessidades decorrentes da integração de grandes grupos populacionais ao mercado de trabalho e à vida urbana, conforme abordado por Nozabielli (2006).

Conforme mencionado por Sposati (2004), a primeira presidente da Legião Brasileira de Assistência (LBA) foi Darcy Vargas, esposa do presidente Getúlio Vargas. A assistência social se relacionava diretamente ao sentimento patriótico, o qual foi intensificado quando Darcy Vargas convocou as mulheres da sociedade para receber os soldados brasileiros da Força Expedicionária Brasileira (FEB), que lutaram na Segunda Guerra Mundial. Na ocasião, ela distribuiu cigarros e chocolates aos combatentes, estabelecendo uma ação da LBA.

Getúlio Vargas, a partir da LBA, estabeleceu uma instituição de bem-estar social e designou Darcy, sua esposa, como presidente, na intenção de maior legitimidade de seu governo junto às camadas populares. Darcy teria a missão de envolver Estado, empresariado e voluntariado na execução da política de assistência social brasileira (IAMAMOTO & CARVALHO, 2003).

Conforme salientado por Iamamoto e Carvalho (2003), após o término da guerra em 1946, a Legião Brasileira de Assistência (LBA) reestruturou seus estatutos com o propósito de defender a maternidade e a infância. Nesse sentido, a LBA passou a direcionar suas ações à orientação técnica do Departamento Nacional da Criança. Além do trabalho realizado em prol dos soldados e de suas famílias, a LBA tinha objetivos fundamentais, conforme explicitados em seu Estatuto:

> Art. 2º - (...) executar seu programa, pela fórmula do trabalho, em colaboração com o poder público e a iniciativa privada; congregar os brasileiros de boa vontade, coordenando-lhes a ação no empenho de promover, por todas as formas, serviços de assistência social; prestar, dentro do esforço nacional pela vitória, decidido concurso ao governo; trabalhar em favor do progresso do serviço social no Brasil (IAMAMOTO & CARVALHO, 2003, p. 42).

Mediante tal quadro, vale imputar que, de acordo com Sposati (2004), no contexto da assistência social brasileira, tais objetivos a colocam como um ato voluntário, e não como um direito de cidadania.

Remetendo o serviço social ao universo feminino, na era Vargas, a presidência da Legião Brasileira de Assistência (LBA) é reservada inclusivamente às primeiras-damas da República, estabelecendo-se o conceito de "primeira-damismo" como um serviço vinculado à

assistência social, ampliando sua atuação também para as famílias dos trabalhadores excluídos do sistema previdenciário. Essa assistência englobava o atendimento a situações de calamidade, por meio de ações pontuais, urgentes e fragmentadas, aspecto predominante ao longo da trajetória da assistência social. A LBA começa dessarte a atuar em todas as áreas de assistência social, da maternidade à velhice, dos doentes aos desvalidos, consolidando-se como um incremento do aparelho assistencial privado e do desenvolvimento do serviço social (SPOSATI, 2004).

No contexto da LBA, conforme ressaltado por Nozabielli (2006), para desempenhar essas novas funções, a instituição buscou a colaboração das Escolas de Serviço Social. Isso resultou em uma convergência de interesses entre a LBA e o serviço social, uma vez que a LBA necessitava de apoio técnico e de pesquisas e trabalhos que possibilitassem alcançar seus objetivos em prol do progresso da assistência social, enquanto o serviço social buscava espaços para legitimar a profissão, haja vista que esta última já estava estabelecida em vários Estados do Brasil e em processo de legitimação junto ao Estado de Minas Gerais.

2.6.2 A Igreja Católica e a criação das Escolas de Serviço Social

A interlocução da Igreja Católica e a criação das Escolas de Serviço Social está diretamente relacionada ao contexto histórico e às influências sociais e religiosas da época (Entre os séc. XIX e XX), a partir do surgimento de movimentos sociais e reformas que ocorreram na Europa e nos Estados Unidos, que buscavam lidar com as questões decorrentes da industrialização, da urbanização e das desigualdades sociais. Frente a essas ações, o Serviço Social emergiu como uma profissão que visava atender às necessidades das camadas mais vulneráveis da sociedade. Seguindo nessa via, Mariana Pereira (2019) assegura que:

> Como marco histórico podemos datar que o Serviço Social enquanto profissão nasce no início do século XX, e embora suas *protoformas* sejam anteriores, ele se institucionalizará na fase monopólica do capital. No Brasil, particularmente em razão do respaldo do governo Varguista e da Igreja Católica nos anos 30, que oferecerão mercado de trabalho e formação concomitantemente, verifica-se a sua inclusão na divisão sócio técnica do trabalho e assim sua legitimação como um agente executor de políticas sociais. Porém outra tese acerca da constituição da profissão foi dominante no debate profissional. (PEREIRA, 2019, p. 97).

De acordo com Pereira (2019), o Serviço Social, no Brasil, é legitimado na era Vargas, na década de 1930, sob o respaldo da Igreja Católica, em razão da necessidade de sua inclusão sociotécnica frente ao trabalho, como mero executor de políticas sociais.

Ao citar Iamamoto e Carvalho (1982), Pereira (2019) revela que o conceito que gira em volta da Questão Social, utilizado expressivamente pelo Serviço Social brasileiro, é proveniente "[...] do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado" (IAMAMOTO & CARVALHO, 1982, p. 77 *apud* PEREIRA, 2019, p. 98). Contudo, Pereira (2019) diz que esse conceito:

> […] não é encontrado na produção e debate do Serviço Social norte-americano, tendo associação direta com o contexto de surgimento da profissão no Brasil e na América Latina e a partir do Movimento de Reconceituação da profissão nos anos 80. Enquanto no Brasil o Serviço Social encontra-se vinculado à Ação Social da Igreja Católica, tendo como referências as encíclicas papais *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*, no cenário estadunidense a profissão se configurará de forma distinta. (PEREIRA, 2019, p. 98).

Como pode ser notado, segundo a autora, há uma diversificação no conceito da profissão do Serviço Social entre o Brasil e os Estados Unidos, quanto a sua Questão funcional, conquanto houvesse a influência estadunidense no cenário do Serviço Social brasileiro. No entanto, os motivos e a forma do surgimento da profissão são basicamente os mesmos, pois ambos engendraram-se no momento em que houve as necessidades de assistência e caridade, partindo da "Revolução Industrial, no século XIX, e no Brasil no início do século XX" (PEREIRA, 2019, p. 96).

Quanto à interlocução da Igreja Católica com as Escolas de Serviço Social, esta ocorreu principalmente por meio da formação e da orientação dos assistentes sociais. O que se configura é que, no Brasil, a Igreja Católica, como uma instituição detentora de influência social significativa, interessou-se pela questão social e percebeu a necessidade de abordá-la de maneira estruturada. A igreja, que já possuía um longo histórico de trabalho com caridade e assistência aos pobres, viu, no Serviço Social, uma forma de organizar e expandir seus esforços nessa área. Para esse fim, criou instituições de ensino que ofereciam programas de formação em Serviço Social, nos quais os futuros assistentes sociais eram instruídos sobre os princípios e diretrizes da igreja em relação à justiça social e à caridade.

É válido chamar a atenção pelo fato de que essas diretrizes da Igreja Católica enfatizavam a importância da dignidade humana, da solidariedade, da promoção do bem comum, da responsabilidade dos indivíduos e da sociedade (em geral) para com os mais necessitados. Ela também defendia a ideia de subsidiariedade, que sugere que as questões sociais devem ser tratadas no nível mais próximo possível das pessoas afetadas, evitando a centralização excessiva.

O que se resulta disso, frente a essas características solidárias, é que as institucionalizações das escolas de Serviço Social foram influenciadas pela perspectiva da Igreja Católica sobre a importância do trabalho social e da ação caritativa, em conformidade com os princípios cristãos. Essa influência levou à incorporação de valores religiosos e éticos na formação dos assistentes sociais e no desenvolvimento de suas práticas profissionais.

Lavrado o ato de praticar ações caritativas, as Escolas de Serviço Social, criadas sob a influência da Igreja Católica, buscaram estabelecer parcerias e colaborações com organizações religiosas e instituições de caridade, fortalecendo ainda mais a conexão entre o Serviço Social e as diretrizes da igreja.

Contudo, é importante sublinhar que, com a passagem do tempo, as Escolas de Serviço Social sofreram mudanças e diversificações, incorporando outras perspectivas e abordagens em seus atos caridosos, além da influência religiosa. Com isso, o Serviço Social se tornou uma profissão mais ampla, baseada em princípios seculares de justiça social, direitos humanos e empoderamento, embora a preponderância da Igreja Católica ainda seja reconhecida em certos contextos, uma vez que algumas instituições de ensino superior, entre universidades e faculdades, mantêm afiliação religiosa católica, seguindo os valores e as diretrizes da instituição religiosa.

É indispensável entender que, mesmo nos contextos em que a influência da Igreja Católica é reconhecida, o Serviço Social é uma profissão que promove a diversidade e a inclusão, respeitando a liberdade religiosa e os direitos individuais. As Escolas de Serviço Social e os profissionais da área são orientados por princípios éticos e pelos códigos de conduta profissional que garantem a imparcialidade e a não-discriminação no atendimento às necessidades dos clientes.

Em vista do que foi apresentado neste segundo capítulo, foi possível discernir as ações que levaram à criação das Escolas de Serviço Social, as diretrizes que influenciaram as questões sociais e os fundamentos do serviço social, consoante a iniciativa da Igreja Católica,

ocorridos entre o fim do século XIX e o início do XX, passando ainda pela definição da Ação Católica, pelo surgimento do serviço social, incluindo no Brasil, e a fundação de instituições sociais, como o da Legião Brasileira de Assistência (LBA) e do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), entre outros elementos conceituais apresentados, como os do ultramontanismo e os do Modernismo Teológico.

No capítulo subsequente, serão desenvolvidos assuntos relativos à importância das instituições sociais perante a sociedade, e, de igual modo, o seu objetivo no atendimento às necessidades das pessoas em situação de completa – e complexa – vulnerabilidade, oferecendo, essas instituições, os recursos e o suporte necessários para condicionar suas vidas.

Ademais, serão trabalhados ainda, no decorrer do capítulo, assuntos acerca da legitimação da institucionalização da formação das estudantes do Curso de Serviço Social, em especial no Estado mineiro, e a constituição das instituições sociais junto ao seu dever cívico e social de combater as desigualdades.

3 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA FORMAÇÃO ESCOLAR DO SERVIÇO SOCIAL EM MINAS GERAIS E A IMPORTÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES SOCIAIS

As instituições sociais desempenham papel fundamental na sociedade, especialmente no que diz respeito ao trabalho caritativo e à assistência social. Elas têm como objetivo atender às necessidades das pessoas em situação de inteira vulnerabilidade, oferecendo majoritariamente recursos e suporte para melhorar suas condições.

Cabe frisar que essas instituições podem ser organizações não governamentais (ONGs), entidades religiosas, fundações, associações beneficentes, entre outras, que desempenham diversas funções, entre as quais estão as ações de fornecer abrigo e alimentação para pessoas sem-teto, oferecer cuidados de saúde básicos para as comunidades carentes, promover a educação de crianças desfavorecidas, auxiliar no desenvolvimento de habilidades profissionais, entre outras maneiras de ajuda assistencial.

O trabalho caritativo realizado por essas instituições sociais vai muito além da simples doação de recursos materiais, haja vista que elas também trabalham em prol do fortalecimento da autonomia das pessoas, na promoção da inclusão social, no empoderamento de grupos marginalizados e na defesa de seus direitos. Neste sentido, desempenham papel crucial na criação de redes de apoio, mobilizando recursos e promovendo a solidariedade na comunidade.

Quanto à legitimação da institucionalização da formação escolar do Serviço Social em Minas Gerais, é preciso entender, antes de tudo, o seu contexto histórico. O Serviço Social é uma profissão que surgiu no século XIX, inicialmente voltada à caridade e à filantropia, mas que, ao longo do tempo, desenvolveu-se como uma prática profissional que visa promover a justiça social, os direitos humanos e a transformação social.

Em Minas Gerais, assim como em outros lugares, a legitimação da formação escolar do Serviço Social ocorreu gradualmente. No Brasil, a profissão teve seu reconhecimento legal, e a sua regulamentação se deu por meio da Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social, em 1957[12]. A partir desse marco legal, as instituições de ensino começaram a oferecer cursos de formação em Serviço Social.

---

12 **Lei n.º 3.252, de 27de agosto de 1957.** Regulamenta o exercício da profissão de Assistente Social. Revogada pela Lei n.º 8.662, de 7.6.93 (Vide Decreto do Conselho de Ministros n.º 994, de 1962). Vide Referências.

A legitimação da formação escolar do Serviço Social em Minas Gerais envolveu a criação de escolas e faculdades que oferecessem cursos específicos para a profissão. Essas instituições buscaram estabelecer currículos que contemplassem os fundamentos teóricos e práticos do Serviço Social, bem como as demandas sociais e as realidades locais.

A sua legitimidade também foi conquistada por meio do reconhecimento dos órgãos governamentais e das entidades de classe. A graduação em Serviço Social passou a ser requisito para o exercício profissional e para o registro nos conselhos de classe, como o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS)[13].

Ao longo do tempo, a formação escolar do Serviço Social em Minas Gerais e em todo o Brasil foi aprimorando-se, adaptando-se às transformações sociais e incorporando novas abordagens teóricas e práticas. Isso contribuiu para a consolidação da profissão e para sua atuação qualificada na promoção do bem-estar social e na luta por justiça social, equidade e garantia dos direitos humanos.

Em seu trabalho, o Serviço Social busca promover a inclusão e a igualdade, enfrentando as desigualdades sociais e as diversas formas de opressão e discriminação. Os assistentes sociais trabalham junto às comunidades, aos indivíduos e às famílias, sempre com a intenção de identificar suas necessidades e seus desafios, e desenvolvem estratégias de intervenção que procuram fortalecer essas pessoas, proporcionar acesso a recursos e serviços, fomentando, desta feita, a mera transformação social.

Além dessas proposições, os tais profissionais sociais também atuam na formulação e na implementação de políticas sociais, na gestão de programas e de projetos sociais, e, outrossim, na mobilização e na organização da sociedade civil para a defesa dos direitos e demandas coletivas. Dado a estes vieses, eles trabalham em diferentes áreas, como saúde, educação, assistência social, justiça, empresas e organizações não governamentais, sempre

---

13 O Serviço Social é uma profissão regulamentada no Brasil, e o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os (CRESS) são responsáveis pela fiscalização e pela regulamentação da prática profissional. Atualmente, para se tornar assistente social, é necessário obter diploma de graduação em Serviço Social em uma instituição reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC).
Vale pontuar que os conselhos de classe, como o CRESS, têm a função de supervisionar e garantir a qualidade dos serviços prestados pelos assistentes sociais. Eles também atuam na defesa dos direitos da categoria e na promoção do aperfeiçoamento técnico-profissional.
Ocorre que: “A inscrição no CRESS do estado de jurisdição poderá ser requerida a qualquer tempo por parte do/a bacharel em Serviço Social, desde que observados os requisitos estabelecidos no Art. 1º da Resolução CFESS nº 1.014, de 13 de dezembro de 2022 [...] A inscrição é obrigatória para o exercício da profissão de assistente social no território nacional. A inscrição sem estar exercendo a profissão é opcional. Todavia, vale salientar que o/a profissional devidamente inscrito/a estará sujeito/a a obrigações pecuniárias (pagamento da anuidade, taxas, dentre outros).”. (CFESS, [s.d.], on-line). Vide Referências.

com o objetivo de prover o bem-estar e a justiça social, desenvolvendo sua função com esmero e importância para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva.

Frente a isso, o desígnio deste capítulo é discernir sobre a importância das instituições sociais, reconhecendo plenamente os aspectos de seu trabalho caritativo, junto aos profissionais de assistência social, e de depreender como ocorreu a legitimação da institucionalização da formação escolar do serviço social em Minas Gerais. Para tanto, serão utilizados dados fundamentados em teóricos especializados em tais questões, a saber, alguns deles: Freitas *et al* (2016), Yazbek (2006), Pereira e Ayla (1943), Iamamoto (2017), Lacerda (2014), Oliveira e Alves (2020), entre outros.

3.1 A Legitimação da Institucionalização da Formação Escolar do Serviço Social em Minas Gerais e a Constituição das Instituições Sociais

Na década de 1940, com o incentivo ao desenvolvimento industrial[14], a população de Belo Horizonte começou a crescer, a partir do fluxo migratório do interior para a capital, surgindo assim a criação de bairros periféricos, havendo ainda ocupações irregulares, muitas vezes caracterizadas por condições precárias de habitação e infraestrutura limitada.

O rápido crescimento demográfico impôs desafios ao desenvolvimento da infraestrutura urbana. Por este motivo, houve a necessidade de expandir serviços básicos, tais como água potável, energia elétrica, esgoto e transporte público, tudo para atender às demandas da crescente população.

O que sucede é que esse gradativo aumento da população belo-horizontina também trouxe desafios relacionados à saúde pública e à assistência social, uma vez que a ausência de infraestrutura adequada, como hospitais e centros de saúde, e recursos limitados para lidar com questões sociais, como a pobreza e o abandono infantil, exigiu a atenção do poder público e de organizações sociais, além do olhar caritativo da Igreja.

---

14 Em 20 de março de1941, o governador de Minas Gerais, Benedito Valadares, com apoio do prefeito de Belo Horizonte, Juscelino Kubitschek, assinou o Decreto 770, que instituiu o primeiro distrito industrial de Minas Gerais, que passou a denominar-se Cidade Industrial Juventino Dias. Para a criação da Cidade Industrial, o governo estadual desapropriou 770 hectares de área e promoveu o loteamento e o arruamento. Em 1941, as principais indústrias de Belo Horizonte concentravam-se principalmente na Zona Industrial do Barro Preto, localizada dentro da área urbana da capital mineira. Havia necessidade de transferir as fábricas para outro local distante das zonas residenciais e de comércio e serviços e onde houvesse possibilidade de instalação de fábricas maiores. (*«História de Contagem». Prefeitura de Contagem. 27 de julho de 2016).*

Buscando soluções para esse imbróglio, tão logo o poder público, a Igreja e as damas da sociedade belo-horizontina interviram no caso. Para isso, foram implementadas políticas públicas, como a construção de moradias populares e a melhoria das condições de vida nos bairros mais carentes. Além disso, organizações sociais, como as ligadas à Igreja Católica e à filantropia, também se envolveram na prestação de assistência social e no desenvolvimento de projetos comunitários.

São problemas que impuseram ao Padre Aguinaldo[15], recém-chegado a Belo Horizonte, a obrigação e a vontade de solucioná-los, conforme a doutrina social da Igreja Católica. Na capital mineira, foi inicialmente secretário do prelado, trabalhando na Cúria Metropolitana de Belo Horizonte, e morava no palácio episcopal. Assumiu a capela do colégio Santa Maria, quando teve a oportunidade de travar relações com importantes famílias mineiras e com notórios homens públicos, como Mílton Campos, Pedro Aleixo, Oscar Dias Correia, Levindo Lopes e outros. (CUADRADO, 1946)

Segundo Cuadrado (1946), em 1935, o Arcebispo Dom Cabral fundou o jornal "O Diário" (1935-1937), e suas publicações foram abordadas enquanto integrantes de um campo político, cuja atuação foi decisiva na construção de um poder autoritário no Brasil durante os anos 1930. Ocorre que as análises e as propostas veiculadas na imprensa católica da capital mineira teriam formado um conjunto articulado e homogêneo de ideias políticas que é denominada aqui de conservadorismo católico.

Cabe pontuar que a atuação política de tal jornal católico esteve profundamente ligada ao momento experimentado pela Igreja no período de busca pela reconstrução de sua relevância social. Foi neste contexto, usualmente conhecido como Restauração Católica, que os redatores do Jornal "O Diário" desejam avaliar quais eram as demandas da sociedade sob a perspectiva da promoção da visão católica, tendo como colaborador o padre Agnaldo, que fazia também o apostolado da inteligência, com abertura às inovações litúrgicas, como a missa do *Diário*, à meia-noite, para os jornalistas e para os operários, na capela do jornal. Nesse período, padre Agnaldo foi nomeado por Dom Cabral, vigário da paróquia de Santo Antônio e posterior vigário de uma das paróquias mais tradicionais de Belo Horizonte, a Paróquia São José. A seguir, a fotografia de Padre Aguinaldo Leal (Imagem 11):

---

15 Sergipano, Padre José de Souza Aguinaldo Leal era filho do maranhense Francisco Joaquim de Carvalho Leal e da sergipana de Maruím, dona Cesaltina Galvão Leal, filha de Raimundo Diniz de Valois Galvão. Fez as primeiras letras em São Cristóvão, no colégio do professor Leão Magno. Aos 14 anos, ingressou no Seminário do Sagrado Coração de Jesus, em Aracaju, ordenando-se dez anos depois, em 1º de maio de 1927. (PUC-MG).

Imagem 11 – Padre Agnaldo Leal

Fonte: Acervo do Centro de Memória e de Pesquisa Histórica. PUC-MG

A Escola de Serviço Social, em Belo Horizonte, era um dos propósitos do Padre Aguinaldo, que desejava alavancar o pensamento cristão e solucionar os problemas existentes, de acordo com a segregação da sociedade da época em questão, como a construção de vilas operárias e de favelas, resultantes do fluxo migratório para a capital mineira durante as décadas de 1930 e 1940, como já dito.

O Padre Aguinaldo Leal se dedicou intensamente à intenção de encontrar soluções para os desafios sociais que começavam a afligir a sociedade belo-horizontina. O que se ressalta é que o seu trabalho envolveu a criação de instituições de assistência social, a promoção de programas de educação popular e o estímulo à participação comunitária. O objetivo era combater as desigualdades sociais e buscar uma transformação na realidade local, visando a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

E para dar realidade a esse propósito, o Padre Aguinaldo foi responsável por um trabalho longo, voltado a soluções de problemas que começavam a importunar a sociedade belo-horizontina nas décadas de 1930 e 1940. (PUC-Minas, 1954)[16].

Por meio de obras sociais, o padre fomentava ainda doutrinar a população assistida. Esta doutrina se baseava no movimento Ação Católica, com o objetivo de formar leigos para colaborar com a missão da Igreja: salvar as almas pela cristianização dos indivíduos, da família e da sociedade.

Em face deste contexto, importa afirmar que o interesse pelo serviço social tem relação com o surgimento, no Brasil, da Legião da Boa Assistência (LBA), fundada em agosto de 1942, cujo foco era o de promover a assistência social nacional[17]. É importante acentuar que a LBA tinha como missão inicial a de prover as necessidades de famílias cujos chefes foram mobilizados por conta da guerra, durante o governo de Getúlio Vargas, e ainda prestar auxílio para famílias em condições insuficientes de provimento. Sobre isso, Oliveira e Alves (2020) asseguram que:

> Parte da tática governamental para convencer o maior número de homens a se alistarem voluntariamente foi a criação de uma rede assistencial capaz de prover as necessidades imediatas das famílias dos combatentes, como provisão de alimentos, tratamentos de saúde, medicamentos e moradia. Com essas ações, o governo varguista transmitia uma mensagem ostensiva aos seus combatentes de que o Estado brasileiro jamais abandonaria suas famílias e que a sua dedicação às causas nacionais seria recompensada pela benevolência estatal.
> Para dar conta dessa empreitada, a Legião Brasileira de Assistência (LBA) foi criada em 28 de agosto de 1942, sob o comando da então Primeira-dama Dona Darcy Sarmanho Vargas. Instituída pelo Decreto-Lei n° 4.830 de 15 de outubro de 1942, a LBA foi especialmente concebida para auxiliar as forças brasileiras na Segunda Grande Guerra. (OLIVEIRA & ALVES, 2020, p. 17-18)

Nota-se, segundo as autorias acima, que a instituição em destaque surgiu da necessidade de prover, a princípio, as famílias de combatentes enviados à guerra, na era Vargas, e, ulteriormente, passando a auxiliar os mais necessitados, conforme confirmam Oliveira e Alves (2020):

---

16 Acervo do Centro de Memória e de Pesquisa Histórica da PUC-Minas

17 “Acatando a um processo de feminilização da filantropia em curso nos países Ocidentais desde o século XIX, a LBA foi fundada em agosto de 1942 pela então primeira-dama Darcy Vargas e contou com um corpo assistencial formado majoritariamente por mulheres.”. (OLIVEIRA & ALVES, 2020, p. 16)

> Inicialmente pensada para cuidar e amparar exclusivamente as famílias dos combatentes, a LBA imediatamente expandiu suas atribuições a parcelas cada vez maiores da população, que, não inserida no campo do trabalho formal – elemento essencial de cidadania no período –, ficava exposta a uma infinidade de mazelas e pauperização da vida cotidiana. (OLIVEIRA & ALVES, 2020, p. 18)

Percebe-se, conforme as proposições acima, que houve rapidamente a expansão dos serviços prestados pela LBA, partindo de prospecções meramente sociais, havendo a necessidade de mitigar as difíceis situações vividas por muitas pessoas na época do governo varguista.

Ocorre que, entre uma missão e outra executada pela LBA, sublinha-se como destaque o desenvolvimento de programas e projetos voltados a crianças em situação de vulnerabilidade, que partiam dos cuidados, por exemplo, de creches, de pré-escolas e de centros educacionais infantis. Essas instituições ofereciam, dentre outros, educação e apoio emocional, além de provisões alimentares e atendimentos relacionados à saúde, postulados com atribuições médicas e distribuição de medicamentos, especialmente para a população de baixa renda.

No viés dos mais vulneráveis, a instituição fornecia, além de alimentos, roupas, moradia temporária e auxílio financeiro para famílias em situação de extrema pobreza ou afetadas por desastres naturais, como enchentes e terremotos.

Nessas condições, Oliveira e Alves (2020) depreendem que:

> A Legião Brasileira de Assistência (LBA) foi uma importante instituição estatal que administrou a questão assistencial do Brasil até a década de 1990. Por meio de diferentes ações e serviços, prestou assistência a um grande número de sujeitos que tinham, na condição da pobreza, suas similaridades. (OLIVEIRA & ALVES, 2020, p. 17)

Aliado a essas guarnições, a LBA ainda organizava e realizava campanhas que visava à vacinação, à prevenção de doenças, sobremodo contagiosas, e à conscientização coletiva nos quesitos higiene e salubridade. Cumpre frisar, neste quadro, que a instituição também olhava pelas pessoas idosas, implementando projetos assistenciais voltados a esse público, sobretudo os mais carentes. Entre as ações, estavam a oferta de casas de repouso, abrigos, entre tantos outros, e nessas casas os amparados contavam com cuidados médicos e atividades recreativas, além de alimentação e diversos outros serviços.

Insta observar ainda que a LBA promovia inúmeras atividades culturais e de lazer às comunidades. A exemplo disso estão a realização de exposições em diferentes temas, os espetáculos artísticos, como o teatro, e os diversos eventos. O que se nota, portanto, é que essas iniciativas ensejavam momentos de entretenimento e integração social à população.

Frente a todo esse contexto caritativo, cabe pontuar também que o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS)[18], de forma indireta, apoiou-se na LBA. Neste sentido, ao destacar a criação da CNSS, Freitas *et al* (2016, n.p) apontam que o seu "objetivo era centralizar e organizar obras assistenciais públicas e privadas, usadas como clientelismo político e para manipular verbas e subvenções públicas.".

Para Yazbek (2006), as funções do CNSS eram desempenhadas pela LBA. Assim, a diversidade de serviços sociais e educacionais prestados por essas instituições, relacionada às demandas de qualificação da força de trabalho e de sua reprodução física e espiritual, leva à incorporação institucional de contingentes de assistentes sociais.

Nessa via, é precípuo considerar a importância dessas instituições. Para Freitas *et al* (2016):

> As instituições sociais eram uma forma de controle social e político, podiam-se organizar obras assistenciais públicas e privadas e manipular verbas. Com a criação destas, era possível ampliar as profissões e os campos de trabalho com a abertura de escolas especializadas e preparatórias, como o Senai, por exemplo, de maneira a formar profissionais voltados a área da indústria, para melhoria de ambos os lados. Para o trabalhador significa qualificação profissional, além de garantia de emprego e salário. Já empregador do setor industrial, por ter profissionais capacitados, implica diretamente em quantidade e qualidade de produção. (FREITAS *ET AL*, 2016, n.p)

Além de possuírem o dever cívico e social de combater as desigualdades, as instituições sociais, consoante o olhar de Freitas *et al* (2016), desenvolviam questões políticas, ao manipular verbas e a ampliação do campo de trabalho, oportunizando a abertura de cursos profissionais especializados e preparatórios.

Para tanto, A LBA, por exemplo, possibilitou a execução de cursos e programas de capacitação profissional voltados às pessoas necessitadas. Essas iniciativas proporcionavam habilidades e conhecimentos que propiciassem a inserção dessas pessoas no mercado de trabalho, contribuindo, portanto, para sua autonomia e melhoria de vida.

---

18 **Decreto-Lei n.º 525, de 1º de julho de 1938**. Institui o Conselho Nacional de Serviço Social e fixa as bases da organização do serviço social em todo o país.

Mediante a isso, sob a égide de tais instituições, as aprendizes e as profissionais de Serviço Social passam a desenvolver ações educativas e normativas de ajustamento psicossocial dos trabalhadores, com o intuito de atender às novas necessidades relacionadas à integração de massas populacionais ao mercado de trabalho e à vida urbana. Por meio disso, o Conselho Nacional de Assistência Social, a pedido do Pe. Aguinaldo, apoiou-se nos fundamentos da LBA, o que permitiu, no segundo semestre de 1944, o encaminhamento de voluntárias mineiras, no intuito de estudar na Escola de Serviço Social de São Paulo.

Escolhidas pelo então Padre Aguinaldo, junto às Legionárias Visitadoras da LBA, que eram representadas pelas damas da sociedade belo-horizontina, e assim fundar, em Belo Horizonte, a Escola de Serviço Social, foram enviadas quatro mulheres, sendo três professoras, disponibilizadas pela Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, a saber: Lydia Carvalho do Espírito Santo, Haydee dos Reis Castro, Modesta Manoela Lopes e uma da LBA.

Ressalta-se que essas mulheres deviam ter uma formação moral, que seria o princípio de onde emanava o poder de ascendência sobre as alunas e sobre os colaboradores, bem como autoridade que as façam ser ouvidas e respeitadas dentro e fora do recinto da Escola[19].

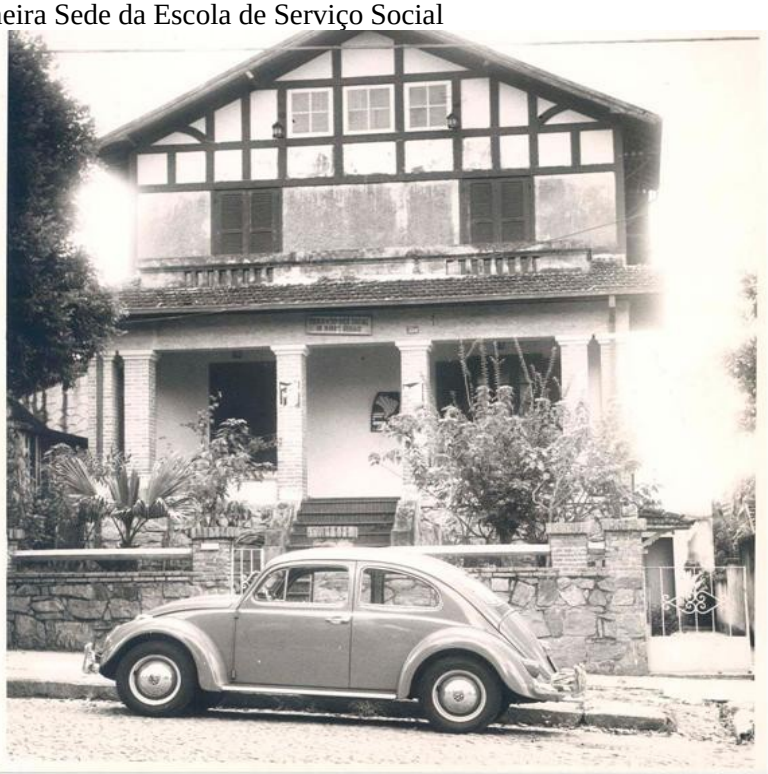
Enquanto elas estudavam, o padre palestrava para os industriais e para os comerciantes da época sobre a importância de se ter a escola em Minas Gerais. Salienta-se que o Pe. Aguinaldo, em sua oratória, nessas palestras, induzia uma perfeita assimilação da ideia de como era benéfico o curso de Serviço Social para a capital mineira, buscando, consequentemente, a adesão à iniciativa ali proposta, afirmando que o progresso das cidades, assim como o das indústrias e o dos comércios, foi tão rápido que não deu tempo para a adaptação do lar.

O que se infere é que essa adaptação deveria ser de acordo com os preceitos católicos, ou seja, famílias com pai, mãe, filhos, tendo a mãe responsável pelo lar, o pai como provedor e a igreja sendo sua base. Porém, a família brasileira foi levada à fábrica, numa transição sem ajuste de acordo com os preceitos católicos, cuja igreja não soube como afastar os perigos dessa nova condição de vida[20]. Logo abaixo, a fotografia da primeira Sede da Escola de Serviço Social (Imagem 12):

---

19 Escola de Serviço Social de Minas Gerais, Relatório Anual (1946-1954).
20 Idem

Imagem 12 – Primeira Sede da Escola de Serviço Social



Sede da Escola de Serviço Social. Sem data.
Acervo do Centro de Memória e de Pesquisa Histórica da PUC Minas.

Fonte: Acervo do Centro de Memória e de Pesquisa Histórica da PUC-Minas[21]

No primeiro instante, a Escola foi fundada em uma sala do Instituto de Educação, situada na rua Pernambuco, onde foi ministrado o curso para a Rede Mineira de Aviação, que necessitava de um grupo de auxiliares sociais para seus funcionários. A partir desse momento, Pe. Aguinaldo e suas colaboradoras objetivaram por todos os meios concretizar o ideal de doutrinar, capacitar e diminuir as mazelas da sociedade da época, havendo como participantes pessoas da capital mineira, de Divinópolis, de Lavras, de Três Corações e de Ibiá.

3.2 Instalação da Escola de Serviço Social e suas diretrizes

Em busca de uma sede própria, em 17 de julho de 1946, instalou-se solenemente a Escola de Serviço Social de Minas Gerais (ESSMG), na Rua Bernardo Guimarães, 895, em prédio alugado, mediante ajuda da LBA, com seu mobiliário doado pela comunidade e pelo Instituto de Educação.

21 Centro de Memória e de Pesquisa Histórica – PUC-Minas. Disponível em: <http://portal.pucminas.br/centrodememoria/galeria/galeria.html>. Acesso em: 03 maio 2023.

Para a matrícula, eram exigidos os seguintes documentos: certidão de nascimento, diploma ou atestado do curso secundário, referências de três pessoas idôneas, atestado médico, duas (2) fotografias (tamanho carteira), pagamento da taxa de matrícula e 1ª mensalidade. As aulas foram dadas no horário de 07h30min às 10h, com três aulas diárias, totalizando quinze semanais. A tarde de sábado foi reservada para visitas às obras sociais.

Imagem 13 - Escola de Serviço Social de Minas Gerais, Relatório Anual (1946-1954).

Aula de "Organização Social da Comunidade" com a Profª e Diretora da Escola de Serviço Social, Srª Modesta Manuela Lopes. Sem data.
Acervo do Centro de Memória e de Pesquisa Histórica da PUC Minas.

Fonte: Centro de Memória e de Pesquisa Histórica - PUC-Minas[22]

No início da formação em Serviço Social, as turmas eram compostas principalmente por mulheres. Naquele período, o Serviço Social era uma área de estudo e atuação que atraía sobretudo mulheres que buscavam uma profissão que lhes permitisse combinar sua vocação para ajudar os outros com um trabalho remunerado.

Essas primeiras alunas enfrentaram desafios significativos, pois estavam entrando em uma área emergente que ainda estava definindo-se como profissão. Elas enfrentaram preconceitos e estereótipos de gênero, uma vez que se esperava que as mulheres atuassem em papéis tradicionais de cuidado, e não em carreiras profissionais. No entanto, essas mulheres pioneiras foram determinadas e visionárias, visando ampliar seu conhecimento e suas habilidades para lidar com as questões sociais e contribuir para a transformação social.

22 Disponível em: <http://portal.pucminas.br/centrodememoria/galeria/galeria.html>. Acesso em: 03 maio 2023.

No primeiro ano de realização do curso, foram matriculadas dezenove alunas, conforme mostra a tabela abaixo:

Tabela 1 – Relatório anual: 1946-1954

	Iª série	
	Feminino	Masculino
Matriculados	19	-
Desistentes durante o ano	5	-
Apresentaram para os exames	14	-
Aprovados em primeira época	11	-
Com possibilidade de IIª época	3	-
Inscritos em IIª época	1	-
Aprovados em IIª época	1	-
Promovidos	12	-

Fonte: Escola de Serviço Social

A Escola de Serviço Social, estabelecimento de iniciativa particular, tomava sua concretude. Sobre esse fato, assim se expressava uma das fundadoras, Modesta Manoela Lopes: "[…] Pe. Aguinaldo Leal, numa verdadeira demonstração de seu espírito arrojado, tornou realidade o plano, marcando decisivamente aquele dia na vida da cidade". (LOPES, 1946)[23]. O programa da primeira turma constou de um semestre apenas. Foram introduzidas as disciplinas teóricas da seguinte forma, considerando a tabela a seguir (tabela 2):

Tabela 2 – Relatório anual: 1946-1954

Disciplina	Professor	Aulas semanais	Aula Previstas	Aulas Dadas	%
Introdução ao Serviço Social de Casos	D. Haydee de Reis Castro	3	51	60	100
Estatística	Dr. Mário Cunha	1	17	15	88
Sociologia	Pe. Antônio Augusto M. Cançado	2	34	37	100
Religião	Pe. Orlando Machado	2	34	25	75
Psicologia	D. Naytres Rezende	2	34	30	88
Noções de Direito	Dr. Carlos Horta Ferreira	2	34	25	70
Círculos de Formação	D. Modesta Manoela Lopes	1	17	20	10
Higiene	Dr. Lívio Renault	2	34	35	100

Fonte: Escola de Serviço Social

23 LOPES, Modesta Manoela. Caderno de Relatório Anual do Curso de Serviço Social. 1946.

A prática do curso de Serviço Social foi realizada na Vila Afonso Pena, em benefício dos moradores. As alunas visitaram as famílias, para conhecer os seus problemas e executar o tratamento adequado baseado nos princípios do método de Serviço Social dos casos, dentro dos limites impostos pelas circunstâncias do momento. Vale dizer que a professora D. Haydée dos Reis Castro organizou e acompanhou esse trabalho, supervisionando diretamente as alunas por intermédio de entrevistas individuais para o aperfeiçoamento do trabalho.

Dado a esse cenário, o que ocorre é que, se não havia as condições ideais, pelo menos correspondia às necessidades do momento atual da Escola, que desenvolvia junto à primeira turma os programas de acordo com a Escola de Serviço Social de São Paulo, com algumas modificações feitas pelos professores[24].

Em 1947, não foi possível à escola funcionar na casa da rua Bernardo Guimarães, em virtude da ausência de espaço para duas classes, o primeiro e o segundo ano. Assim, foi adquirida uma casa na Rua Professor Antônio Aleixo, 350, onde se instituiu o "Instituto de Estudos e Ação Social".

Por ter a Fundação Casa das Domésticas[25] importante serventia para a Escola de Serviço Social, que o Pe. Aguinaldo firmou o empréstimo que possibilitou a compra da casa na Rua Antônio Aleixo, sede própria da Escola durante anos.

A segunda turma teve início em 28 de março de 1947, havendo como foco de atuação o trabalho comunitário. Com a mesma diretoria do ano anterior, o número total de alunos matriculados foi quarenta e dois, assim distribuídos consoante mostra a tabela a seguir (Tabela 3)[26]:

Tabela 3 – Relatório anual: 1946-1954

	Iª série		IIª série	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Matriculados	23	6	13	-
Desistentes durante o ano	9	4	2	-
Apresentaram para os exames	15	2	11	-
Aprovados em primeira época	12	-	11	-
Com possibilidade de IIª	22	-	-	-

24 Escola de Serviço Social de Minas Gerais, Relatório Anual (1946-1954).

25 O projeto Casa das Domésticas, também foi fundado pelo Padre Aguinaldo, com o objetivo de agência de colocação, curso de alfabetização, curso de economia doméstica, curso de corte e costura, assistência médica e dentária, assistência espiritual e recreação. Firmou-se assim uma associação com fins lucrativos (Escola de Serviço Social de Minas Gerais, Relatório Anual (1946-1954))

26 Escola de Serviço Social de Minas Gerais, Relatório Anual (1946-1954).

época				
Inscritos em IIª época	1	-	-	-
Aprovados em IIª época	1	-	-	-
Promovidos	13	-	11	-

Fonte: Escola de Serviço Social

As aulas da 1ª série foram dadas no horário de 7h30min às 11h, com quatro aulas diárias, sendo o sábado reservado a visitas às obras. Já as aulas da 2ª série foram dadas, em sua maior parte, pela manhã, no mesmo horário de 7h30min às 11:00h, havendo duas aulas à noite, às terças e às quintas-feiras. Isso porque as alunas, funcionárias na sua maioria, não puderam estagiar no período da tarde, obrigadas a fazê-lo no período matinal. As visitas às obras foram feitas aos sábados[27].

Como no anterior, foi seguido, em linhas gerais, o programa da Escola de Serviço Social de São Paulo, para 1ª e 2ª séries, o que pode ser apreciado pela consulta dos programas arquivados, sendo os destaques encontrados na tabela a seguir (Tabela 4)[28]:

Tabela 4 – Relatório anual: 1946-1954

Iª Série					
Professores	Disciplinas	Aulas Semanais	Aulas Previstas	Aulas Dadas	%
D. Modesta Manoela Lopes	Serviço Social – Introdução Serviço Social de Casos	6	144	153	100
	Círculos de Formação	1	24	16	66
Dr. Antônio A. Melo Cançalo	Sociologia	2	48	33	68
D. Maria Luiza Cunha	Psicologia	2	48	32	62
Dr. Alberto Deodato e Dr. Oscar Dias Correa	Noções de Direito	2	48	25	52
D. Haydee Dos Reis Castro e Dr. João Dias P. Gomes	Pesquisa Social e Estatística	2	48	29	60
Fr. Paulo Tellegen	Religião	1	24	17	70
	Moral	1	24	20	83
Dr. Lívio Renault	Higiene	2	48	40	83

Fonte: Escola de Serviço Social, 1946.

A disciplina Noções de Direito foi um tanto prejudicada no ano referido, com a mudança de um professor para outro, do 1º ao 2º semestre. Vide tabela a seguir (Tabela 5):

27 Escola de Serviço Social de Minas Gerais, Relatório Anual (1946-1954).
28 Idem.

Tabela 5 Relatório anual: 1946-1954

	IIª Série					
Professores	Disciplinas	Semestre	Aulas Semanais	Aulas Previstas	Aulas Dadas	%
D. Lydia Carvalho E. Santo	I	Serviço Social Médico e Círculo	4	48	52	100
Dr. Halley Alves Bessa	I	Higiene Mental	2	24	20	88
Dr. Paulo Roxo da Motta	I	Puericultura	2	24	15	62
D. Edith Novais Pinto	I	Socorros de urgência	1	12	11	91
Dr. Sebastião de Souza	I	Direito do Menor	1	12	10	83
D. Lydia Carvalho E. Santo	II	Serviço Social do Trabalho	5	60	66	100
Dr. Oscar Dias Correa	II	Direito do Trabalho	2	24	19	79
D. Lydia Carvalho E. Santo	II	Serviço Social Grupo	4	48	45	93
D. Lydia Carvalho E. santo	II	Círculo	2	24	22	92
Dr. João Dias P. Gomes	II	Pesquisa Social e Estatística	2	48	32	66
Fr. Paulo Tellegen	I-II	Religião	1	24	20	88
Fr. Paulo Tellegen	I-II	Moral	1	24	19	79

Fonte: Escola de Serviço Social, 1947.

As aulas de Puericultura, iniciadas em 29 de abril de 1947, tiveram, por este motivo, a porcentagem reduzida. Nessa época, foram realizados inúmeros cursos de formação de auxiliares sociais, planejando e implantando o serviço social em diversas instituições: SESI, SESC, SENAI, LBA, Juizado de Menores, Prefeitura Municipal, entre outros. Nesta esteira, Freitas *et al* (2016) confirmam que:

> Ainda na década de 40 há o surgimento e desenvolvimento das grandes instituições, sendo elas: LBA e SENAI em 1942, SESI e Fundação LEÃO XIII em 1946 e SENAC entre outros. Através dessas instituições, abre um mercado de trabalho para o Serviço Social, tornando os assalariados, direta ou indiretamente, atrelados às políticas sociais do Estado. (FREITAS *ET AL*, 2016, n.p)

Em relação à terceira turma, as aulas tiveram início em 15 de março de 1948, com uma missa celebrada pelo Pe. Aguinaldo, que, logo após, dirigiu palavras de incentivo às sessenta e uma alunas, assim distribuídas. (Vide Tabela 6 da terceira turma):

Tabela 6 – Relatório anual: 1946-1954

	Iª série		IIª série		IIIª série	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Matriculados	31	6	12	1	11	-
Repetentes	-	-	-	-	-	-
Desistentes durante o ano	11	3	1	1	-	-
Apresentaram para os exames	20	3	11	-	-	-
Aprovados em primeira época	17	3	8	-	11	-
Com possibilidade de IIª época	2	-	3	-	11	-
Inscritos em IIª época	2	-	3	-	-	-
Aprovados em IIª época	2	-	3	-	-	-
Promovidos	18	3	11	-	11	-

Fonte: Escola de Serviço Social, 1948.

Quanto às disciplinas da 3ª série, segue a tabela abaixo (Tabela 7):

Tabela 7 – Relatório anual: 1946-1954

IIIª Série					
Professores	Disciplinas	Aulas Semanais	Aulas Previstas	Aulas Dadas	%
D. lydia Carvalho E. Santo	Serviço Social para menores	3	36	36	100
D. Jacy Stela Vascomcelos	Pedagogia	2	24	17	71
D. Maria Luiza A. Cunha	Psicologia para Adolescentes	2	24	17	71
Fr. Paulo Tellegen	Teologia	1	12	10	83
Dr. Lívio Renault	Higiene do trabalho	1	12	5	41
D. Lydia Carvalho E. Santo	Círculos	1	12	15	100
D. Haydee dos Reis Castro	Organização Social da Comunidade	2	24	17	71

Fonte: Escola de Serviço Social, 1949.

Foram ministradas, concomitantemente, às turmas da 2ª e 3ª séries, as disciplinas de Serviço Social de Menores e Círculos, de Psicologia do Adolescente e de Pedagogia. Vale dizer que, a partir de 1949, houve mais interesse para o ingresso na Escola, como comprova a solicitação de matrículas. Diante deste fato, foi instituído, em 05 de março, um concurso de habilitação para o ingresso na instituição escolar. Esse concurso teve como critério para aprovação a aplicação de testes de nível mental, de composição e de interpretação de leitura.

As candidatas deveriam apresentar condições de vida compatíveis com as suas futuras atividades. Até certo ponto, as qualidades individuais revelavam o meio familiar e social no qual elas viviam, pois, segundo os preceitos da Igreja, ninguém escapava completamente da influência do seu meio.

Em 1950, a Escola passa por uma reformulação em seu corpo docente com o aproveitamento de alunas diplomadas pela própria instituição, voltando, outra vez, às manchetes dos jornais, como O Diário: "E a Escola entra agora numa fase particularmente importante ao seu desenvolvimento. Ela começa a se fazer sentir em nosso meio, a ser compreendida, embora a total e autêntica compreensão de seus fins seja demorada e difícil a prestar serviços mais positivos.".[29]

O ponto mais alto do curso, em 1950, foi a formatura da primeira turma, solenidade que serviu de comemoração não só para a Escola, como para a cidade. Já em 1951, o aperfeiçoamento constante é item básico para o crescimento e para a própria sobrevivência de toda instituição, assim como um exame crítico de sua vida institucional leva à reformulação dos elementos passíveis de aperfeiçoamento. É válido mencionar que a Escola esteve sempre voltada para a sua renovação, tanto dos currículos como oferecendo novas possibilidades aos alunos. Por esse motivo, a instituição, por julgar não ter atingido ainda o ideal, com relação à formação geral e técnica das alunas, sugere à Associação Brasileira das Escolas de Serviço Social (ABESS) a ampliação do currículo de matérias teóricas para três anos completos, ficando o quarto ano para o trabalho de conclusão de curso. Para cumprir essa questão, foram introduzidas matérias básicas, tais como Educação, Legislação da Previdência e Moral Aplicada.

Em 29 de dezembro de 1951, pela atribuição da Lei n.° 859, o Estado reestruturou os quadros do funcionalismo público, criando oficialmente o cargo de Assistente Social. Devido

29 Escola de Serviço Social de Minas Gerais, Relatório Anual (1946-1954).

ao fato de a Escola não se colocar à espera do convite, e, em colaboração com a Associação Brasileira de Assistentes Sociais, abriu a discussão do assunto.

Por intermédio da imprensa local, por telegramas de congratulação ao Senhor Governador e, mormente pela apresentação à Assembleia Legislativa de um esboço de projeto, estabeleceu-se as condições para o provimento do cargo de Assistente Social no Estado, mediante concurso de títulos, só podendo ser ocupado por diplomatas em cursos, de pelo menos três anos de duração.

Houve também a ajuda do Arcebispo Metropolitano, D. Antônio dos Santos Cabral, uma vez que ele era Presidente da Sociedade Mineira de Cultura, entidade mantenedora das Faculdades Católicas e da futura Universidade Católica de Minas Gerais, à qual estava filiada a Escola de Serviço Social.

Isto posto, é interessante ressaltar que, para coroar o êxito da Escola de Serviço Social, aconteceu um seminário sobre o Serviço Social de Casos e Supervisão, em parceria com a Organização dos Estados Americanos (OEA), o Governo Norte-Americano e a ONU, assim como a Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social. Tratava-se, pois, de uma promoção do plano Marshall, e, para seu cumprimento, chegavam ao Brasil Miss Katheryn Knapp e Miss Genevieve Ryan. A primeira ficou encarregada de ministrar as palestras em Belo Horizonte. Salienta-se que manchetes em jornais davam importância ao fato, e foi essa realmente a prova que faltava à Escola para consolidá-la definitivamente no conceito nacional[30].

Em 1952, o jubileu de prata do Pe. Aguinaldo Leal fez com que a escola reconhecesse a importância dele em sua fundação. Já em 1953, o currículo escolar foi novamente modificado, em solicitação da Associação Brasileira das Escolas de Serviço Social (ABESS), abrindo a possibilidade para trabalhar com o setor de menores de idade e o setor do trabalho. Como resultado positivo, houve a colaboração da Escola no planejamento do serviço social no Juizado de Menores, solicitado pelo Juiz de Menores, Dr. José Américo Macedo (Relatório Anual (1946-1954).

30 Escola de Serviço Social de Minas Gerais, Relatório Anual (1946-1954).

3.2.1 A integração com um coroamento feliz

O ano chave para a Escola de Serviço Social foi em 1954, uma vez que no ano anterior já havia mobilização para mudanças no Estatuto do Instituto de Estudo e Ação Social. Assim, em julho do referente ano, em convocação publicada pelo jornal "Minas Gerais", foi realizada uma assembleia. Nesta, o Revmo. Pe Aguinaldo Leal expôs aos presentes o entendimento que tivera junto ao Exmo. Arcebispo Dom Antônio dos Santos Cabral. A convite deste, Padre Aguinaldo deliberaria a respeito da incorporação da Escola de Serviço Social à Universidade Católica de Minas Gerais, o que foi concordado pela totalidade de seus sócios.

Em 1955, foi um grande evento a incorporação da Escola junto à Sociedade Mineira de Cultura. No mesmo ano, foi para a Escola de Serviço Social o ano do triunfo e da vitória. Por reconhecimento, foi notadamente impressionante o trabalho realizado pelas alunas e monitoras no setor dos recursos da comunidade, salientando a situação socioeconômica e moral dos atendidos.

Ainda com a vertente catolicista, a direção procurava ampliar o conhecimento teórico e prático com conferências e mesas redondas, com palestrantes da União Católica Internacional de Serviço Social, do "Movimento Operário na Bélgica" e "Atividades da União Católica Internacional de Serviço Social", além de ter "A contribuição do Serviço Social nos programas de educação Social e Cívica".

De acordo com o relatório anual da Escola de Serviço Social, em 1955, depois de várias lutas constantes, a instituição teve o reconhecimento pelo Ministério de Educação e Cultura, cuja documentação foi enviada no dia 05 de agosto de 1954 com a publicação por meio da Portaria n.° 35 de 1° de março de 1955, inspetores para análise e verificação de tais documentos. Em 16 de maio de 1955, a Escola obtém o relatório de Verificação e validação dos seus conteúdos. Contudo, somente em 31 de outubro de 1955, por injunção do Decreto no Diário Oficial, é que:

> Concede reconhecimento ao curso de Serviço Social da Escola de Minas Gerais:
> O Presidente da República, usando de atribuições que lhe confere o artigo 87, item 1, da Constituição e nos termos do artigo 23, do decreto lei numero 421, de 11 de outubro de 1938,
> Decreta:
> Artigo único: É concedido reconhecimento ao curso de Serviço Social da Escola de Serviço Social de Minas Gerais, mantida pela sociedade Mineira

> de Cultura e com sede em Belo Horizonte, capital do Estado de Minas Gerais.
> Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1955; 134° da Independência e 67° da República. (BRASIL, 1955, on-line)[31]

Diante desse acontecimento tão significativo para a Escola de Serviço Social de Minas Gerais, tendo sua autoafirmação, foi natural que todo o corpo docente e discente manifestasse sua alegria, visto que era o triunfo de uma luta, a recompensa de um trabalho ao esforço daqueles idealizadores que partiram do nada, com somente a esperança da Institucionalização da Escola de Serviço Social em Minas Gerais.

Frente a essa conquista significativa para a Escola de Serviço Social de Minas Gerais, há de considerar a relevância da autoafirmação, uma vez que é um marco importante, pois se caracteriza como o reconhecimento e a validação do trabalho realizado pelos professores, pelos alunos e pelos demais membros da Instituição. Isso fortalece a identidade e a reputação da Escola perante a comunidade acadêmica e profissional.

No que toca aos corpos docente e discente, a sua manifestação de alegria é compreensível, já que reflete o resultado de um esforço coletivo. Neste cenário, urge pontuar que os professores que idealizaram a criação da escola e lutaram por sua Institucionalização, como supracitado, partiram do zero, enfrentando desafios e adversidades. A concretização desse objetivo é, portanto, uma recompensa pelo trabalho árduo e persistente, merecendo de fato o seu devido reconhecimento, haja vista que a institucionalização da Escola de Serviço Social tem um significado mais amplo para a área em Minas Gerais, posto que ela proporciona uma base sólida para a formação de assistentes sociais qualificados, com um currículo e uma estrutura adequada. Isso contribuiu para o fortalecimento do Serviço Social na região, fornecendo profissionais capacitados para lidar com as demandas e com os desafios sociais da comunidade.

O que se nota também é a menção à esperança dos idealizadores, ressaltando a importância da perseverança e do otimismo na busca por objetivos. Mesmo partindo do nada, eles mantiveram a esperança de que a Institucionalização da Escola seria possível, e isso serviu de ~~a~~ motivação, impulsionando expressivamente o trabalho, levando-os a alcançar essa conquista que impactou incontáveis vidas.

---

31 **Decreto n° 38.147 de 25 de outubro de 1955**.

Em suma, a Institucionalização da Escola de Serviço Social de Minas Gerais representa um fato histórico para a Instituição e para a área do Serviço Social no Estado mineiro. Logo, foi um momento de celebração e de aclamação frente ao exaustivo trabalho e à perseverança de todos os envolvidos, bem como uma oportunidade para fortalecer o ensino e a prática do Serviço Social.

3.3 Formação das estudantes do Curso de Serviço Social

Mediante a perspectiva histórica que remete ao curso de Serviço Social, a ideia de formação moral com base em princípios cristãos era considerada indispensável para o trabalho da assistente social. Acreditava-se que essa base ética seria fundamental para uma ação educativa adequada, essencial para o exercício da profissão. Cabe dizer que essa perspectiva refletia os valores e as influências sociais predominantes na época. Logo, a personalidade da aluna era indispensável ao trabalho de formação da futura assistente social, já que deveria ser edificada sobre uma base de princípios cristãos, pois a atividade da assistente social seria falha se faltassem elementos que garantissem uma ação educativa, que era necessária pelo Serviço Social.

Para a seleção de candidatas ao curso de Serviço social era preciso ter em vista os seguintes critérios: individual, quando se verifica se a candidata satisfazia as condições físicas, intelectuais e morais, a um mínimo exigido pela natureza da profissão a que vai se dedicar, e a família/social, que consiste em verificar se a candidata apresentava certas condições de vida que permitissem o desempenho de suas funções.

Outro ponto relevante é a influência pessoal, pois esta é um dos meios que o Serviço Social possui em sua obra educacional. Dessa forma, haverá colaboração no trabalho com os assistidos, estimulando-os e incentivando-os a serem os autores da própria educação. Isso permitirá que a obra de reajustamento individual e coletivo seja orgânica e não aparente.

De acordo com Pereira e Ayla (1943):

> Para que a estudante de serviço social seja capaz de educar os outros, é necessário que ela tenha vencido principalmente suas fraquezas, pois a vida exterior não deve se desviar da projeção da sua vida interior. Se ela não for condizente com que aconselha, perderá sua autoridade e influência sobre seus assistidos. (PEREIRA & AYLA, 1943, p. 109)

Além desses critérios, baseados em princípios imputados pelas normas cristãs, como citado acima, a seleção para assistente social era demandada pelo capital na era monopolizadora das indústrias, requerendo mormente respostas imediatas para todos os tipos de questões sociais. Neste meio, Lélica Lacerda (2014) afirma que:

> A profissão de Serviço Social é demandada pela sociedade capitalista na era dos monopólios para a intervenção na vida da família trabalhadora de modo a implementar políticas sociais que façam o enfrentamento das sequelas da "questão social", materializando os direitos do cidadão, promovendo a coesão social. É no cotidiano que o assistente social atende individualmente, faz grupos, reuniões, planeja, emite relatórios e recomeça tudo no dia seguinte. (LACERDA, 2014, p. 23)

É impreterível considerar, portanto, que, diante desse cenário monopolizador das indústrias, quando ocorria maior concentração de capital e de industrialização, havia uma série de demandas que exigiam a atuação dos assistentes sociais. Alguns dos principais aspectos que requisitavam a precisão de tais profissionais na época incluem as questões trabalhistas, as condições de vida nas áreas urbanas, a pobreza e a desigualdade social, a proteção e a assistência à infância e a saúde pública.

No que se refere à questões trabalhistas, o que se corrobora é que, com o crescimento das indústrias e a expansão do trabalho assalariado, surgiram várias questões relacionadas aos direitos trabalhistas, condições de trabalho, relações laborais, segurança no trabalho e bem-estar dos trabalhadores. Os assistentes sociais eram chamados a intervir e buscar soluções para essas questões, garantindo o cumprimento das leis trabalhistas e promovendo a melhoria das condições de vida dos trabalhadores.

Quanto às condições de vida nas áreas urbanas, o crescimento das cidades e o êxodo rural resultante da industrialização criaram novos desafios nas regiões urbanizadas. A falta de moradia adequada, a ausência de serviços básicos, como água potável e o saneamento, e a necessidade de atendimento social para grupos vulneráveis, como imigrantes, trabalhadores pobres e suas famílias, exigiam a intervenção dos assistentes sociais.

Frente à pobreza e à desigualdade social, tem-se que a concentração de capital e a expansão das indústrias também acentuaram as desigualdades sociais. A pobreza e a exclusão social eram problemas que inquiriam ações urgentes por parte dos assistentes sociais. Estes trabalhavam no apoio a indivíduos e às famílias em situação de vulnerabilidade, fornecendo assistência material, orientação e encaminhamento para serviços e recursos adequados.

No que cabe à proteção e assistência à infância, com as mudanças sociais e econômicas, as condições de vida das crianças eram, por inúmeras vezes, afetadas negativamente. A exploração do trabalho infantil, o abandono e a negligência exigiam medidas de proteção e assistência por parte dos profissionais de assistência social, visando garantir o bem-estar e os direitos das crianças.

Frente à saúde pública, a industrialização e o crescimento urbano trouxeram desafios consideravelmente expressivos à população. Doenças relacionadas ao trabalho, a falta de acesso a serviços de saúde adequados e a insalubridade nas áreas urbanas eram questões que exigiam a atuação dos assistentes sociais na promoção da saúde, na prevenção de doenças e no acesso a cuidados médicos.

Considerando que esses aspectos são apenas alguns dos exemplos das demandas que precisavam ser abordadas pelos assistentes sociais na era monopolizadora da industrialização, o que se observa é que a complexidade e a urgência dessas questões sociais exigiam uma intervenção precisa e efetiva por parte dos profissionais de Serviço Social, visando inteiramente promover mudanças sociais e melhorar as condições de vida da população afetada.

Neste contexto, ressalta-se que a eficácia do Serviço Social está condicionada ao valor moral dos assistentes sociais em formação. Esse valor não é somente sobre a extensão do seu saber científico, mas também sobre seus sentimentos, além da força e do valor de sua personalidade.

No que se refere à formação das estudantes do curso de Serviço Social, a aluna, ao ingressar na Escola, deve estar disposta a realizar o ideal da formação de uma assistente social, recebendo, de boa vontade, os ensinamentos e as influências a elas direcionadas pela moral, ou seja, que supere os traços que apresentam arestas e desvios, formando personalidades sólidas, equilibradas, capazes de enfrentar as dificuldades com coragem e uma fé inalterável na força eterna das virtudes humanas. (PEREIRA, 1943)

A formação da personalidade da aluna de Serviço Social era trabalhada por meios perfeitamente determinados, com o auxílio de atividades escolares, como cursos teóricos, práticos, na hora de lazer, em visitas domiciliares, reprimindo assim impulsos e vencendo suas fraquezas para se tornar uma excelente profissional.

Desta maneira, como ciência da profissão, os princípios morais vão dar ação à natureza da profissão, haja vista que a moral profissional indicará a maneira de cumprir e conduzir a

profissão. Quanto mais amplo o campo profissional e quanto maior a influência da profissão, tanto mais intenso e profundo é a moral, pois será a profissional de serviço social que terá sua missão junto aos que sofrem, na intimidade da vida humana, na administração pública e na privada, tornando seu trabalho educativo.

O preparo prático deve ser considerado como formação técnica, pois visa compreender os estudos teóricos que faz. O conhecimento teórico dos problemas, por mais perfeitos que sejam, se não houver experiências, permanece como uma irrealidade, perdendo a característica dos fatos aprendidos e apreendidos. Exemplifica-se como se pode compreender as consequências da má alimentação ou da má habitação sem que tenha visto de perto as consequências na vida das pessoas. Atendendo a isso, Lacerda defende que:

> A diversidade de atividades da vida cotidiana leva a visão limitada apenas aos fenômenos do real: enxerga-se a pobreza, mas não o movimento histórico-econômico que a engendra; conhece-se o adolescente infrator, mas não a dinâmica que o leva a se constituir enquanto tal etc. (LACERDA, 2014, p. 23).

Nota-se que a missão da assistente social é ter contato com a vida, com a sociedade que margeia a extrema necessidade, partindo ainda do início de sua formação, sob o olhar cuidadoso sobre cada tipo de problema, e sem se pautar na criticidade, no preconceito. É por seguimento da vivência na sociedade que todas as misérias, as injustiças e os sofrimentos são observados, tratados e auxiliados.

Somado a isso, o trabalho de assistente social, em sua prática diária, perpassa ainda pelos embates burocráticos da sociedade, pelas políticas públicas evasivas e, muitas vezes, pelas indiferenças. Neste sentido, o trabalho deve ser embasado viabilizando as necessidades humanas. Dado a isso, Lacerda admite que:

> Devido a esse trabalho lidar com componentes heterogêneos da cotidianidade, todas as suas ações têm o intuito de, enquanto trabalhadores (burocracia) do Estado, implementar políticas sociais que irá atender necessidades humanas (não supridas por incapacidade do mercado), as refrações da “questão social”. É nessa esfera alienada que o assistente social irá analisar a partir da aparência as demandas que lhe chega e dar respostas por meio de mecanismos também falsamente compreendidos enquanto instrumentos técnico-burocráticos. (LACERDA, 2014, p. 23).

Neste mesmo caminho, ao defender o trabalho de Assistência Social, Iamamoto (2017) assevera que:

> O exercício profissional é necessariamente polarizado pela trama de suas relações e interesses sociais. Participa tanto dos mecanismos de exploração e dominação quanto, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência das classes trabalhadoras e da reprodução do antagonismo dos interesses sociais. Como a sociedade é atravessada por projetos sociais distintos — projeto de classes para a sociedade —, tem-se um terreno sócio-histórico aberto à construção de projetos profissionais também diversos, indissociáveis dos projetos mais amplos para a sociedade. É essa presença de forças sociais e políticas reais que permite à categoria profissional estabelecer estratégias político-profissionais no sentido de reforçar interesses das classes subalternas, alvo prioritário das ações profissionais.
> Os assistentes sociais realizam, assim, uma ação de cunho socioeducativo na prestação de serviços sociais, viabilizando o acesso aos direitos e aos meios de exercê-los, contribuindo para que necessidades e interesses dos sujeitos sociais adquiram visibilidade na cena pública e possam ser reconhecidos, estimulando a organização dos diferentes segmentos dos trabalhadores na defesa e na ampliação dos seus direitos. (IAMAMOTO, 2017, p. 22-23)

Como pode ser depreendido, o trabalho, de maneira geral, conforme a autora (Iamamoto, 2017), é, por si, assaz desgastante, possui inviabilidades pelas quais o trabalhador tem que lidar, e, com o trabalho de serviço social não é diferente, uma vez que o assistente é obrigado a enfrentar, além das necessidades vitais de cada indivíduo, as imposições da sociedade capitalista, burocrática, penalizadora, entre outros percalços. Por este e outros motivos, as ações combatentes do profissional de Assistência Social são indubitavelmente vitais. Entre essas ações, pode-se salientar algumas delas, desempenhadas cotidianamente, dentre as quais estão as interpretadas abaixo:

I Avaliação e intervenção: os profissionais de Assistência Social realizam avaliações sociais para identificar as reais necessidades e as demandas das pessoas, das famílias e das comunidades. Com base nessa avaliação, eles desenvolvem intervenções adequadas para promover mudanças positivas para cada caso.

II Orientação e apoio: os assistentes sociais fornecem orientação e apoio emocional às pessoas em situação de vulnerabilidade. Eles ajudam a fortalecer habilidades, promovem a autonomia e encorajam o empoderamento das pessoas para lidar com seus desafios e buscar soluções.

III Promoção da igualdade e justiça social: os assistentes têm um sério compromisso com a promoção da igualdade e com a justiça social, trabalhando arduamente no intuito de eliminar as desigualdades e as discriminações, lutando contra todas as formas de exclusão e violência.

IV Formas de mediação: atuam como mediadores entre os serviços e os recursos disponibilizados junto às pessoas de que deles necessitam. Os profissionais ajudam, desta guisa, a estabelecer conexões entre os usuários e os serviços, garantindo que estes usuários tenham acesso aos recursos adequados e que suas necessidades sejam remediadamente atendidas.

V Defesa dos direitos: Os assistentes sociais desempenham também papel ativo na defesa dos direitos das pessoas e dos grupos marginalizados, advogando enfaticamente a favor destes, na intenção de garantir que as políticas e práticas sociais sejam justas e inclusivas, defendendo, portanto, os seus interesses.

VI Trabalho em conjunto: É mister pontuar que os assistentes colaboram ainda com múltiplos outros profissionais e diversas instituições, como os médicos, os psicólogos, os policiais, as escolas, as organizações não governamentais, a justiça, etc, tudo para fornecer um atendimento integrado e abrangente aos indivíduos e às comunidades carentes, caracterizando o trabalho como mútuo.

Convém ainda frisar, com efeito, que o trabalho de tais profissionais, andando nesta mesma via, é conduzido também por reconhecimento de importantes pesquisas e análises sociais para identificar os inúmeros problemas que ocorrem na sociedade, ao serem desenvolvidos programas eficazes e ações políticas sérias, contribuindo, neste âmbito, para o aperfeiçoamento de soluções baseadas em evidências. Nesta vertente, demonstra-se que a atuação dos profissionais de Assistência Social é ampla e diversificada, sempre com o objetivo de promover o bem-estar social para aqueles que precisam, bem como a justiça e a equidade.

E para que essas múltiplas facetas do trabalho dos assistentes sociais sejam possíveis, é preciso, antes disso, o profissional ter uma ótima formação acadêmica. Logo, remetendo ao curso de Assistência Social e à formação das estudantes, a parte prática da formação das alunas apresenta atividades profissionais que vão auxiliá-las para futuras atividades profissionais, tais como: vivência nas vilas e organizações, observando todas as manifestações de desajustamento; conhecimento teórico em que a aluna iniciará os primeiros passos no sentido das reali-

zações concretas e, sobretudo, o momento para a aluna revelar as suas inclinações, suas aptidões e desenvolvê-las, como também colocar em prática o seu lado cristão.

Outra função do alunado de Serviço Social é o aperfeiçoamento constante, permeado por cursos e palestras que complementam as aulas, uma vez que a busca por conhecimento adicional é fundamental para acompanhar as mudanças e os desafios que ocorrem na sociedade; até porque a vida é um movimento constante, que pode levar o homem e a sociedade ao não ajustamento idealizado, ou seja, estão sujeitos a enfrentar obstáculos e dificuldades que podem interferir no ajustamento idealizado.

Estar atualizado sobre as transformações sociais é essencial para entender e lidar com as dificuldades que surgem cotidianamente, a fim de garantir uma vida mais saudável e satisfatória para as pessoas envolvidas. Logo, o Serviço Social está intrinsecamente ligado ao contexto social e, por este motivo, é necessário acompanhar de perto as alterações na sociedade para fornecer uma assistência efetiva. Com isso, aqueles que se propuseram ao reajustamento individual e social deve estar a par das alterações que se processam na sociedade, diante das dificuldades que surgem, impedindo uma vida normal.

Além disso, o aperfeiçoamento constante também contribui para o desenvolvimento profissional dos estudantes de Serviço Social, aprimorando suas habilidades, ampliando seus conhecimentos teóricos e práticos e fortalecendo sua capacidade de intervenção nas diversas áreas de atuação da profissão. Portanto, a busca por cursos e palestras complementares é uma forma de enriquecer a formação acadêmica e profissional dos alunos de Serviço Social, permitindo-lhes a preparação no intento de enfrentar decididamente os desafios contemporâneos e promover o reajustamento individual e social.

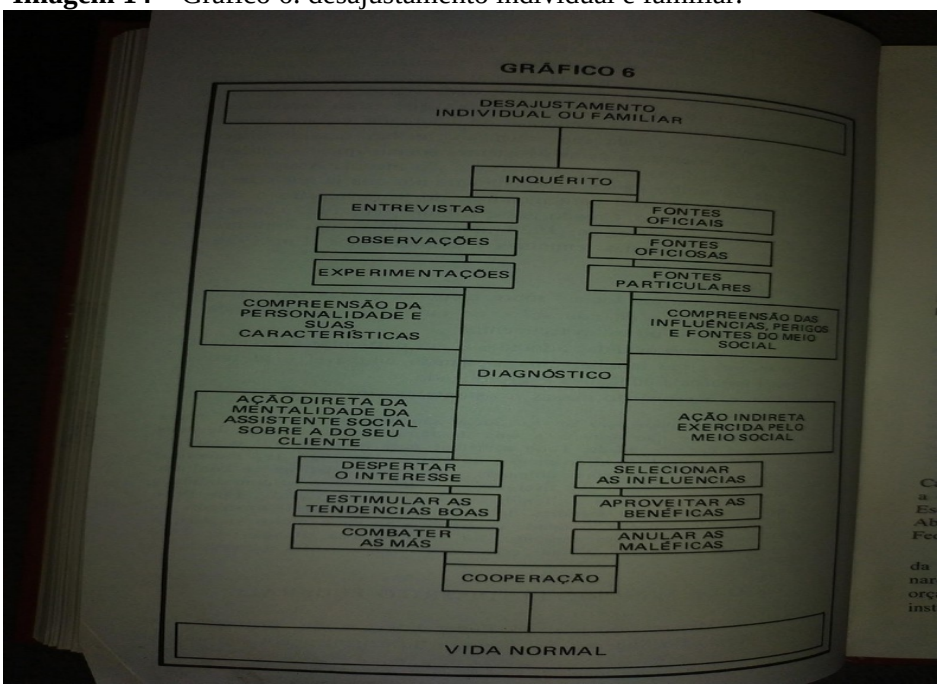
É válido pontuar, neste sentido, que o serviço social precisa se adaptar às necessidades da época, evoluindo, transformando, corrigindo, reajustando ou simplesmente colaborando para que a vida individual, familiar e social seja mais tranquila.

Diante desses fatos, percebe-se que a Escola de Serviço Social exige uma orientação doutrinária presidindo todo o trabalho de formação das assistentes sociais. Elas se destinam a realizar o reajustamento dos indivíduos e da sociedade.

Quando se aborda o tema reajustamento, supõe-se que os indivíduos ou a sociedade se encontram em situações fora dos preceitos da Igreja Católica, e, desta forma, seria necessário reintegrá-los às condições normais, condições estas de um bom samaritano, fiel a Deus e aos seus familiares, além de um bom profissional junto aos seus empregadores.

A imagem a seguir (Imagem 14) demonstra o gráfico de disciplina sobre o desajustamento familiar.

Imagem 14 – Gráfico 6: desajustamento individual e familiar.



Fonte: PUC/MG

Em face desse contexto, vale inserir que a formação doutrinária não deve ser objeto de um ou mais cursos, uma vez que toda a formação de assistente social deve estar dentro da realidade a ela imposta. Assim, uma Escola que visa à formação de agentes destinados a empreender a tarefa de reajustamento dos indivíduos e da sociedade precisa ter um cuidado especial em oferecer às suas alunas, pelos seus docentes, exemplos dignos de serem imitados, pois, deste modo, será possível estabelecer uma atmosfera de sinceridade, que é imprescindível para dar credibilidade a uma Escola.

Diante das proposições apresentadas, este capítulo objetivou, entre alguns outros assuntos relevantes, refletir as premissas voltadas ao serviço social, frente à sociedade da Era Varguista, às instituições sociais, à formação oferecida pela Escola de Serviço Social, e as suas apropriações, e à Institucionalização da Escola de Serviço Social de Minas Gerais, caracterizada como um fato histórico e representativo para a própria Instituição e para a área do serviço social, entre as décadas de 1940 e 1950.

Dentre os aspectos que marcaram esse fato histórico, é concebível considerar, sobretudo, o contexto sociopolítico da época, que foi caracterizado por transformações e demandas sociais significativas, colocando como exemplo a influência do Estado Novo e das políticas de bem-estar social implementadas pelo governo de Getúlio Vargas.

Atreladas a essas políticas, estão a fundação de instituições sociais que desempenharam papel fundamental no desenvolvimento e na promoção do bem-estar social. Entre elas, estão a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), criada em 1949, com o propósito de proteger e promover os direitos das crianças e dos adolescentes em situação de vulnerabilidade. Esta instituição desenvolveu ações voltadas a áreas consideradas vitais, tais como as da assistência, da educação, da saúde e da proteção desses grupos.

Outra importante fundação foi a da Legião Brasileira de Assistência (LBA), criada em 1942, atuando ferrenhamente no amparo e na assistência a grupos vulneráveis, como crianças, idosos e pessoas com deficiência. A instituição teve essencial papel na implementação de políticas sociais e no combate à pobreza e à exclusão social.

Além dessas, outras instituições também surgiram, e todas vieram como resposta às demandas sociais e às transformações ocorridas no período em questão, desenvolvendo suas funções na defesa de direitos e na implementação de políticas sociais. Salienta-se, portanto, que as iniciativas dessas instituições contribuíram essencialmente para o fortalecimento do campo social e para a busca por uma sociedade mais justa e igualitária.

O que se concretiza ainda, nesse contexto social, é que a Institucionalização da Escola de Serviço Social de Minas Gerais se relaciona às influências teórico-metodológicas daquele período, e isso inclui o desenvolvimento das bases do Serviço Social no Brasil, o que leva a moldar a profissão de assistente social.

Neste cenário, a ideia de formação moral, como já pontuada, com embasamento nos princípios cristãos, era reflexionada como impreterível para o trabalho da assistente social, uma vez julgada fundamental para a ação educativa e para o exercício da profissão. Essa perspectiva reverberava os valores e as influências sociais que predominavam naquela época. Para se tornar assistente social, a base educacional da aluna deveria ser, no mínimo, edificada sobre os princípios cristãos, já que a sua atividade de assistente social seria inconsistente se faltassem elementos que garantissem uma ação educativa eficiente, necessária ao Serviço Social.

A formação oferecida pela Escola de Serviço Social de Minas Gerais tinha como objetivo capacitar o profissional de assistência social com conhecimentos, habilidades e técnicas

específicas para atuar no campo, contribuindo, desta forma, para a expansão da atuação profissional do Serviço Social em Minas Gerais, permitindo o fortalecimento da prática e a formação de assistentes sociais capacitados para lidar com as demandas sociais emergentes.

Seguindo nessa vertente, a Institucionalização da Escola de Serviço Social de Minas Gerais refletiu ainda uma abordagem interdisciplinar, incorporando contribuições de diversas outras áreas, como a psicologia, a sociologia, a economia e o direito. É válido sublinhar que essa integração de conhecimentos e práticas de diferentes disciplinas influenciou a formação e o desenvolvimento do Serviço Social no Estado de Minas Gerais.

Logo, o que se corrobora é que a criação e a Institucionalização da Escola de Serviço Social de Minas Gerais contribuiu para o reconhecimento e a valorização da profissão de assistente social na região. Os assistentes sociais formados na instituição foram essenciais para a implementação de políticas sociais e para o desenvolvimento de programas e projetos voltados para o bem-estar da população. Isso significa que a formação específica oferecida pela Escola proporcionou aos estudantes e aos profissionais uma base teórica e prática sólida para atuarem no campo do Serviço Social.

4 CONCLUSÃO

No início do século XX, o Brasil passou por transformações socioeconômicas e políticas significativas, enfrentando desafios e contradições que ocorreram entre as décadas de 1930 e 1950. Ou seja, neste ínterim, o contexto político estava em um estado de fluxo com o surgimento de novas correntes ideológicas e movimentos sociais que buscavam influenciar as políticas e as práticas governamentais, incluindo o fortalecimento de ideias e movimentos sindicais que pressionavam por direitos trabalhistas e melhores condições de trabalho para a classe operária emergente.

Após a ascensão de Getúlio Vargas como presidente provisório, a estrutura do Estado foi caracterizada por uma intervenção decisiva nos campos econômico e social; porém, com uma abordagem paternalista e conciliatória. O que se caracteriza, pois, é que o período testemunhou uma transição portentosa de uma economia agrária para uma economia industrial, com consequentes desafios sociais e desigualdades.

Nesse entremeio, a abordagem do comportamento político no Estado do Rio de Janeiro, então capital do Brasil, refletiu a apatia política e a resistência da sociedade em relação ao novo regime, considerando o descumprimento das promessas de liberdade e de participação.

Para tornar a situação mais caótica à sociedade oligárquica, a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio representou uma ruptura com a antiga elite da oligarquia agrária, marcando, deste modo, o início de um Estado mais centralizado e normativo, substituindo assim a estrutura descentralizada e patrimonialista anterior.

Com a criação da pasta do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, houve a implementação de políticas de proteção ao trabalhador, que reconheceu a importância dos direitos trabalhistas e da necessidade de regular as relações entre capital e trabalho, e entre empregadores e empregados. Para esse fim, foi introduzida a regulamentação sindical, por intervenção do Decreto nº 19.770, conhecido como Lei Sindical, que desenvolveu um trabalho vital na redefinição das relações trabalhistas e sindicais no país. Esta lei, promulgada em 1931, estabeleceu uma série de diretrizes e critérios para a organização e o funcionamento dos sindicatos, com o objetivo de centralizar e controlar mais estritamente a estrutura sindical por parte do governo.

Sobre esse aspecto, a análise das medidas de regulamentação sindical revela uma política de cooptação e de reconhecimento dos sindicatos como interlocutores oficiais dos trabalhadores, com o objetivo de evitar a radicalização dos movimentos sociais. Em outras palavras, essas medidas eram meras estratégias adotadas pelo governo federal no intuito de controlar e direcionar as demandas sociais, a fim de evitar conflitos que pudessem prejudicar a estabilidade política e econômica do Brasil. No entanto, essa estrutura sindical controlada pelo Estado gerou críticas e controvérsias, levando a mudanças importantes na legislação trabalhista nas décadas subsequentes.

Mediante este panorama, é importante observar o impacto dessas mudanças na estrutura social e política da época, além da econômica. A transição de uma economia predominantemente agrária para uma economia industrial teve efeitos expressivos na composição da força de trabalho, levando não só ao crescimento demográfico de muitas regiões, mas ainda das demandas por melhores condições de vida.

A capital mineira, Belo Horizonte (BH), surgiu em meio a esse contexto dinâmico, fervoroso, testemunhando um movimento industrial e operário emergente, isto é, das transformações socioeconômicas que mudaram o cenário da cidade mineira. A sua intensa industrialização e urbanização resultou em mudanças estruturais relevantes para a sociedade, com a migração de pessoas do campo para as cidades em busca de oportunidades de emprego, trabalho e renda, impulsionando, deste modo, o crescimento das áreas urbanas e gerando demandas por políticas sociais e econômicas mais sérias e abrangentes.

O que se ratifica, em suma, é que esse movimento destaca a importância do contexto socioeconômico no surgimento e desenvolvimento de BH, ressaltando o papel crucial das transformações industriais e operárias na configuração da cidade. Esse processo de industrialização e urbanização não apenas trouxe mudanças estruturais e demográficas, mas também desencadeou uma série de demandas por políticas mais eficazes que abordassem as necessidades socioeconômicas da população em rápida expansão.

A migração de pessoas da zona rural para a zona urbana, em busca de oportunidades, impulsionou consideravelmente o crescimento e a dinâmica da capital mineira. Esse influxo populacional acelerado trouxe consigo desafios relacionados à habitação, ao saneamento básico, à segurança, à educação e a outros serviços sociais essenciais, que exigiam respostas rápidas e eficientes por parte das autoridades locais.

Dentro de todo esse cenário transformador que se deu no Brasil, a Doutrina Social da Igreja e a Ação Católica começaram a ganhar destaque, contribuindo com sua força meramente caritativa. Foi diante disso que o Serviço Social surgiu, com a criação da primeira Escola de Serviço Social no país. Esse marco histórico foi impulsionado pela fundação da Legião Brasileira de Assistência e pelo papel proeminente da Igreja Católica na formação das Escolas de Serviço Social. O que se caracterizou com esse engendramento é que a institucionalização da formação escolar do Serviço Social em Minas Gerais e a importância das instituições sociais tiveram um impacto correspondente.

A instalação da Escola de Serviço Social no Estado de Minas foi definida sob diretrizes específicas – influenciada sobretudo pelas características solidárias da Igreja Católica – buscando a integração e o sucesso das estudantes do curso de Serviço Social. A formação destas estudantes foi moldada pela compreensão da essencialidade das instituições sociais no contexto mais amplo do desenvolvimento socioeconômico e da prática caritativa do Serviço Social.

A formação no curso de Serviço Social enfatizava a necessidade de uma personalidade sólida e edificada em valores cristãos, caracterizando-se como impreterível para a prática profissional, indicando que o trabalho de assistente social seria falho se não estivesse pautado em uma base moral sólida sob os princípios católicos. Além disso, havia critérios detalhados para a seleção de candidatas ao curso de Serviço Social, levando em consideração não apenas as qualificações individuais, mas também as condições de vida que permitiriam o desempenho das funções da profissão.

Ressalta-se que havia uma crescente demanda por assistentes sociais na era monopolizadora das indústrias, isto é, no período citado, especialmente para lidar com questões sociais relacionados ao movimento industrial, como os direitos trabalhistas, as condições de vida nas áreas urbanas, a pobreza, a desigualdade social, a proteção à infância e a saúde pública. Destaca-se, nesse rastro, a complexidade e a urgência dessas questões sociais, o que exigia uma intervenção precisa dos profissionais de Serviço Social.

Logo, o que se nota, nesse domínio, é a importância da personalidade dos assistentes sociais em formação, não apenas em termos de conhecimento científico, mas também os de caráter, de emoções e de valores pessoais, aspectos considerados essenciais para garantir a eficácia do Serviço Social.

Em função disso, a Igreja Católica e suas doutrinas sociais desempenharam papéis fundamentais no surgimento e na evolução do campo do Serviço Social, com repercussões determinantes em sua institucionalização e desenvolvimento em Belo Horizonte e, posteriormente, no Estado mineiro, primordial para a caracterização do tecido social e econômico do Brasil.

Em tessitura de tais registros, a presente dissertação revela não apenas o impacto das transformações socioeconômicas e políticas ocorridas no Brasil e em Belo Horizonte no período examinado, mas ainda a relevância da influência da Igreja Católica e da criação das primeiras instituições de Serviço Social e da institucionalização das Escolas de Serviço Social, que desenvolveram um papel imponente no atendimento às necessidades emergentes da sociedade daquela época, resultando-se, neste sentido, na idiossincrasia entre a Ação da Igreja Católica, as instituições de Serviço Social e as Escolas de Serviço Social, cuja preocupação se elevava tão somente à dignidade humana e ao bem comum da sociedade.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, A. **Serviço Social e Filosofia**: das origens a Araxá. São Paulo: Cortez, 2011.

AGUIAR, Antônio. **Serviço Social e filosofia**: das origens a Araxá. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

AGUIAR, T. F. R. de. **Vastos subúrbios da nova capital**: formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

ANDRADE, T. **O que os diários revelam**: práticas de formação de professoras para a escola rural, curso normal regional Sandoval soares de. Dissertação de mestrado – PUC Minas, Ibirité, Minas Gerais, 1956 -1959. Belo Horizonte: PUC - Minas, 2006.

ANDRADE, Aila Luiza Pinheiro de; PESTANA, Álvaro César. Os desafios do fundamentalismo para os estudos bíblicos e teológicos. **Encontros Teológicos**. Florianópolis (SC), v.37, n.3, p. 783-802, set.-dez. 2022. Disponível em: <file:///home/marco/Downloads/Os+desafios+do+fundamentalismo.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2023.

ANTUNES, Ricardo (Org). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

AZZI, Riolando. **História da Igreja no Brasil:** ensaio de interpretação a partir do povo. Tomo II-3-2: terceira época: 1930-1964 / Riolando Azzi, Klaus van der Grijp. Petrópolis, (RJ): Vozes, 2008.

BANDEIRA, Marina. **A Igreja Católica na Virada da Questão Social**: 1930-1964. Editora Vozes, Rio de Janeiro, 2000.

BARBOSA, M. M. **Objetivos profissionais e objetivos institucionais na trajetória do Serviço Social.** Belo Horizonte 1960-1984. Tese de Doutorado — PUC-SP, São Paulo, 1989.

BARIFOUSE, Rafael. Por que Getúlio Vargas inventou em 1930 o Ministério do Trabalho, extinto e agora recriado por Bolsonaro. **BBC News Brasil**. 10 nov. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46159747>. Acesso em: 26 maio 2023.

BARRETO, A. **Belo Horizonte**: memória histórica e descriptiva. História Média. Belo Horizonte, Imprensa Oficial Minas Geraes, 1996.

BARTLET, Harriet Multon. **A base do serviço social.** São Paulo: Pioneira, 1976.

BEAUCLAIR, Geraldo. A Economia Brasileira durante a Segunda Guerra Mundial. *In:* COGGIOLA, Osvaldo. **Segunda Guerra Mundial**: um balanço histórico. SP, XAMÃ/ FFLCH/USP, 1995.

BRASIL. **Lei n.º 3.252, de 27 agosto de 1957**. Regulamenta o exercício da profissão de Assistente Social. Revogada pela Lei n.º 8.662, de 7.6.93 (Vide Decreto do Conselho de Ministros n.º 994, de 1962. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3252.htm>. Acesso em: 01 jun. 2023.

BRASIL. **Decreto-Lei n° 4.830 de 15 de outubro de 1942**. Estabelece contribuição especial para a Legião Brasileira de Assistência e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4830.htm>. Acesso em: 06 jun. 2023. Brasil.

BRASIL. **Decreto-Lei n.° 5.452, de 1° de maio de 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm>. acesso em: 29 maio 2023.

BRASIL. **Decreto nº 19.770, de 19 de Março de 1931**. Regula a sindicalização das classes patronais e operárias e dá outras providencias. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19770-19-marco-1931-526722-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 26 abr. 2023.

BUFFA, Ester. **História e filosofia das instituições escolares**. *In*: ARAÚJO, José Carlos Souza. 2004.

BUFFA, Ester; NOSELLA, Paolo. As pesquisas sobre instituições escolares: o método dialético marxista de investigação. **EccoS – Revista Científica**, São Paulo, v.7, n.2, jul. de 2005.

BUFFA, Ester; NOSELLA, Paolo. **Instituições escolares**: por que e como pesquisar. *In*: CNPq. Cultura escolar e história das práticas pedagógicas. Paraná: Ed. Universidade Tuiuti do Paraná, 2008..

CAMPOS, Germano Moreira. **Ultramontanismo na Diocese de Mariana**: o governo de D. Antônio Ferreira Viçoso (1844-1875). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP (MG), 2010. Disponível em <https://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/2588/1/DISSERTA %C3%87%C3%83O_UtramontanismoDioceseMariana.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2021.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO Raul de; IAMAMOTO, Marilda Villela. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 25. ed. São Paulo, Cortez, 2008.

CAVALHEIRO, Guilherme. Chame! Chame! Chame o ladrão. **Cronos**. Natal-RN, v.1, n.2, p. 153-155, jul./dez. 2000. Disponível em: <file:///home/marco/Downloads/cronoseditores, +Resenha+1.pdf>. Acesso em: 25 maio. 2023.

CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR À DISTÂNCIA (CESAD). **O Brasil e a Era Vargas**. História do Brasil III. Pró Licenciatura. Disponível em:

<https://cesad.ufs.br/ORBI/public/uploadCatalago/23202710052020Historia_do_Brasil_Republica_Aula_3.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2023.
CFESS. **Serviço Social na Educação**. GT Serviço Social na Educação. Brasília: CFESS/ CRESS, 2001.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 2017

CHESTERTON, G.K. **Santo Tomás de Aquino**. Biografia,1957.

COMPARATO, F.K. **Educação e Poder**. São Paulo: Brasiliense,1987.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Perguntas frequentes**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/perguntas-frequentes#bachareis_obrigados_aseincrever>. Acesso em: 01 jun. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS).. **Serviço Social, memórias e resistências contra a ditadura**: depoimentos. Brasília: CFESS, 2017.

CUADRADO, Valentin Bahilio. **Escola de Serviço Social**. Belo Horizonte: [S. n], 1946.

CURRAL DEL REY – Desconstruindo BH, uma cidade em eterna construção. **O surgimento do Curral Del Rey**. Abr. 2010. Disponível em: <http://curraldelrei.blogspot.com/2010/04/blog-post.html>. Acesso em: 6 maio 2023.

DUARTE, Hugo Villaça. **A ação popular e a questão humanista:** das origens cristãs ao marxismo (1963-1973). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, 2010.

DUTRA, Eliana de Freitas. **Caminhos operários nas Minas Gerais**: um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na 1ª República. São Paulo: HUCITEC, 1988.

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DE MINAS GERAIS, **Relatório Anual (1946-1954)**.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**: Formação do patronato político brasileiro,2000.

FARIA FILHO, L. M. de. Escolarização, culturas e práticas escolares no Brasil: elementos teórico-metodológicos de um programa de pesquisa. In: LOPES, A. A. B. de M. ; GONÇALVES, I. A. ; FARIA FILHO, L. M. de; XAVIER, M. do C. **História da Educação em Minas Gerais**. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002.

FELÍCIO, Manuel da Rocha. Na viragem do século (XIX-XX): a crise modernista. **Máthesis**, n. 11, p. 373-387, 1 jan. 2002.

FILHO, Geraldo Inácio. JÚNIOR, Décio Gatti. (Orgs.). **História da educação em perspectiva**. Campinas: Autores Associados, Uberlândia: EDUFU, 2005.

FORTI, Valéria. **Ética, crime e loucura**: reflexões sobre a dimensão ética no trabalho profissional. 3 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

FREIDSON, Eliot. **Profissão médica**: um estudo de sociologia do conhecimento aplicado. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

GARCEZ, Thiago. História do Serviço Social no Brasil. **Portal do Serviço Social**. Disponível em: <https://portaldoss.com.br/historia-do-servico-social-no-brasil/>. Acesso em: 1 jun. 2023.

GATTI JÚNIOR, Décio (Org.). **História da educação em perspectiva**. Campinas: Autores Associados, Uberlândia: EDUFU, 2005.

GATTI JÚNIOR, Décio (Org.). **Novos temas em história da educação brasileira**: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas: Autores Associados, Uberlândia: EDUFU, 2002.

GATTI JÚNIOR, Décio; PESSANHA, Eurize Caldas. **História da educação, instituições e cultura escolar: conceitos, categorias e materiais históricos**. *I*n: FILHO, Geraldo Inácio, 2008.

GERBER, Maria Luiza Lorenzini. **A formação dos assistentes sociais em Santa Catarina**: um estudo sobre o primeiro curso de serviço social do estado (1958-1983). Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2009.

GESTEL, Constant Julius Ferdinand Van. **A Igreja e a questão social.** Rio de Janeiro: Agir, 1956. 387p

GIROLETTI, Domingos Antônio. **Modernização Capitalista e Transição para o trabalho livre em Minas Gerais**. Tese de. Doutoramento. Museu Nacional, UFRJ, **1987**

GOMES, M. A. A. DE F.; LIMA, F. J. M. DE. Pensamento e Prática Urbanística em Belo-Horizonte 1865-1961. *In*: LEME, M. C. DA S. (Coords.). **Urbanismo no Brasil**: 1865-1965. São Paulo, Nobel/FAUUSP/Fupam. 1999.

GONÇALVES, I. A. A escolarização do trabalhador na República mineira. *In*: NETO, W. G. & CARVALHO, C. H. de. **História da Educação em Minas Gerais**: da Colônia à República. Vol. 3 República. Uberlândia: EDUFU. 2019. P. 223 – 249.

GONÇALVES, I. A. **Cultura escolar**: práticas e produção dos grupos escolares em Minas Gerais (1891-1918). 2004.

GUIMARÃES, B. M. **Cafuas, barracos e barracões**: Belo Horizonte, cidade planejada. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ), 1991.
HOBSBAWM, E. J. **A Era dos Extremos**: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Cia. das Letras, 1996, pp. 111-112.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

HONORATO, Cezar. **O Polvo e o Porto**: a Cia. Docas de Santos (1870-1914). Santos (SP): Editora Hucitec, 1996.

HUGON, P.É, O.P. **Os princípios da filosofia de São Tomás de Aquino**: as vinte e quatro teses fundamentais. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela. 40 anos da "virada" do Serviço Social no Brasil: história, atualidade e desafios. **Revista Libertas**, Juiz de Fora (MG), v.20, n.1, p. 1-20, jan. / jun. 2020 ISSN 1980-8518. Disponível em: <DOI 10.34019/1980-8518.2020.v20.30303>. Acesso em: 3 jun. 2023.

IAMAMOTO, Marilda Villela. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. **Serv. Soc. Soc**., São Paulo, n. 128, p. 13-38, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.091>. Acesso em: 02 maio. 2023.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez; Lima: Celats, 2015.

IGREJA CATÓLICA. VATICANO. DOCUMENTOS PONTÍFICES. **Encíclica Rerum Novarum.** Disponível Em: <http://www.vatican.va/holy_father/leo_ xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html>. Acesso em: 01 de ago. 2014

JOSAPHAT, Frei Carlos. **Evangelho e revolução social**. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 2002.

JULIÃO, Letícia. **Itinerários da cidade moderna** (1891-1920). p.82.1992, Dissertação (Mestrado em História) - UFMG/Departamento de História, Belo Horizonte, 1992

JUSTIÇA DO TRABALHO. A Revolução de 1930, a Institucionalização do Direito do Trabalho e do Direito Processual do Trabalho no Brasil e a Justiça do Trabalho (Governo Vargas, 1930 a 1945). **Tribunal Superior do Trabalho – TST**. Disponível em: <https://www.tst.jus.br/memoriaviva/-/asset_publisher/LGQDwoJD0LV2/content/ev-jt-80-06>. Acesso em: 26 maio 2023.

KONRAD, Diorge; KONRAD, Glaucia. Resenha O roubo da fala. Origens da ideologia do trabalhismo no Brasil, de Adalberto Paranhos. São Paulo, Boitempo Editorial, 1999. **História Social**, Campinas – SP, n. 7, p. 275-280, 2000. Disponível em: <file:///home/marco/Downloads/galmeida,+495-1504-1-CE.pdf>. Acesso em: 25 maio 2023.

LACERDA, Lélica Elis P. de. Exercício profissional do assistente social: da imediaticidade às possibilidades históricas. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 117, p. 22-44, jan./mar. 2014.

LAGE, Ana Cristina P. Verbete. **Ultramontanismo**. Campinas, SP: Graf. FE: Histedbr/Unicamp, 2006. (Navegando na História da Educação Brasileira).
LIBBY, D. C, . **Transformação e trabalho em uma economia escravista**: Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense,1988.

LIMA, Alceu Amoroso. **Serviço Social no Brasil:** a ideologia de uma década. São Paulo: Cortez, 1982.

MAGALHÃES, J. A história das instituições educacionais em perspectiva. **História da Educação em Perspectiva. Ensino, pesquisa, produção e novas Investigações**, p. 91-113, 2005.

MAGALHÃES, Justino. **Tecendo nexos**: história das instituições educativas. 1. ed. Bragança Paulista. Editora Universitária São Francisco, 2004.

MANCINI, A. P. G. ; MONARCHA, C. A escola rural no Brasil (1930-1950). O Oitavo Congresso Brasileiro de Educação. **Cadernos de História da Educação**, v. 16, n. 3, p. 700-715, 2017.

MANOEL, Ivan A. **O Pêndulo da História**: Tempo e Eternidade no Pensamento Católico (1800-1960). Maringá: Eduem, 2004.

MANOEL, Ivan. **A Igreja e a educação feminina (1859-1919)**: uma face do conservadorismo. São Paulo: Editora UNESP, 1996.

MATTOS, Marcelo B. (Coord.). **Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca**: 1945-1964. Rio de Janeiro, Aperj/Faperj, 2003.

MENNUCCI, S. **A crise brasileira de educação.** São Paulo: Piratininga, 1934. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/sudeducacao.html>. Acesso em: 11 out. 2021.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do serviço social no Brasil pós 64. 15 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NEVES, L. dos S. **Sentido Novo da Vida Rural**: a formação de professoras na Escola Normal Regional D. Joaquim Silvério de Souza (1949-1963). 2015.

NOZABIELLI, S. R. **Entre Permanências e Mudanças:** a gestão municipal da política de assistência social na região de Sorocaba (SP). Tese de doutoramento. São Paulo: PUC/SP, 2008.

OLIVEIRA, Tatiana de; ALVES, Ismael Gonçalves. Legião Brasileira de Assistência e Políticas Sociais: primeiro-damismo, gênero e assistência social. **Boletim Historiar**, vol. 07, n. 02, Mai./Ago. 2020, p. 16-32. Boletim Historiar - ISSN 2357-9145. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/historiar/issue/view/1043>. Acesso em: 7 jun. 2023.

ORTIZ, F.S.G. **O Serviço Social e sua imagem**: avanços e continuidades de um processo em construção. Tese de Doutorado em Serviço Social - Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2007.

PARANHOS, A. Antídoto para a luta de classes. **Revista História Viva**. São Paulo: Ed.: Duetto, Ago. 2005.

PARANHOS, Adalberto. **O Roubo da Fala**: Origens da ideologia do trabalhismo no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

PASSOS, Daniela Oliveira Ramos dos. **Os ideais do movimento operário em Belo Horizonte no início do século XX**. 2006. 69 f. Monografia (Graduação em História) – Faculdades Integradas de Pedro Leopoldo, 2006.

PINCER, V. de M. **A formação de professores nos cursos de treinamento e aperfeiçoamento do Instituto Superior de Educação Rural** – ISER: Fazenda do Rosário: 1955-1970. 2008. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC), Belo Horizonte.

PINHO, L. A. **Civilizar o campo**: educação e saúde nos cursos de aperfeiçoamento para professores rurais - fazenda do rosário (Minas Gerais, 1947- 1956). Belo Horizonte: FaE/UFMG, 2009. [Dissertação – FAE-UFMG].

PINTO, H. de M. e MAFRA, L. de A. A escola Normal Rural D. Joaquim Silvério de Souza: medida de contraponto à tradição na formação de professores para o ensino elementar rural em Minas Gerais (1947-1951). *In*: LOURENÇO, E., GUEDES, M. C. e CAMPOS, R.H.F. (Orgs.). **Patrimônio cultural, museus, psicologia e educação**: diálogos. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2009. p. 207-224.

PEREIRA, Júlio E. Diniz. As licenciaturas e as políticas educacionais para a formação docente. **Educação & Sociedade** – Formação de profissionais da educação: políticas e tendências. Ano XX, n. 68/especial, dez./1999, p. 109-125.

PEREIRA, Mariana Figueiredo de Castro. A influência norte americana no serviço social: formação histórica e rebatimentos contemporâneos. **Revista Serviço Social em Debate**, v. 2, n. 1, 2019, p. 94-111. Disponível em: <file:///home/marco/Downloads/warllon, +Journal+manager,+2+A+influ%C3%AAncia+norte+americana.pdf>. Acesso em: 31 maio 2023.

RAFANTE, H. C. **Helena Antipoff e o ensino na capital mineira**: a Fazenda do Rosário e a educação pelo trabalho dos meninos “excepcionais” de 1940-1948. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de São Carlos, 2006.

SALEM, Tânia de Castro. Do Centro Dom Vital à Universidade Católica. *In*: SCHWARTZMAN, Simon (Org.). **Universidade e instituições científicas no Rio de Janeiro**. Brasília: CNPq, 1982. pp. 97-134

SCHWARTZMAN, Simon. **Tempos de Capanema**. [S. l]: Editora paz e terra, 1984.

SILVA, Lucas Duarte. A lei natural em Tomás de Aquino: princípio moral para a ação. **Kínesis**, Vol. VI, n° 11, jul. 2014, p. 187-199

SILVA, Wellington Teodoro. À esquerda da tradição. **PLURA, Revista de Estudos de Religião.** vol.1, nº 1, 2010, p. 66-8.

SPOSATI, A. **A menina Loas:** um processo de construção da assistência social. São Paulo: Cortez, 2004.

TARSO, Paulo de. **Os cristãos e a revolução social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963.

UNICAMP. **Ultramontanismo** - Verbete elaborado por Ana Cristina P. Lage. 2006. Disponivel: <https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_ultramontanismo.htm#_ftn1>. Acesso em: 1 jun. 2021.

UNION INTERNATIONALE D'ÉTUDES SOCIALES FONDÉE À MALINES. **La Hierarchie Catholique et le Problème social depuis l'Encyclique « Rerum novarum » 1891-1931**, pp. XVI-335, publicado pela « Union internationale d'études sociales fondée à Malines, en 1920, sons la présidence du Card. Mercier ». (Paris, éditions Spes », 1931).

VATICANO. **Carta Encíclica Pascendi Dominici Gregis do Sumo Pontífice Pio X**: Aos Patriarcas, Primazes, Arcebispos, Bispos e Outros Ordinários em Paz e Comunhão com a Sé Apostólica – Sobre As Doutrinas Modernistas. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/pius-x/pt/encyclicals/documents/hf_p-x_enc_19070908_pascendi-dominici-gregis.html>. Acesso em: 2 jun. 2023.

VERSIEUX, D. P. ; GONÇALVES, I. A. A criação das fazendas-modelo em Minas Gerais: uma política pública para a educação profissional agrícola na Primeira República (1906-1914). **Revista de História Regional**, v. 18, n. 1, 2013.

VIEIRA, Balbina Ottoni. **História do Serviço Social**: Contribuição para Construção de sua Teoria. Rio de Janeiro: Agir, 1977. 237p

VIEIRA, Balbina Ottoni. **Serviço Social**: visão internacional. Rio de Janeiro: Agir, 1982.

WILLIAMS, Raymond. **O Campo e a Cidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

YASBEK, Maria Carmelita. **Estudo da Evolução Histórica da Escola de Serviço Social de São Paulo no período de 1936 a 1945.** Dissertação (Mestrado). PUC SP, São Paulo, 1977.

YASBEK, M. C. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. *In*: **Serviço Social**: Direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.